

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas

EDUARDO MARCELO CASTELLA

Email: castella@pc.pr.gov.br

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA ERA DO GOVERNO ELETRÔNICO
Inteligência Artificial X Boletim de Ocorrência (BO), soluções em K.M.A.I.

FLORIANÓPOLIS
2003

EDUARDO MARCELO CASTELLA

Email: castella@pc.pr.gov.br

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA ERA DO GOVERNO ELETRÔNICO
Inteligência Artificial X Boletim de Ocorrência – BO, soluções em K.M.A.I.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, área de concentração em Inteligência Aplicada, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. PhD Hugo C. Hoeschl

FLORIANÓPOLIS
2003

BANCA EXAMINADORA

Prof. Hugo César Hoeschl, Dr. (orientador)_____

Prof. Walter Felix Cardoso Junior, Dr._____

Prof. Carlos Augusto Monguilhott Remor, Dr._____

Prof. Paulo Roberto Ribeiro Nalin, Dr._____

Florianópolis, 02 de Dezembro de 2003

DEDICATÓRIA

Para Daisy (*in memoriam*), minha mãe, batalhadora incansável,
pela oportunidade de vida.

Para Rafaela, Gabriel, Leonardo e Eduardo, meus filhos
queridos, pelos incontáveis momentos de ternura e renovação,
e para Rosana, minha esposa, pelo incentivo.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, que a tudo vê e harmoniza;

Ao prof. Hugo César Hoeschl, meu orientador, pela amizade e constante norte na empreita, e pela confiança em mim depositada;

A todos aqueles que possibilitaram a realização do presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca trazer à tona a realidade, o dia a dia de uma Delegacia de Polícia, procurando mostrar seus problemas operacionais e, ao final, indicar uma solução para os mesmos. Optou-se em, primeiramente, esclarecer o que vem a ser a polícia, seu poder e suas atribuições, bem como, as diferentes polícias existentes no país: administrativa, de repressão e judiciária. A seguir, foi mostrada a estrutura organizacional da Polícia Civil do Paraná, aí, inserindo a Delegacia de Furtos e Roubos, local de pesquisa. Passou-se por rápidas pinceladas quanto à estrutura interna de funcionamento de uma delegacia de polícia, bem como, em relação às teorias sobre crime e, ante a especialidade da Delegacia, quanto à diferenciação entre furto e roubo. Posteriormente foi Inserido, o quadro com a movimentação diária de ocorrências ao longo do ano de 2002, período de estudo e análise, e a problemática em efetuar o liame entre os diversos casos. O estabelecer, e o avaliar várias condutas com semelhanças de ações, *modus operandi*; e de autores ou, ao menos de prováveis autores. Ao final, apresenta-se um programa computacional, já em fase de experimento pelo grupo de pesquisa IJURIS – Instituto de Governo Eletrônico, Inteligencia Jurídica e Sistemas, capaz de auxiliar na tomada de decisão por parte do gestor da unidade policial, o Delegado de Polícia. É a implementação da tecnologia denominada de KMAI – Knowledge Management with Artificial Intelligence, ou Gestão do Conhecimento com o uso de Inteligência Artificial. Desta forma, se estará colaborando na implantação de políticas de combate aos delitos e aos delinqüentes, em sua área de atuação. Ressalte-se que o ser humano é, e sempre será, a parte fundamental na tomada de decisão, competindo somente a ele a palavra final sobre qual rumo será tomado, no caso, diante das investigações. A informática vem como uma novidade, uma arma diferenciada de combate à criminalidade, proporcionando uma ferramenta altamente eficaz, com qualidade no trabalho final da polícia judiciária.

ABSTRACT

The work at hand aims to bring to light the reality, the day-to-day life of a police station, seeking to illustrate its operational problems and, at the end, to offer a solution.

It was decided, first, to clarify the term 'police', its power and attributions, as well as to call attention to the different types of 'police' in existence in the country: administrative, repressive, and judicial.

In addition, the work exhibits the organizational structure of the *Civil Police of Paraná*, herewith introducing the *Theft and Robbery Station*, the place of research.

A rapid comment is made in regard to the internal structure of operation of a police station, as well as its relation to crime theory and, in view of the station's expertise, the distinction between theft and robbery.

Also in evidence is a chart of daily occurrences during the year of 2002 (year during which the study and analyses were made), as well as the problem in determining the connecting links between the various cases. The establishing and evaluation of various ways of conduct similar in action, *modus operandi*; and of authors, or at least probable authors.

At the end it is presented a computer program, already in experimental stage by the research group IJURIS – Electronic Government Institute, Juridical Intelligence and Systems, capable in helping the decision making by the manager of the police unit, the chief of police.

It is the implementation of a technology named KMAI – Knowledge Management with Artificial Intelligence.

There is, in this manner, collaboration in the introduction of policies of fight against crime and criminals in their areas. It is important to emphasize that the human being is, and always will be, the fundamental part in the decision making, being up to himself and only himself the final word regarding which direction will be taken.

Computer science comes as novelty, a distinguished and highly effective crime-fighting weapon, providing higher quality in the final work of the judicial police.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 NOÇÕES PROPEDEÚTICAS	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
1.2 HIPÓTESES	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.4.1 Objetivo Geral:.....	12
1.4.2 Objetivos específicos:	13
1.5 METODOLOGIA	13
2 UNIVERSO DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	14
2.1 POLÍCIA.....	14
2.2 DELEGACIA DE POLICIA:	18
2.2.1 Atividades	29
2.2.2 Finalidade	36
2.2.3 Funcionamento.....	40
2.2.4 Documentação (Boletim de Ocorrência)	44
3 CRIME.....	49
3.1 CONCEITO	50
3.1.1 Furto	53
3.1.2 Roubo	59
4 SITUAÇÃO FÁTICA	65
4.1 DADOS ESTATÍSTICOS DA DFR	71
4.2 INVESTIGAÇÕES	78
5 A NOVA CRIMINALIDADE – “HACKERS”	92
6 PROJETO KMAI E SUA APLICABILIDADE PARA A PROBLEMÁTICA PESQUISADA: ROUBO	112
CONCLUSÕES	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

INTRODUÇÃO

A investigação policial talvez seja uma das poucas áreas onde o conhecimento pessoal do investigador permite que ele haja de forma decisiva na finalização de um caso. Parte deste problema se dá, principalmente no Brasil, devido a uma falta de sistematização quanto às análises de situações fáticas que possam ser adequadamente repassadas em academias e escolas de polícia.

O que se pode constatar, nestes anos de trabalho policial, é a relevância do aprendizado do dia a dia, do corpo a corpo, sorvendo com os mais experientes detalhes sobre locais de crime, formas de atuação de determinados criminosos e seu modo de agir e de pensar.

Embora os constantes programas de aprimoramento policial venham fazendo um trabalho de pesquisa, buscando fornecer maiores substratos para aqueles que estão na linha de frente, muito ainda há que se fazer para se aperfeiçoar o trabalho de investigação.

Uma dessas frentes vem sendo possibilitada com a utilização de novas tecnologias, quais sejam: investimentos pesados em informatização das unidades policiais, com implantação de rede, fazendo com que todas possam se comunicar em tempo real, *on-line*; digitalização de arquivos de interesse criminal, pondo fim aos arcaicos e antiquados fichários policiais¹, criação e divulgação de páginas na

¹ A utilização de sistemas de coleta de impressões papiloscópicas e palmares, por meio de digitalização das imagens, já é realidade em alguns Estados brasileiros, vg, Paraíba. Iniciou-se com o cadastro criminal, banco de dados menor, para então passar a coletar os registros de identificação civil.

Internet com informações de interesse público e outras, com acesso reservado, de caráter institucional; todas essas medidas vêm contribuindo para a ampliação e melhoria nos serviços prestados à sociedade.

Isto vem ao encontro das novas políticas públicas de, cada vez mais, favorecer o cidadão, mostrando ao mesmo que, independentemente de classe social, cor, grau de instrução ou pensamento político, é ele titular de direitos, e não mais, somente, detentor de obrigações. Abre-se, então, uma nova frente para a inserção social das pessoas e, de outro lado, surge a necessidade premente de se romper com antigos paradigmas, estabelecendo-se novas vertentes de atuação.

Certamente, uma das instituições que mais vem rompendo barreiras, por ser visualizada facilmente em qualquer parte do país é a polícia. A cobrança, por parte dos mais variados segmentos da sociedade, quanto a novas posturas e ao abandono de antigas práticas odiosas, faz com que a mesma enfrente dissabores, diariamente, quando rejeita idéias e práticas inovadoras.

Conhecedores desta situação, profissionais da área de segurança pública vêm utilizando toda a experiência de seu corpo técnico, na tentativa de repassar novos conceitos e formas de trabalho aos mais novos, inserindo-os na vanguarda da área de investigação. Incute-se neles, desde o curso de formação, conceitos mais amplos quanto à atividade policial, referentes aos de direitos humanos e a visão social dos problemas do crime, como, também, no que se refere aos procedimentos decorrentes do uso de novas tecnologias.

Tema que vêm mobilizando a opinião da sociedade, do meio político e jurídico é a questão da segurança pública. Nos últimos anos, ela tem sido alvo de debates e responsável por mudanças nas políticas públicas, fazendo com que o governo

federal atue em parceria com os governos estaduais, seja de forma auxiliar ou direta na implementação de recursos na área.

Segurança pública é a expressão maior, é o termo genérico com o qual se refere a um aparato bem mais complexo e que age no dia a dia dos cidadãos. Em verdade, a vivificação do espectro da segurança pública se traduz no seu braço armado, com poderes de coação, ou seja, na Polícia.

Muito se fala e se comenta sobre ela, em forma de crítica. Porém, de fato, poucos conhecem realmente os seus meandros, a sua estrutura, as suas mazelas e as suas virtudes. A polícia já tem idade, é fato, em que pese ter passado por mudanças e por várias cirurgias reparadoras, procurando mostrar-se dinâmica e atual, especialmente, após 1988, quando passou por radical transformação. Porém, é certo que, ainda hoje, em alguns aspectos, assemelha-se àquela velha senhora conservadora, que é reticente quanto a novidades e grandes transformações.

Respeita-se ou teme-se a Polícia, muito mais pelo poder que representa e possui, do que propriamente por suas virtudes. Poder este que acabou lhe custando boa parte das “plásticas” a que foi submetida nos últimos quatorze anos.

A polícia personifica ente que estende a mão quando se está em perigo e que no momento seguinte, provoca ao seu socorrido um sentimento de temor, repulsa, por vê-la como um ser nefasto! É o velho jargão popular “quando se está precisando de ajuda as pessoas lembram-se de Deus e da polícia. Passado o problema, esquecem-se de Deus e amaldiçoam a polícia.”

Seja qual for o Estado da nação, sempre existirão os críticos ferrenhos, os defensores apaixonados, os céticos, os salvadores da pátria com soluções imediatistas e miraculosas. Ver uma situação problema e lançar soluções; trata-se, em verdade, de uma condição humana.

Na área de segurança pública, parece existir uma legião de especialistas, mesmo que nunca tenham sequer passado em frente a uma Delegacia de Polícia ou de um Quartel da Polícia Militar. Assemelha-se, mesmo, a um jogo de futebol, onde todos opinam, apontam defeitos e soluções; porém, a decisão final caberá, apenas, ao especialista da área, ao técnico do time.

E tal não poderia ser diferente, afinal, só aquele que vive e respira o problema, que se aprofunda sobre o assunto, buscando atualizações e analisando os seus erros e acertos e os dos seus pares, é quem possui condições de melhor aquilatar as necessidades e soluções para a polícia e para o policial.

Sob esta ótica, sob a visão de alguém da área, é que o presente trabalha objetiva demonstrar e mostrar a utilidade e a versatilidade que há em se conjugar técnicas e interesses multidisciplinares na elaboração de sistemas computacionais especialistas, com resultados práticos para a área de segurança pública.

Um dos maiores desafios para as ciências criminais, especialmente para os setores da segurança pública, sempre foi o de prevenir, reprimir e elucidar delitos de forma satisfatória. Ou seja, o de servir e de proteger a sociedade da ação de pessoas que atuam disseminando pânico e terror entre os cidadãos de bem, de forma a manter o bem estar e a paz social.

Mesmo que, de tempos em tempos, ações de combate à criminalidade despontem como salvadoras de todo um momento crítico, tem-se a consciência de que tais atos estariam, apenas, remediando um quadro, e não toda a situação, *vg*, ações legislativas no sentido de endurecer a punibilidade, aumentando-se a pena para certos delitos ou mesmo criando novas arquiteturas jurídicas; ampliando as qualificadoras para crimes emergentes com o a conseqüente sobrecarga de pena *in*

abstracto, o qual poderá ou não ser utilizado mediante critério e entendimento do magistrado, resultando em apenamento maior *in concreto*.

A complexidade das relações criminosas, o aprimoramento de grupos nas suas ações delituosas, especializando-se no *modus operandii*, faz com que os órgãos públicos estejam sempre buscando alcançar a criminalidade. E, uma vez que a própria estrutura formal do Estado de Direito dificulta movimentações rápidas e imediatas, ela acaba por contribuir para um atuar incisivo das chamadas quadrilhas organizadas.

É nesse momento que o mesmo Estado formal, munido dos artefatos necessários, seja no aspecto jurídico, o qual dá o respaldo legal para as ações de repressão e combate ao crime, ou no dos recursos humano e material, sejam estes os mais diversos equipamentos bélicos e tecnológicos com o devido preparo dos seus operadores, agentes do Estado, poderá equilibrar, ou reverter, em favor da sociedade, a harmonia e o desenvolvimento do país.

O que, de início, apresentava-se como surreal, apenas como uma visão ficcionista da realidade, começou a tomar forma ao surgirem os telefones celulares, utilizados, cada vez mais, com recursos antes inimagináveis. Primeiro, aparelhos enormes com grandes baterias recarregáveis possuíam uma única função: a de falar e ouvir. Hoje, modelos em que falar tornou-se dispensável, *vg* dão lugar aos aparelhos capazes de transmitir mensagens de correio eletrônico, de gravar conversas, de captar e de transmitir imagens e de navegar na Internet, graças à evolução tecnológica, de analógica para digital.

Na mesma linha, estão os computadores: dos gigantes, quase sem capacidade de recursos, para os atuais, compactos e mínimos *palm tops*, com

processadores ínfimos, em tamanho, e com enorme poder de processamento de dados.

E é esta a tecnologia que aproxima a realidade da ficção, fazendo com que a força policial tenha, à sua disposição, mais uma arma de apoio.

O avanço tecnológico se faz acompanhar, também, de uma mudança paradigmática nas relações sociais, iniciada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e prossegue no aprimoramento dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão. As mudanças mais radicais na área da segurança pública podem ser encontradas logo no início da Carta Magna de 1988, em especial no art.5º e seus respectivos incisos.

Ao se estabelecer novos conceitos e ao se erigir princípios legais antes compostos em leis ordinárias a princípio constitucional, tais como: o da irretroatividade da lei, senão em benefício do réu (art. 5º, inciso XL); a impossibilidade de imputar um crime sem lei anterior que o defina, bem como, a aplicação de pena sem prévia cominação legal (art.5º, inciso XXXIX), nos dois casos, já havia a previsão no Código Penal, arts.1.º e 2.º. A inviolabilidade do domicílio, podendo ser rompida apenas por ordem judicial (art. 5º, inciso XI), revogando tacitamente a primeira parte do art. 241 do Código de Processo Penal². Vê-se que o legislador constituinte estava assaz preocupado em afiançar ao cidadão brasileiro garantias que lhe haviam sido subtraídas durante o período de governo militar, sobretudo as decorrentes do Ato Institucional n.º 5 ou, simplesmente, do AI 5.

Com certeza fatos como o atentado terrorista de 11 de setembro, nos Estados Unidos, reforçam a idéia de combate à criminalidade de maneira eficaz e, ao mesmo tempo, de modo radical. Após aquele acontecimento, evidenciou-se o modo como os

² “Art. 241- Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado”, do Código de Processo Penal.

terroristas, com enorme facilidade, enfronharam-se na sociedade Norte Americana e como os mesmos utilizaram dos recursos tecnológicos para receberem e transmitirem informações, diga-se, dos meios eletrônicos. Corre-se, mesmo, o risco de retorno a situações indesejadas, e que de fato já vêm ocorrendo lá, nos EUA. Restrições de acesso a estrangeiros, vigilância exacerbada sobre os próprios cidadãos e controle nas comunicações e movimentações consideradas suspeitas, em especial nas áreas de risco.

Trata-se um de momento em que se deve analisar o que efetivamente está ocorrendo ao nosso redor e, sobretudo, como a sociedade deve reagir.

O que, de fato, ocorre é que já estamos vivendo na era dos cibercrimes, onde o policial/investigador não pode mais se limitar aos sistemas antigos de informações, aos fichários manuais, aos arquivos pessoais ou, mesmo, a confiar na própria memória. Tema este que já foi objeto de breve estudo, intitulado “Hackers, Atividade e Legislação no Brasil”, incluído no capítulo 4. O estudo, produzido em forma de *paper*, foi escolhido pela comissão técnica do II CIBERÉRTICA – Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética, realizado em Florianópolis/SC entre 12 e 14 de novembro de 2003, e apresentado pessoalmente pelo pesquisador por ocasião do evento.

Urge a necessidade de desenvolvimento de mecanismos de auxílio na solução de delitos, com a premente interseção de dados com análise de fatos e situações reiteradas. Algo capaz de realizar a apreciação e de indicar caminhos ao especialista para que este possa optar em qual deles seguir. Um aparelho com capacidade de processar e, também, de avaliar os dados que lhe são apresentados. É a profissionalização do trabalho policial aliada à tecnologia.

Com esta visão de otimizar e dinamizar o labor policial, tornando o trabalho do Delegado de Polícia e de seus agentes e auxiliares, implicado ainda mais com a investigação de delitos de grande repercussão, teve a intenção de citar, inicialmente, as atividades decorrentes da rotina de um órgão de segurança pública, *in casu* a Delegacia de Polícia, com suas atividades e seus problemas para, ao final, mostrar uma solução compatível com a atual contingência.

1 NOÇÕES PROPEDÊUTICAS

O tema do trabalho, Investigação Criminal na Era do Governo Eletrônico, pode denotar uma obra eminentemente jurídica. Afinal crime só é crime se a Lei assim estipular e, como tal, importa em procedimento jurídico de apuração dos fatos para posterior julgamento. Porém, a inserção do sub-título, Inteligência Artificial X Análise de BO, soluções em K.M.A.I., torna esclarecedor o assunto a ser abordado. Além das noções jurídicas, pois que elas se relacionam diretamente ao tema, é o mesmo de cunho prático, voltado para a busca de soluções.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

- 1) Dentro da estrutura organizacional e funcional dos órgãos de segurança pública, especificamente a da polícia judiciária, ante a atual conjuntura política, social, econômica e jurídica, é possível dinamizar o processo investigatório nos delitos de roubo, mediante o uso de uma ferramenta computacional?
- 2) A tecnologia pode favorecer a investigação criminal, fornecendo subsídios confiáveis e em tempo reduzido?

1.2 HIPÓTESES

- 1) Implementar a informatização dos órgãos de segurança pública e da polícia judiciária com a disponibilização das informações para todas as unidades atualizadas, *on-line*, e de forma confiável.
- 2) Promover a capacitação dos profissionais da área de polícia judiciária, especificamente, e de segurança pública, em geral, para obter uma perfeita amoldadura às novas tecnologias, tornando-os aptos ao aproveitamento das mesmas.
- 3) Estimular a ação inovadora, criativa, para o desenvolvimento de ferramentas computacionais que possibilitem a análise comparativa, processadas com rapidez, de situações semelhantes, importando em uma resolução maior de delitos em menor tempo.

1.3 JUSTIFICATIVA

A curiosidade sempre moveu o ser humano em busca de novas fronteiras. Este mesmo interesse em descobrir ou simplesmente em tentar chegar aonde outros pretenderam, arriscaram, ou desistiram depois de tentativas múltiplas é que impulsionou o presente estudo.

A área de atuação profissional do pesquisador é voltada para o combate à criminalidade, exigindo tomada de decisões rápidas, análise de fatores de risco, de checagem de modelos e de conjunturas fáticas semelhantes e, ainda, para a prevenção de acontecimentos futuros que possam ser evitados ou, ao menos, minorados.

A engenharia, assim como tantas outras áreas do conhecimento, estão incorporadas ao dia a dia dos cidadãos e, tornando evidente que a produção de aplicativos voltados para a área do Direito, independente da especialidade, só é possível com o entrelaçamento do saber técnico jurídico com o técnico de engenharia. A comunhão de conhecimentos leva à resolução de conflitos.

Dentro deste prisma, e havendo, desde há muito, a queda pela área da computação, o pesquisador passou a pensar em soluções voltadas para a sua área de atuação.

Estava dada a largada para a inserção digital dentro do Direito, uma porta que se abria para a elaboração de aplicativos úteis ao operador jurídico.

Posteriormente, em face da atividade laboral como Delegado de Polícia no Estado do Paraná, nasceram série indagações em busca de soluções. Dentre tantos questionamentos surge a de como conseguir estabelecer uma ligação entre os diversos delitos, contando com uma estrutura compartimentada e reclusa, onde as informações são tratadas sempre como sigilosas e onde pouco, ou quase nada, é repassado aos demais envolvidos no processo de investigação.

Compartilhar informações de caráter reservado, ou mesmo analisar circunstâncias que envolvam pessoas em situação de crise, no caso de uma investigação criminal, torna-se sensível verificar as conseqüências ante um eventual extravasamento das mesmas para setores que podem impossibilitar um desfecho

favorável, v.g., divulgação pela mídia de fatos investigados antes dos mesmos serem solucionados.

Justamente, nesses casos, as ferramentas computacionais são de grande valia como auxílio no combate à criminalidade, estabelecendo um meio de acesso à informação, de maneira restrita, hierarquizada e com capacidade de análise de fatos, indicando caminhos a trilhar, de forma mais prática e concreta.

Na posse das mesmas, pode-se efetuar a troca de informações de maneira objetiva e segura, sendo que as partes envolvidas tomam conhecimento do assunto em tempo real e passam a colaborar apropriadamente, resultando inclusive em economia de recursos.

Age-se com precisão cirúrgica, extirpando todo o *câncer*, sem a necessidade de várias inserções para um mesmo desfecho.

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 Objetivo Geral:

Desenvolver uma ferramenta que viabilize a análise conjuntural de situações de fato, ante um grande número de documentos elaborados diariamente dentro da área criminal, capaz de auxiliar o gestor deles a compor políticas de combate à criminalidade, num trabalho visando a resolução de conflitos.

1.4.2 Objetivos específicos:

Facilitar, com o uso da informática, a tomada de decisão do Delegado de Polícia quando da investigação criminal na área de furtos e roubos.

Fornecer, a ele, a análise do conteúdo dos BO's (boletins de ocorrência), transformando tal tarefa, hoje manual e, por isso, lenta e falha, em automática, tornando-a rápida e eficiente.

Disponibilizar uma ferramenta computacional capaz de apontar congruências nas ações delituosas, proporcionando maior chance de sucesso nas investigações.

1.5 METODOLOGIA

Foram utilizados dois instrumentos: a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura, e a pesquisa experimental, a qual pressupõe a coleta de dados com base na observação da realidade do cotidiano de uma Delegacia de Polícia, *in casu* a Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba/PR, com a apresentação dos dados, a análise e a discussão dos seus resultados, com posterior conclusão e crítica das mesmas. É a união da pesquisa experimental com a reflexão racional para a elaboração da ciência.

“O Príncipe é tanto mais capaz de fazer-se obedecer quanto mais onividente é, e é tanto mais capaz de comandar quanto mais é invisível”³.

2 UNIVERSO DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL

2.1 POLÍCIA

Polícia e *segurança* são palavras que se correlacionam. Sendo a origem do termo oriunda do grego, *polis* – *politéia*, significando no início, o ordenamento jurídico-político do Estado. Com o passar dos tempos o termo “*polícia* passa a significar a atividade administrativa tendente a assegurar a ordem, a paz interna, a harmonia e, mais tarde, o órgão do Estado que zela a segurança dos cidadãos”.⁴

Ainda, o sentido atual dado à Polícia é o de “órgão do Estado incumbido de manter a ordem e a tranquilidade pública”.⁵ Ao que parece, teria este significado surgido na Roma antiga, em razão dos delitos que ocorriam à noite. Criou-se, então, um corpo de soldados encarregados de evitar os crimes e, como consequência, o desenvolvimento de um corpo de funcionários para melhor apurá-los. Seria uma forma primitiva da atual Polícia Judiciária.

³ BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia*, 3ª ed. editora Paz e Terra, 1987, p. 98.

⁴ TORNAGHI, Hélio. *Processo Penal*. Rio, Coelho Branco Editor, 1953, p.255.

⁵ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. São Paulo: Editora Saraiva, 1987, p. 159.

Portanto, polícia/policiar implica em dizer que “é dar ou transmitir civilização a..., é civilizar”⁶

Muito embora para o cidadão pouco importa qual seja a polícia que irá resolver o problema dele, existem várias polícias com atribuições e atividades bem distintas. Decorrem elas do objeto de atuação, sendo divididas em Polícias Administrativa, de Segurança e Judiciária.⁷

A separação e a divisão de atribuições são de ordem constitucional. A Carta Magna de 1988 dispensou no capítulo III - Da Segurança Pública; do Título V - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, para demarcar as diretrizes de atuação das polícias em seu art. 144 e respectivos parágrafos nos seguintes termos:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I- polícia federal;
- II- polícia rodoviária federal;
- III- polícia ferroviária federal;
- IV- polícias civis;
- V- polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente....

Prosseguindo nos seus demais nove parágrafos e incisos quanto à finalidade e atuação de cada uma delas.”

A segurança pública é atribuição das polícias, cada uma na sua esfera de atuação, mas também é de responsabilidade de todos. O Estado não chamou para si o ônus exclusivo da segurança pública, pois conclama a sociedade a participar e a interagir com ele, para que assim possa obter melhoria nos serviços e nos resultados pretendidos.

A Constituição Federal estabeleceu cinco polícias, incisos I a V do art. 144; sendo que duas delas são eminentemente civis (paisana) ou judiciárias, I e IV, e, as demais, são fardadas ou uniformizadas, conforme o regime hierárquico, II, III e V.

⁶ AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. *Direito e Segurança Pública*. Brasília: Editora Consulex, 2003, p.14.

⁷ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1992, p.658. Idem, 2, p.159 e 160. **A que texto se refere esta referência????**

Chama-se Polícia de Segurança àquela ostensiva. É, exatamente, a mais conhecida. Devido ao seu caráter garantidor da ordem e da paz pública, agindo sempre de forma preventiva para assegurar a tranquilidade dos cidadãos, via de regra, apresenta-se fardada e, não raro, com hierarquia e disciplina militar. Possui poder discricionário para agir no intuito de evitar as causas de turbação da ordem jurídica, ou mesmo de dano ou perigo, às pessoas ou às coisas, independentemente de ordem ou autorização judicial.

Às polícias fardadas e uniformizadas competem, como dito, as atividades policiais ostensivas preventivas, bem como, boa parte das atividades de orientação e repressão administrativas, ilícitos administrativos, § 5º, do art. 144 da CF⁸.

A Administrativa, propriamente dita, tem “por objeto as limitações impostas a bens jurídicos individuais”, limitações essas que visam a assegurar “completo êxito da administração”.⁹ Encaixa-se nesse perfil, por exemplo, a Polícia Rodoviária e a Aduaneira, §§ 2º e 3º do art. 144 da CF¹⁰.

Finalmente, a terceira delas, e nosso objeto de estudo, é a Polícia Judiciária ou, nas palavras de Fernando da Costa Tourinho Filho, a polícia secreta, em razão de não ser visível a sua presença em público. A esta compete, em falhando as anteriores, investigar e apurar fatos delituosos, apontando a respectiva autoria. A Polícia Judiciária realiza a primeira etapa, o início da *persecutio criminis* do Estado. Desta forma, estará subsidiando o órgão do Ministério Público para que este possa

⁸ “Art. 144 - A segurança pública,...”

“§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”.

⁹ Idem . 2, p. 160.

¹⁰ “Art. 144 - ...”

“§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais;

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.”

exercer a *persecutio criminis in iudicio*, em um segundo momento, com a devida proposição da ação penal e ulterior julgamento pelo Judiciário.

Como afirmava Pimenta Bueno: “sempre vigilante, ela indaga de todos os fatos suspeitos, recebe os avisos, as notícias, forma os corpos de delitos para comprovar a existência dos atos criminosos, seqüestra os instrumentos dos crimes, colige todos os indícios e provas que pode conseguir, rastreia os delinqüentes, captura-os nos termos da lei e entrega-os à Justiça Criminal, juntamente com a investigação feita, para que a Justiça examine e julgue maduramente”.¹¹

A polícia judiciária, Federal e Civil dos Estados, age após a ocorrência do fato delituoso, do crime; sua delimitação de atuação está no art. 144, §§1º e 4º da CF¹², onde se infere que a elas compete, com exclusividade, a apuração das infrações penais, exceto as militares¹³.

O termo utilizado, polícia judiciária, não significa que a mesma está subordinada ao Judiciário. A expressão implica em dizer que suas atividades possuem cunho judicialiforme, uma vez que todos os atos desenvolvidos devem estar dentro do estipulado na legislação correspondente, conforme mostraremos adiante. O destino final dos atos desenvolvidos será o poder judiciário, passando

¹¹ Ibidem 2, p. 161.

¹² “Art. 144 - ...

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela EC nº 19/98 – DOU 05.06.98)

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela EC nº 19/98 – DOU 05.06.98)

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

¹³ Neste sentido, recente decisão da 2ª Turma do STF, no julgamento do RE 233.072.

antes pelo crivo do Ministério Público, órgão titular da ação penal e encarregado de promover o início da persecução penal em juízo.

Em verdade, as polícias estão vinculadas, e hierarquicamente subordinadas, ao chefe do poder executivo dos Estados, Territórios e Distrito Federal, quando se tratar das polícias civis e militares, aí se incluindo os corpos de bombeiros militares, art.144, §6º. Quando se tratar da polícia federal, à União, art. 144, §§1º, I, parte final; 2º e 3º.

Em razão do presente trabalho visualizar as atividades de uma Delegacia de Polícia, tratar-se-á somente das atividades da polícia civil, a qual se assemelha, em muito, à polícia federal, pois ambas são judiciárias. Distinguem-se, apenas no que tange às esferas de atuação, quais sejam, a estadual e a União, respectivamente.

2.2 DELEGACIA DE POLICIA:

A Delegacia de Polícia é a materialização dos poderes da polícia judiciária. É onde se visualiza o poder estatal desenvolvendo os seus atos em prol da segurança pública dos seus cidadãos, é a vivificação da letra fria da lei.

O Estado, aqui compreendido, nas esferas federal e estadual, mediante a organização e a realização de concursos públicos, preenche os quadros correspondentes às carreiras de suas polícias. E é o seu corpo de funcionários que prestará a atividade fim policial, qual seja, manter a paz e a ordem social em nível tolerável.

No Estado do Paraná, local de desta pesquisa, a polícia civil até o ano de 1853, ficava subordinada às diretivas e à organização da Chefia de Polícia da

Província de São Paulo, em razão da “Comarca de Curitiba” ser a ela subordinada. A partir de 29 de agosto de 1853, data em que foi sancionada a Lei n.º 704, da lavra do imperador D. Pedro II, a “Comarca de Curitiba” passou a Província do Paraná. No mesmo ano, no mês de outubro, foi nomeado como Chefe de Polícia do Paraná o Dr. Antonio Manoel Fernandes Júnior. Era o início da atividade policial civil no Paraná.

A partir de então, diversas unidades, destacando-se, entre elas, os Institutos Médico Legal, 1892; Identificação, 1902; e Criminalística, 1935, foram criadas no intuito de melhorar os serviços prestados.

Com a sanção do Código Criminal do Império, ocorrido em 16 de dezembro de 1830, pelo Imperador D. Pedro I, é que a atividade policial passou a ser delineada para, então, se chegar aos moldes atuais.

As polícias judiciárias, na sua missão constitucional de apurar as infrações penais, formalizam os seus atos com a elaboração do inquérito policial.

Tal denominação proveio com o advento da Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871, sendo regulamentada, posteriormente, mediante o Decreto Lei 2.824, de 28 de novembro de 1871. Dizia o art.42: “O inquérito policial consiste em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo ser reduzido a instrumento escrito”¹⁴.

As delimitações e os poderes concedidos às autoridades policiais responsáveis pelas investigações encontra-se no atual Código de Processo Penal, nos artigos 4º a 23, no Livro I, Do Processo em Geral, no seu Título II, do Inquérito Policial. Trata-se das linhas mestras.

¹⁴ SALLES JÚNIOR, Romeu de Almeida. *Inquérito Policial*. Curitiba: Editora Juruá, 1991, p. 15.

Já a regulamentação específica das atribuições, da estrutura e do corpo de funcionamento das polícias em cada uma das unidades federadas, compete aos seus respectivos Estados.

Atualmente, as atividades da Polícia Civil do Paraná, é regulamentada, em linhas gerais, pela Constituição Estadual e pela Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar n.º 89/01, conhecida como Estatuto da Polícia Civil¹⁵.

Em sua parte administrativa, pormenores de sua estrutura são dados pelo Decreto Lei n.º 4884/78. Nas duas legislações, encontra-se o bojo de toda a aplicação prática da atividade da polícia judiciária paranaense.

Antes de mergulhar mais afundo no objetivo, a seguir a ver-se-á a estrutura e funcionamento da organização policial civil, para desta forma melhor compreender as suas necessidades e formas de otimização de seus serviços.

“A Polícia Civil é a unidade de execução programática da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, com vínculo de subordinação hierárquica ao respectivo Secretário de Estado”, art. 1º do Estatuto da Polícia Civil, ou seja, é subordinada hierarquicamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública e, acima deste, está o Governador do Estado, chefe das polícias. Tal poder hierárquico é administrativo, no sentido de gerir a máquina policial, mas sem poder de decidir quanto as ações de seus membros, qual rumo a ser tomado nas investigações.

No mesmo sentido o referido Estatuto, prevê, no art. 3º, que “a função policial, por suas características e finalidades, fundamenta-se nos princípios da hierarquia e da disciplina”; sendo seus integrantes aqueles estabelecidos no “quadro de Pessoal

¹⁵ A Constituição do Estado do Paraná traçou as linhas gerais das polícias no Estado, em Capítulo exclusivo sobre a Segurança Pública – Cap. IV do Título II, Da Administração Pública. Seguiu, e não poderia ser diferente, a linha mestra da Constituição Federal, praticamente repetindo seus artigos e parágrafos referentes ao tema.

da Polícia Civil”, art. 4º. Estes se compõem da seguinte forma, nos termos da Lei 14/82:

TÍTULO II DAS CARREIRAS E DO PROVIMENTO

“CAPÍTULO I DAS CARREIRAS POLICIAIS

Art. 13 - São carreiras policiais:

I - Delegado de Polícia;

II - Comissário de Polícia; (em extinção)

III - Investigador de Polícia;*

**Redação dada pela Lei Complementar nº 69/93*

IV - Médicos Legistas;

V - Perito Criminal;

VI - Químico Legal;**

***Redação dada pela Lei Complementar nº 71/93.*

VII - Tóxicologista;

VIII - Escrivão de Polícia;

IX - Perito Policial; (em extinção)

X - Datiloscopista;

XI - Técnico em Telecomunicação Policial;

XII - Técnico em Manutenção Policial;

XIII - Identificador Datiloscópico;

XIV - Operador em Telecomunicação Policial;

XV - Auxiliar de Manutenção Policial; e

XVI - Auxiliar de Necrópsia.”

Destes, é o Delegado de Polícia¹⁶ o superior hierárquico dos demais, art. 11 da LC 14/82, incumbindo ao mesmo as atividades de direção, organização e consecução das atividades de polícia judiciária.

Delegado de Polícia de carreira, na redação constitucional, colocados como dirigentes das polícias civis, art. 144, §4º da CF¹⁷, é, necessariamente Bacharel em Direito e concursado.

¹⁶ A carreira de Delegado de Polícia no Paraná é fundada na hierarquia. Tal como em outras carreiras jurídicas estatais, organiza-se em classes as quais são galgadas por critérios de merecimento e antiguidade. Inicia-se na 5ª Classe, criada pela Lei complementar n.º 89/01 no art. 31, e o topo da carreira é na 1ª Classe, subordinando-se aqueles a estes. Tal importa para fins de remoção e designação dos Delegados para cargos de chefia e Comarcas, sendo regulada pelo Estatuto da Polícia Civil, com nova redação dada pelo Decreto n.º 458, de 08 de maio de 1987.

¹⁷ “Art. 144 - ...

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.”

O Código de Processo Penal, ao regular o inquérito policial, no já mencionado art. 4º, fala em Autoridade Policial, qual seja, o Delegado de Polícia¹⁸.

A polícia civil paranaense compõe-se de órgãos administrativos de direção, assessoramento, instrumentação e execução, nos termos do Decreto n.º 4884/78, o qual aprovou o Regulamento e a Estrutura da Polícia Civil no Paraná, estabelecendo, no art. 3º, quais os órgãos componentes do nível de execução das atividades policiais, parte prática e foco do presente estudo. No art. 5º, Capítulo II do Título I do Estatuto da Polícia Civil¹⁹, também há referência às unidades componentes da estrutura policial civil; porém, no nível de execução deixou-se de mencionar alguns órgãos de ações especiais, excepcionando o Centro de Operações Policiais Especiais - COPE.

¹⁸ MIRABETE, Júlio Fabbrini. *in Código de Processo Penal Interpretado*. São Paulo: Ed. Atlas, 1999; p. 37. No mesmo sentido, René Ariel Dotti, em artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, coluna Gazeta na Justiça, do dia 15 de abril de 1996, segunda-feira.

¹⁹ Lei Complementar n.º 14/82 com as alterações da Lei Complementar n.º 89 de 25.07.01:

“CAPÍTULO II

DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

.....

Art. 5º - São unidades da Polícia Civil:

I - Ao Nível de Direção:

- a) Departamento da Polícia Civil;
- b) Conselho da Polícia Civil;
- c) Corregedoria Geral da Polícia Civil;

II - Ao Nível de Assessoramento:

- a) Secretaria Executiva;
- b) Assessoria Técnica.

III - A Nível Instrumental:

- a) Divisão de Infraestrutura;
- b) Coordenação de Informática;
- c) Escola Superior de Polícia;

IV - Ao Nível de Execução:

- a) Divisões Policiais;
- b) Centro de Operações Policiais Especiais;
- c) Instituto Médico Legal;
- d) Instituto de Criminalística;
- e) Instituto de Identificação;
- f) Subdivisões Policiais;
- g) Delegacias Regionais;
- h) Delegacias de Polícia;
- i) Outras unidades policiais civis auxiliares.

Redação dada pelo art. 1º do novo Estatuto da Polícia Civil

As unidades de execução possuem a sua estrutura interna de funcionamento e as suas atribuições regulamentadas pelo Decreto 4884/78.

As distinções que se estabelecem referem-se à competência de atuação *ratione loci*, porque delimitada por territorialidade e *ratione materiae*, quando por assunto.

A regra geral é de que nos municípios de pequeno porte, com baixo índice populacional, a Delegacia de Polícia local irá atender a todos os casos indistintamente, ou seja, “clínica geral”. Todos os delitos e infrações penais que ocorrerem na área de atuação daquela Delegacia será atribuição da mesma resolvê-los.

Já nos grandes centros, onde há maior concentração populacional, onde os delitos ocorrem em grande volume, há a distribuição das atividades *ratione materiae* e *ratione loci*. Isto visa a implementar ações específicas para que a ação policial seja mais eficaz.

A necessidade de profissionalização e do aprofundamento do aparelho estatal no combate à criminalidade que motivou a criação das Divisões policiais com Delegacias de Polícia Especializadas, tais como: Delegacia de Homicídios, de Furtos e Roubos, de Furtos e Roubos de Veículos, da Criança e do Adolescente, de Repressão a Entorpecentes, de Vigilância e Capturas, de Estelionato, etc.

Para esta distribuição de competências, o Estado do Paraná foi desmembrado em Divisões Policiais, Subdivisões Policiais, Delegacias Regionais e Delegacias de Polícia²⁰, mais os três Institutos, a saber: o de Criminalística, o de Identificação e o Médico Legal. Além destes, há os órgãos subordinados diretamente ao Delegado Geral: Centro de Operações Policiais Especiais – COPE; Tático Integrado de Grupos

²⁰ A falta de uma Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil faz com que cada Estado da federação crie sua própria estrutura administrativa, podendo mesmo possuir órgãos com as mesmas funções/atividades porém com denominações diferenciadas, Divisões, Seccionais, Regionais, etc.

de Repressão Especial – TIGRE; Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas – SICRIDE; Força Especial de Repressão Antitóxicos – FERA; e Núcleo de Inteligência Policial – NIPOL²¹.

O COPE é um órgão eminentemente de investigação e apoio às demais Delegacias de Polícia do Estado, concentrando esforços de repressão e combate ao crime organizado, em especial, a quadrilhas de assaltantes de Banco. Internamente, compõe-se de: Subdivisão de Operações, Subdivisão de Comunicações, e Grupo de Diligências Especiais – GDE. Incorporou, posteriormente, o GERAB - Grupo Especial de Repressão ao Roubo a Bancos, reforçando o seu caráter de repressão a este delito e, também, o Centro de Comunicações - CECOM. Recentemente, lhe foi atribuída a incumbência de apurar os delitos de roubo a joalherias.

Criado como um grupo tático, com finalidade prática de tomada de locais com refém ou para apoio a execução de mandados de prisão e afins, o grupo TIGRE – Tático Integrado de Repressão Especial funda-se no treinamento e nas ações, nos mesmos princípios da SWAT. Atua fortemente, também, no combate e na repressão a delitos de extorsão e em apoio às ações da Corregedoria Geral da Polícia Civil.

O SICRIDE – Serviço de Investigação a Crianças Desaparecidas - vem ganhando destaque ao contabilizar a localização de crianças desaparecidas no Estado, bem como, no combate à pedofilia, sendo um órgão de características e policiais com treinamento diferenciado, tanto para o atendimento às vítimas quanto para as investigações.

O combate ao tráfico de drogas é feito pelo grupo FERA – Força Especial de Repressão Anti-tóxico, o qual colaciona informações de todo o Estado sobre

²¹ Art. 5.º do Estatuto da Polícia Civil, item IV, letras “a” à “i” e, Art. 3.º item 4 e seus sub itens do Decreto 4.884/78. Note-se que no Decreto 4.884/78 a Escola de Polícia integrava a parte executiva mas, com a reforma do Estatuto da Polícia Civil, mediante a Lei Complementar n.º 89/01, a mesma foi transformada em Escola Superior da Polícia Civil e passou a pertencer ao nível instrumental da Polícia Civil.

apreensões , prisões e investigações relacionadas ao tema. Trabalha, também, no sentido preventivo, promovendo palestras em escolas, centros comunitários e na própria sede. Possui grupos de apoio a familiares de dependentes/usuários de drogas, onde trabalham psicólogos e outros profissionais clínicos especializados, buscando oferecer um amplo serviço àqueles que necessitam de ajuda.

Já o NIPOL – Núcleo de Inteligência Policial, visa centralizar informações sobre os principais criminosos do Estado, possibilitando o cruzamento de informações sobre quadrilhas, locais de atuação, *modus operandii* , endereços e outros dados que possam fornecer o melhor planejamento às ações policiais.

As Divisões Policiais formam o primeiro grupo de execução das ações de polícia, pois estão na hierarquia acima das demais unidades executivas, mas em igualdade com os órgãos de atividades especiais. São elas: Divisão de Investigações Criminais – DIC; Divisão de Crimes Contra o Patrimônio – DCCP; Divisão de Segurança e Informações – DSI; Divisão de Polícia Especializada - DPE; Divisão Policial da Capital – DPCap; Divisão de Polícia Metropolitana – DPMetro. e Divisão Policial do Interior - DPI.

A primeira delas, Divisão de Investigações Criminais – DIC, é a responsável pelo gerenciamento das seguintes unidades: Delegacia de Homicídios - DH, Delegacia de Vigilância e Capturas - DVC, Centro de Triagem – CT e, Serviço de Registros Policiais para Investigações – SRPI.

A Divisão de Crimes contra o patrimônio abrange: a Delegacia de Estelionatos e Desvio de Cargas - DEDC, e seu Grupo Especial de Combate ao Roubo de Cargas – GERCO; a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos – DFRV e a Delegacia de Furtos e Roubos – DFR, local de pesquisa do presente trabalho.

Em processo de extinção, a Divisão de Segurança e Informações – DSI, abarca as Delegacias de Ordem Social – DOS; a Delegacia de Explosivos, Armas e Munições – DEAM; a Subdivisão de informações; a Subdivisão de Vigilância Privada - SVP e a Subdivisão Anti-Sequestro - SA. O Decreto Estadual n.º 4703, publicado no Diário Oficial do Estado em 14.09.01, transformou a DSI em Agência de Inteligência da Polícia Civil – AIPC e, além das novas atribuições e dos órgãos criados para seu funcionamento, passou a integrá-la o SRPI, antes pertencente à DIC. Mas tal Decreto deixou de estabelecer o destino dos órgãos subordinados à DSI, se eles seriam incorporados a outra Divisão ou, simplesmente, seriam extintos. No momento parte da atribuição de suas Delegacias subordinadas estão a cargo dos Distritos policiais da capital.

Na seqüência, vem a Divisão de Polícia Especializada – DPE, com a Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA; a Delegacia de Delitos de Trânsito - DeDeTran; a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente - DPMA; a Delegacia de Proteção ao Consumidor - DELCON; a Delegacia da Mulher - DM. Esta última vem sendo criada, de forma igual, nos grandes centros do interior do Estado, ficando as mesmas vinculadas diretamente à Subdivisão a que pertencem.

Divisão Policial da Capital - DPCap, é a responsável pelo controle e comando geral das atividades dos distritos policiais de Curitiba. Cada uma das unidades atua por áreas constituídas por bairros da cidade. Ou seja, a circunscrição, a área de ação das Delegacias distritais é delimitada pelo espaço físico dos bairros. Atualmente, a capital paranaense conta com 13 (treze) distritos. Porém, devido ao aumento da população, há estudos em andamento para a ampliação do número de Delegacias Distritais, podendo mesmo dobrar nos próximos anos, bem como, subdividir a DPCap, transformando-a em três: Centro, Norte e Sul. A primeira ficaria

com o 1º, o 2º o 6º e o 9º Distritos. A DPCap Norte, com o 3º, o 4º, o 5º, o 12º e o 14º Distritos, este último ainda não materializado. E, finalmente, a DPCap Sul, com o 7º, o 8º, o 10º, o 11º e o 13º Distritos. Em verdade, formalmente, tais alterações já ocorreram via Decreto, mas, na prática, ainda falta implementação²².

A Divisão Policial do Interior – DPI, é a que possui maior número de Delegacias subordinadas, uma vez que abrange todo o estado do Paraná, excetos a capital e a região metropolitana. Atrelam-se diretamente a ela as Subdivisões Policiais do Interior, num total de 20 (vinte) e, a estas, ligam-se as Delegacias Regionais e Municipais. Cada uma destas subdivisões compreende uma determinada região, englobando várias municipalidades. Existem, no Paraná, 399 (trezentos e noventa e nove) municípios, aí incluídos a Capital e a região metropolitana, ficando para a administração da DPI mais de 300 municípios. Na mesma orientação do projetado para a Capital, há perspectivas de uma fragmentação da DPI, transformando-a em quatro Divisões e, por via de consequência, desafogando o seu volume de trabalho com uma regionalização da Divisão, previsto no Decreto 1.045/99.²³

“Seguindo a estrutura tem-se:

1ª. Divisão Policial do Interior:

- 3ª. Subdivisão Policial de São Mateus do Sul;
- 4ª. Subdivisão Policial de União da Vitória;
- 13ª. Subdivisão Policial de Ponta Grossa;
- 14ª. Subdivisão Policial de Guarapuava.

2ª. Divisão Policial do Interior:

- 10ª. Subdivisão Policial de Londrina;
- 11ª. Subdivisão Policial de Cornélio Procopio;
- 12ª. Subdivisão Policial de Jacarezinho;
- 17ª. Subdivisão Policial de Apucarana;
- 18ª. Subdivisão Policial de Telêmaco Borba.

3ª. Divisão Policial do Interior:

- 7ª. Subdivisão Policial de Umuarama;
- 8ª. Subdivisão Policial de Paranavaí;
- 9ª. Subdivisão Policial de Maringá;
- 16ª. Subdivisão Policial de Campo Mourão.

²² Decreto n. 1045 de 09 de julho de 1999, publicado em DOE do dia 12.07.1999.

²³ Idem, nota 15.

4^a. Divisão Policial do Interior:

5^a. Subdivisão Policial de Pato Branco;

6^a. Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu;

15^a. Subdivisão Policial de Cascavel;

19^a. Subdivisão Policial de Francisco Beltrão;

20^a. Subdivisão Policial de Toledo.”

Cada uma das subdivisões compõe-se de outras unidades a elas subordinadas, como as Delegacias Regionais, as Municipais e os Postos Policiais, os quais estão especificados no Decreto Estadual n.º3.236/88 detalhando que municípios pertencem às subdivisões e as suas respectivas sedes.

Esta estrutura carece de aplicação na prática, faltando a definição das sedes das Divisões do interior com a conseqüente criação de novos cargos e a respectiva designação de pessoal.

O mesmo Decreto 1.045/99, que alterou a configuração da DPI, também modificou a estrutura da Divisão de Polícia Metropolitana - DPMetro, a qual, inicialmente, havia sido criada ao tempo em que esta região ao redor da capital do estado foi delimitada. Pela nova redação legislativa, ficou estabelecido a Divisão de Polícia Metropolitana e a do Litoral, sendo elas: a 1^a. Subdivisão de Polícia de Curitiba e a 2^a. Subdivisão Policial de Paranaguá.

Porém, como até a presente data, a implantação consta, apenas, em forma de projeto, ainda utiliza-se a formatação originalmente proposta, ficando a Subdivisão de Paranaguá pertencente à DPI. A região metropolitana, por sua vez, compõe-se de 24 municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná e, ainda, a

Delegacia do Aeroporto Internacional de São José dos Pinhais, subordinada à Delegacia de São José dos Pinhais.

De forma resumida, é a estrutura de funcionamento operacional e administrativo da Polícia Civil no Estado do Paraná.

2.2.1 Atividades

As atividades de uma Delegacia de Polícia podem ser divididas em administrativas e operacionais.

A primeira visa à distribuição das funções e das obrigações que competem ao quadro de funcionários da mesma, e regula as atividades internas. A parte operacional é a visível, é a distribuição da execução das atividades policiais propriamente ditas, são as equipes de policiais que saem às ruas para a consecução da atividade fim, qual seja, a repressão penal.

Internamente, cabe ao Delegado de Polícia²⁴ gerir a unidade de forma a obter o sucesso em suas ações, coibindo a criminalidade de maneira eficiente. Neste mister, deverá ele adequar o seu corpo de funcionários com o propósito de obter eficiência nos procedimentos investigatórios.

É tarefa de uma Delegacia de Polícia: atos de cadastro de ocorrências delituosas; o recebimento e a expedição de documentos; o atendimento ao público; a fiscalização de atividades e de pessoas; a interação com a comunidade local na

²⁴ Os deveres e as atribuições dos Delegados de Polícia encontram-se dispostos no art.1º do Anexo I do Decreto 4.884 de 24.04.1978, e nos seus sessenta e seis incisos. Além destas, há as competências específicas dos Delegados chefes de unidades especiais, Divisões e Subdivisões, Delegacias Especializadas, etc.

busca de alternativas para o desenvolvimento das atividades policiais e, mesmo não sendo uma atribuição específica, realizar a guarda e vigilância de presos, em razão da existência de cadeias públicas anexas às várias unidades. E, claro, realizar os procedimentos processuais referentes aos atos do inquérito policial, estabelecidos no Código de Processo Penal e demais legislações pertinentes, com todos os seus desdobramentos, como flagrantes, representações por prisões, quebras de sigilos, buscas e apreensões dentre outras.

Estas atividades são pormenorizadas em regulamentos, resoluções, ordens de serviço e decretos, emanados das autoridades competentes, resultando em várias atribuições internas de cunho administrativo que importam, em caso de omissão ou falha no seu atendimento, em punições aos dirigentes dos órgãos policiais.

As Delegacias do interior do Estado, possuem as mesmas incumbências das demais, com o diferencial de que recebem numerários para arcar com as despesas de gestão da sua estrutura. Tal verba, denominada de Fundo Rotativo²⁵, destina-se: à manutenção, à execução de pequenos reparos, tanto no prédio como na cadeia; à aquisição de material de consumo, aí incluído o pagamento de combustíveis e os consertos dos veículos à disposição da unidade; à compra de alimentos para os presos e de materiais de limpeza, higiene e conservação.²⁶

Esta verba provém dos cofres públicos e é repassada mediante prestação de contas dos gastos efetuados nos meses anteriores, ante projeção de custos estimada para o trimestre subsequente. Ou seja, todas as despesas efetuadas importam na elaboração de documentação, com os respectivos comprovantes, a qual é encaminhada ao Departamento Financeiro da Polícia Civil e, após análise

²⁵ O Decreto n.º 2.101, de 11.02.1993, estabeleceu e regulamentou o Fundo Rotativo.

²⁶ Art. 2º do Decreto n.º 2.101 de 11.02.1993.

preliminar, encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado para apreciação e aprovação. O Delegado Chefe da unidade é o gestor dos recursos e o responsável pela prestação de contas.

Internamente, compete ao administrador da delegacia estabelecer as escalas de plantão para o atendimento de ocorrências, tanto de investigadores quanto de escrivães e delegados, quando houver mais de dois; regular os horários para visitas de familiares aos presos, normatizando-a e, também, decidir sobre o funcionamento interno da unidade, definindo os cargos de chefia para coordenar as equipes de investigação, responsáveis pela elaboração e manutenção dos fichários de criminosos; do escrivão chefe para coordenação dos escrivães e da secretaria para os protocolos e organização geral de documentos.

Isto quando se tratar de uma unidade policial com efetivo suficientemente grande que permita a divisão das tarefas. Mas, via de regra, uma mesma pessoa acaba acumulando várias obrigações.

Tais ações possuem caráter interno.

Já, dentre as atividades externas, tem-se as fiscalizatórias, onde pode ser incluída a de cobrança da chamada Taxa de Segurança.²⁷ Trata-se de um tributo pago pelo contribuinte para fins específicos, como: registro e porte de arma; realização de shows em locais públicos; funcionamento de bares e boates; hotéis e motéis; clubes e associações; comércio de jóias e pedras preciosas, etc. Os valores são variados e constam em tabela própria, possuindo códigos diferenciados, conforme o estabelecimento e finalidade. São depositados mediante guias de recolhimento, GR, e vão diretamente ao Tesouro Geral do Estado para, depois serem liberados de forma gradativa, em repasses para contas específicas, também

²⁷ Vide Lei 7.257, de 30.11.1979, referente à consolidação da legislação tributária da Taxa de Segurança.

do Estado, a fim de que o gestor do fundo possa sacá-los e efetuar o pagamento das despesas indicadas, aprovadas previamente pelos órgãos estatais.

Outras atividades externas de uma Delegacia de polícia são as decorrentes de atos de rondas; de “*blitzes*”; dos atendimentos a locais de crime; dos deslocamentos para realização de investigações; do cumprimento de mandados e intimações; da entrega de documentos; de transporte e acompanhamento de presos, seja para audiências, seja para atendimento médico-hospitalar.

Todas estas ações decorrem de atos pré-estabelecidos interna e rigorosamente, dentro dos ditames legais. Dividem-se as atribuições, as funções do efetivo para, então, serem elas concretizadas.

No caso das Delegacias de Polícia Especializadas, estas possuem como normas gerais adotar medidas necessárias:

“para a investigação, prevenção, repressão e processamento, no Município de Curitiba, os crimes previstos no Código Penal Brasileiro, Lei das Contravenções Penais e em outras legislações de caráter penal, segundo a atribuição específica; proporcionar apoio investigatório às unidades policiais do interior quando formalmente requisitados ou quando determinado por autoridade policial competente em função de dificuldades do aparelhamento policial local, ou extrema repercussão do fato criminoso ou ainda, quando o *iter criminis* se projetar a diversas comarcas e as ações forem perpetradas por duas ou mais pessoas; comparecer pelo Delegado Titular ou Adjunto, obrigatoriamente, aos locais de ocorrência dos crimes privativos, com a máxima presteza proporcionando as providências típicas de Polícia Judiciária; assumir a direção das investigações e demais atos processuais quando constatada a multiplicidade de investigações ou inquéritos, procedidas por Distritos policiais da Capital, unificando-os e prosseguindo nos demais termos até elucidação dos eventos e encaminhamentos dos autos à Justiça; articular-se com unidades similares de outros Estados objetivando eficiente coordenação e mútuo apoio na prevenção e repressão de delitos com repercussão interestadual; realizar rondas diurnas e constante policiamento velado, com caráter preventivo, de locais e pessoas de notória suspeitabilidade, isoladamente ou em conjugação com outras unidades policiais, objetivando a investigação de elementos potencialmente sujeitos ao cometimento de infrações valendo-se de aplicação de poder de polícia reservado às autoridades policiais e seus agentes; adotar as providências investigatórias e processuais quando houver expressa e fundamentada Portaria do Delegado Geral da Polícia Civil; adotar as providências investigatórias e processuais quando houver prisão em flagrante delito efetuada por policiais civis lotadas na Delegacia Especializada que integram; organizar e manter fichários de elementos colhidos no curso de investigações ou envolvidos em inquéritos policiais, de acordo com a orientação emanada de unidade superior e em estreito trabalho de integração com o SRPI (Serviço de Registros Policiais para Investigação), com o qual manterá permanente fluxo de informações,

ofícios, prontuários; executar as atividades de polícia administrativa que lhe forem regularmente afetas, através do exercício de fiscalização e sancionamento.”²⁸

Estas atribuições das Especializadas as fazem com que o seu trabalho seja de forma diferenciada daquele de uma Delegacia de bairro. Devem priorizar o atendimento e a solução dos delitos que lhe são afetos.

Em Curitiba e em cidades como Londrina, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Toledo, Foz do Iguaçu, entre outras, sempre que a autoria for desconhecida, será de alçada da Especializada o caso, sem que, com isso, fiquem as demais unidades locais impedidas de trabalharem numa mesma investigação²⁹.

Ao lhe atribuírem uma atividade específica, ou seja, a investigação de homicídios, de furtos e roubos, etc., há uma centralização de informações e de procedimentos que levam as equipes de policiais a identificar e a encontrar os autores dos delitos, de forma mais ágil.

O criminoso possui padrões de ação nas suas condutas que fazem com que os investigadores possam atingir seus objetivos ao coletá-los de forma organizada e sistematizada, é o chamado *modus operandi*.

Mediante a análise dessa forma de agir, é possível atingir a identificação, mesmo, do(s) autor (es) de um crime, ou de uma série deles.

Decorrendo daí a importância de se especializar as atividades de fiscalização e repressão.

Para tanto, as Delegacias Especializadas contam com um quadro de funcionários numericamente maior que suas congêneres.

²⁸ Art. 39 do Decreto n.º 4.884, de 24.04.1978

²⁹ “Art. 42 – Às Delegacias Distritais da Capital compete, como unidades policiais básicas, atender, indiscriminadamente, a todas as ocorrências que se verificarem no âmbito de suas jurisdições territoriais, devendo solicitar o prosseguimento das diligências pelas Delegacias Especializadas competentes, quando verificadas a autoria desconhecida ou incerta; outras atividades correlatas.” - Decreto 4884/78

Ressalte-se, porém, que, quando da edição de tal legislação as Delegacias Especializadas limitavam-se à Capital do Estado. Hoje, praticamente, todas as Subdivisões, como são chamadas as chefias regionais dentro do Estado do Paraná, possuem unidades especializadas, subordinando-se à Subdivisão correspondente, sem, necessariamente, ser uma Delegacia à parte da mesma sede central. Operam essas chefias com os setores especializados, buscando dar o melhor tratamento às informações recebidas, atuando sob as mesmas normas que as Delegacias Especializadas da Capital.

Com isto, criação de novas unidades fora da Capital, houve uma distribuição de afazeres, liberando e desafogando as estruturas centrais para que as equipes policiais de cada região, conhecedores da comunidade local, possam desenvolver os trabalhos a eles afetos.

A Delegacia de Furtos e Roubos da Capital, foco da presente pesquisa, subordina-se, hierarquicamente, à Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, já visto no item anterior. É atribuição específica da mesma:

“adotar as medidas necessárias à investigação, à prevenção, à repressão e ao processamento dos crimes previstos no Código Penal Brasileiro, em seus artigos 155 a 157, 180, 328 a 331, 342 e 344, bem como das infrações penais previstas pela Lei n.º 3.688/41, Contravenções Penais em seus artigos 24 a 26 e, art. 68; outras atividades correlatas”³⁰.

Os artigos referem-se aos delitos de furto e aos seus desdobramentos; ao roubo, com suas formas qualificadas; à receptação; à usurpação de função pública, à resistência e suas qualificadoras; à desobediência; ao desacato; ao tráfico de influência e as suas qualificadoras; ao falso testemunho ou à falsa perícia e à coação no curso do processo. Já, quanto às contravenções, tem-se, na primeira parte, os arts. 24 a 26, aqueles referentes a infrações contra o patrimônio, tais como:

³⁰ Art. 20 do Decreto n.º 4.884, de 24.04.1978

“fabricar, ceder ou vender gazua ou instrumento empregado usualmente na prática de crime de furto”;

“ter alguém em seu poder, depois de condenado, por crime de furto ou roubo, ou enquanto sujeito à liberdade vigiada ou quando conhecido como vadio ou mendigo, gazuas, chaves falsas ou alteradas ou instrumentos empregados usualmente na prática de crime de furto, desde que não prove destinação legítima”;

“Abrir alguém, no exercício de profissão de serralheiro ou ofício análogo, a pedido ou por incumbência de pessoa de cuja legitimidade não se tenha certificado previamente, fechadura ou qualquer outro aparelho destinado à defesa de lugar ou objeto”.

Quanto ao art. 68 da Lei de Contravenções, este se refere à Recusa por parte do cidadão em identificar-se à autoridade, quando da execução de trabalho/ação legítima, quanto a dados ou indicações concernentes à própria identidade, estado, profissão, domicílio e residência. Infração alusiva à administração pública.

Observe-se, porém, que a legislação que definiu as atribuições da Delegacia de Furtos e Roubos – DFR, é anterior à edição da lei dos juzados especiais cíveis e criminais, Lei 9.099/95, nos Estados e, Lei 10.259/01, inicialmente, na Justiça Federal. Com a entrada em vigor da legislação referente aos delitos de menor potencial ofensivo e a implementação dos juzados especiais criminais, quase toda a parte referente às contravenções deixou de ser atendida pela DFR, recaindo diretamente nas Delegacias Distritais. Excetuam-se os casos onde a ação é iniciada e desenvolvida pelos policiais da Delegacia de Furtos e Roubos, onde então, a competência passa a ser dela mesma.

Compete, ainda, à DFR, a emissão de registro, alvará e fiscalização, devido à natureza do trabalho, de empresas de comércio de jóias, pedras ou metais preciosos; empresas fornecedoras ou instaladoras de alarmes residenciais; e empresas confeccionadoras de chaves e especializadas em consertos de fechaduras.

Conforme já anunciado, o trabalho está focado à Delegacia de Furtos e Roubos – DFR, da capital do Paraná, Curitiba.

Estas atividades são representativas da ação em todas as esferas de polícia, administrativa, de segurança e judiciária.

2.2.2 Finalidade

As mudanças exigidas pela sociedade brasileira, pós Constituição Federal de 1988, vêm se manifestando em todos os seus segmentos, seja mediante ações de grupos e ativistas políticos, partidos políticos ou entidades não governamentais. O fato é que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual trouxe notáveis avanços em diversas áreas, principalmente quanto às liberdades individuais e de expressão, foi a constituição construída olhando-se para o passado recente da história brasileira. Houve, durante o período de regime militar, incontáveis casos de abusos e de rompimento com o estado democrático de Direito, levando à estrutura jurídica atual.

Naquele período, 1964, até o final dos anos 80, início de um processo de reabertura política que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mergulhou-se numa época que remonta a inquisição. Iniciada em 1232, com os editos de perseguição aos hereges, publicados pelo Imperador Frederico II e, posteriormente, o Papa Gregório IX, reivindica para a Igreja o poder de realizar o trabalho de perseguição e punição aos ditos hereges³¹. No período do regime militar,

³¹ EYMERICH, Nicolau. *Manual dos Inquisidores, Directorium Inquisitorium*, prefácio de Leonardo Boff, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 13.

a ameaça, hereges, seria àqueles contrários ao regime instituído, pejorativamente denominados de comunistas.

O exercício do poder de polícia, nos anos seguintes ao golpe de 1964, seguia, muito mais, aos princípios de uma inquisição do que propriamente aos direitos e as garantias dos cidadãos. A obtenção da confissão era algo necessário e fundamental para que se efetivasse a culpabilidade e a conseqüente punição do suspeito que, a certa altura, já era visto como efetivo autor.

“A confissão é tudo na Inquisição, não as provas, contrariamente ao senso do direito universal, pois, sabemos, a confissão pode ser extorquida sob coação. Os autores do *Manual dos Inquisidores*, num outro lugar, esclarecem: ‘Diante do Tribunal da Inquisição basta a confissão do réu para condená-lo. O crime de heresia é concebido no cérebro e fica escondido na alma: portanto, é evidente que nada prova mais do que a confissão do réu.’”³²

A conseqüência de tal pensamento é a total inutilidade da defesa, sendo esta meramente formal, muito mais no sentido de pedir uma condenação e aplicação de pena do que, como hoje há, o confronto entre defesa e acusação, com igualdade de produção de provas e acesso às informações. Hoje, ante a égide de uma carta magna democrática, difundidos, cada vez mais, os seus princípios e a sua aplicabilidade, fala-se em ampla defesa, o *due process of law*, com total respeito ao processo e aos direitos humanos.

No entanto, mesmo decorridos mais de 14 (quatorze) anos de vigência, existem falhas nos sistemas públicos de segurança, os quais, na medida em que aparecem, vêm sendo sanados mediante políticas de aperfeiçoamento do quadro de seus servidores, com o aparelhamento de suas estruturas e, fundamentalmente, modificando e apresentando novas perspectivas na atividade pré-processual, concebendo novas técnicas para a investigação policial e o profissionalismo nas ações de seus agentes.

³² Idem, p. 19.

Quanto mais informada dos seus direitos e garantias, mais exigente se torna a população quanto à qualidade dos serviços prestados pelo Estado, fazendo com que a democracia e a cidadania sejam exercitadas em sua plenitude.

Toda e qualquer atividade estatal e privada deve obedecer aos parâmetros estabelecidos na Constituição Federal. No caso do policial, o qual “é um profissional do Direito, tanto quanto o juiz, o advogado, o promotor de justiça³³”, deverá observar atentamente ao regramento jurídico.

Para manter e assegurar que os habitantes desse imenso país durmam e vivam tranqüilos, torna-se imprescindível ao Estado manter ações eficientes de combate à criminalidade. O que somente será possível se ele tiver um bom sistema de inteligência.

Mesmo hoje, ainda perpassam ante a sociedade abusos e desvios de conduta nos mais variados escalões do Estado brasileiro; porém, ela não mais permanece calada e passiva, sendo que exige e cobra mudanças e punições. Para tal, houve e há a necessidade da mudança de comportamento das pessoas e dos encarregados em manter o *status quo* democrático, que resulte na transparência dos atos e das decisões dos poderes públicos.

Como corolário deste novo paradigma estabelecido em 1988, houve um reflexo direto nas ações dos órgãos de segurança pública.

A finalidade de uma Delegacia de Polícia é materializar a atividade de polícia judiciária.

Em um sentido amplo, pode-se afirmar ser a Delegacia um órgão que visa a garantir a tranqüilidade da população, buscando manter a ordem e a segurança

³³ AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. *Direito e Segurança Pública*. Brasília: Editora Consulex, 2003, p.47.

pública da região onde se encontra instalada. Para tanto, possui material humano capacitado, treinado e devidamente habilitado para alcançar a chamada paz social.

Em um sentido mais estreito, trata-se da formalização da repressão estatal aos autores de crimes, mediante o exercício regular do poder de polícia judiciária, administrativo e de segurança.

Para alcançar este fim, há a necessidade permanente de que os seus agentes passem por reciclagens, adquirindo novos aprendizados e técnicas e sendo profissionalizados de forma atual e constante.

O ranço decorrente dos tempos autoritários, onde os fins justificavam os meios, pertence à história.

A finalidade de uma Delegacia de Polícia ultrapassa o sentido de órgão repressor. Volta-se para a comunidade, mediante atividades educativas e preventivas, promovendo palestras em escolas, em associações de bairros, nas entidades não governamentais. Nestes atos, buscam-se o entrosamento com a comunidade e, também, o respaldo para os procedimentos necessários, com a conseqüente participação de todos na questão da segurança pública.

Divulgando as mazelas que os delitos causam à sociedade e buscando mostrar onde, quando e como podem começar e, principalmente, aonde podem terminar os seus autores, a Delegacia de Polícia realiza um trabalho de profilaxia, para que o cidadão se torne cômico das responsabilidades que possui. Retirando, até, aquela idéia de que a polícia deve proteger o patrimônio de terceiros como se fosse uma empresa de vigilância privada.

O fim último das atividades de uma Delegacia de Polícia é, certamente, a elaboração do inquérito policial, com a apuração de todos os fatos que envolvem

uma situação delituosa, com o conseqüente processo e julgamento dos responsáveis.

2.2.3 Funcionamento

Para o exercício de suas atribuições e de sua finalidade, a Delegacia de Polícia deve seguir determinados trâmites, sem os quais padeceria pela falta de organização e sistematização.

Embora o trabalho em uma unidade policial seja sempre dinâmico, todos os dias há novas situações delituosas, novos crimes acontecendo, existe a necessidade de formalizar e documentar, diversos atos.

A burocracia existe em todas as empresas e órgãos, sejam eles públicos ou privados. Em alguns, mais, em outros, menos; porém, o fato é que ainda não há possibilidade de se livrar de determinadas regras para certos procedimentos.

A estrutura interna da Delegacia, como já mencionado, funda-se na hierarquia e na disciplina, cabendo ao Delegado Titular da unidade o comando e a distribuição de tarefas. Deve administrá-la como se fosse uma empresa, cujo objetivo não é o lucro, mas, sim, o resultado final, buscando criar motivações, incentivando a criatividade e realizando o maior número possível de soluções das ocorrências que lhe chegam ao conhecimento.

Por tratar-se de uma atividade que está 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana e 12 (doze) meses por ano, aberta ao atendimento público, necessita de equipe de trabalho condizente com o serviço.

Além do horário de expediente, para o atendimento ao público em geral e para o desenvolvimento das atividades cartorárias, há a necessidade de manter-se efetivo para o atendimento excepcional; as situações de emergência e, em face de existência da cadeia pública, a guarda de presos.

O horário de expediente³⁴ se compatibiliza com o da maioria das atividades comerciais, sendo das 08:30 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 18:30 horas. Nestes horários, é quando onde ocorrem as maiores movimentações, com a plenitude das atividades administrativas e operacionais da Delegacia.

Encerrado o expediente, inicia-se o plantão. Este se mantém no interior da Delegacia, saindo para atender, somente, situações emergenciais, desde que afeta à polícia civil. Resume-se ao comparecimento ao local do crime, via de regra, homicídio, ou casos de grande repercussão. No restante do tempo, a equipe do plantão fica dentro das instalações policiais, fazendo a guarda do local e prestando acolhimento às pessoas que lá comparecem, tanto para registro de ocorrências quanto para orientação. E, nas unidades que possuem, para manter a vigilância sobre a cadeia. Certamente, sem este ônus, a guarda de presos, haveria maior possibilidade da equipe de plantão ser mais atuante na área de sua circunscrição, podendo efetuar diligências e comparecer a outros locais de crime.

O grande risco é a incidência de rebeliões e motins no interior das cadeias públicas inseridas nas Delegacias de Polícia. Face à extrema frequência com que ficam superlotadas, os policiais plantonistas ficam, ante ao seu reduzido efetivo, limitados ao registro de ocorrências. Busca-se, assim, manter um número tal que seja capaz de, no mínimo, poder tomar alguma providência eficiente ante qualquer

³⁴ A Ordem de Serviço n.º 07 de 06.06.1994, D.O. de 25.10.1994, estabeleceu as diretrizes para o horário de expediente das unidades policiais, bem como, para as escalas de plantão.

alteração no comportamento dos detentos. Isto importa em transtornos aos administradores da Delegacia e, também, à população vizinha.

Não raro, torna-se notícia, nos meios de comunicação, a crítica justificada quanto à permanência deste quadro; porém, a solução parece se encontrar, muito distante do desejado. Neste mister, crê-se que a efetiva desativação dos chamados cadeiões, das delegacias de polícia, poderá resultar na possibilidade de transferir o efetivo administrativo para o lugar dos investigadores, ficando os primeiros com as atribuições de registro de ocorrências e trâmites burocráticos e os investigadores realizando sua missão fim, qual seja, a de apurar delitos.

Nas delegacias onde há efetivo disponível, o plantão dos investigadores organiza-se em sistema de rodízio. As equipes permanecem 24 (vinte e quatro) horas em serviço para retornar 72 (setenta e duas) horas depois. Havendo possibilidade, o período de intervalo poderá ser maior.

As escalas de plantão devem seguir a seguinte regra:

- 08:00 horas de trabalho por 24:00 horas de descanso;
- 12:00 horas de trabalho por 36:00 horas de descanso;
- 24:00 horas de trabalho por 72:00 horas de descanso, quando o Órgão dispuser de número suficiente de policiais para o melhor desempenho da atividade policial.³⁵

Há uma forte tendência para se alterar o regime de escalas de plantão, passando a existir somente o de 12 por 36 horas. Excepcionalmente será admitida a inclusão de outras cargas horárias.

³⁵ Esta normatização consta da Ordem de Serviço n.º 07, de 06.06.1984, emanada pelo Sr. Delegado Geral da Polícia Civil, em seu inciso III.

A realidade nem sempre condiz com o idealizado.

Havendo sobrecarga de serviço, o policial, muitas vezes, retorna ao seu expediente antes mesmo de completar o horário destinado ao descanso, pois que, razão da função ou da investigação, nem sempre é possível que ele espere completar o ciclo destinado ao seu repouso, uma vez que precisa dar continuidade à apuração de infrações penais.

O policial civil, freqüentemente, se vê obrigado a retornar ao órgão onde está lotado para prosseguir com as diligências que lhe são afetas, sob pena de tornar inviável toda uma investigação.

Por conseguinte, ultrapassa-se o limite constitucional estabelecido para o trabalho. Embora fuja ao objetivo do presente, importa salientar que o excesso da carga de trabalho importará em perdas na conclusão da persecução criminal, na fase policial.

Alguém que deixa a sua vida pessoal, afetiva e familiar em segundo plano para atender, primordialmente, às necessidades do trabalho, com certeza, estará sujeito a uma infinidade de outros problemas. O estresse ataca a todos, indistintamente, e cada um, na medida de suas possibilidades, irá buscar uma solução, às vezes, nem sempre a mais adequada para o momento.

Eis que essa sobrecarga poderá, então, contribuir para o surgimento de “policiais problemas”, os quais, ao invés de serem uma resposta à sociedade, dela necessitarão para o seu próprio auxílio e honradez.

A imagem do policial, passada nos filmes do gênero, foge totalmente da realidade brasileira e de outros muitos países. O policial, assim como o magistrado, o promotor público, o médico, o psicólogo, o engenheiro e tantos outros profissionais, vem da sociedade em que vive.

No caso, prestará um concurso público para mostrar aptidões e, posteriormente, poderá assumir como policial. É a mesma pessoa que poderia ser engenheiro, médico ou magistrado. Tudo o que fizer na sua vida profissional será um reflexo do que já era antes de ingressar na carreira. Certamente, a conforme sua personalidade, o meio poderá exercer maior ou menor influência sobre o seu jeito de ser; mas, a base, já vem de dentro de casa, de seu ambiente primeiro.

Esta exposição se faz necessária para se desmistificar a imagem do policial super herói, hollywoodiano. Este está sempre pronto para o combate, o qual é extremamente violento e com várias perseguições automobilísticas, explosões espetaculares, tiros certos e nenhum ônus para tanta destruição. O policial de “carne e osso” possui sentimentos, ri, sofre, tem família, esposa, filhos e, certamente, adora voltar para casa, são e salvo, depois do seu turno de trabalho, mesmo ciente e consciente do real risco em expor a própria vida em favor de terceiros. E, repetindo, é um profissional do Direito, tanto quanto o advogado, o magistrado, o promotor público.

2.2.4 Documentação (Boletim de Ocorrência)

Dentro da burocracia estabelecida para o funcionamento adequado da Delegacia, há a necessidade de elaboração de vários documentos como autos de apreensão, ordens de serviço, termos de vistoria, certidões, atestados, etc.. O mais comum e conhecido é o Boletim de Ocorrência.

Este, o Boletim de Ocorrência, ou simplesmente BO, trata-se da formalização de uma *notitia criminis* (notícia do crime), onde alguém leva ao conhecimento da

autoridade policial local um fato delituoso. A doutrina chama esta de cognição imediata do fato delituoso. Será mediata quando chegar ao conhecimento da autoridade policial por representação da vítima ou de quem possa representá-la, requisição da Autoridade Judiciária ou do órgão do Ministério Público ou mediante representação. E será de cognição coercitiva quando da prisão em flagrante, uma vez que, juntamente com a notícia do fato, há a apresentação do autor³⁶. Ainda, a *delatio criminis* pode até ser verbal, hipótese do art.5º, §3º do Código de Processo Penal, admitindo-se, mesmo, o anonimato em tal denúncia.

Como interessa ao presente trabalho a parte que condiz com os atos próprios da Delegacia de Polícia – DP, focaremos o BO.

Após a lavratura do BO, que deve ser assinado pelo responsável pela comunicação, o mesmo é remetido ao Delegado de Polícia para análise e deliberação. É o início, propriamente dito, da *persecutio criminis*.

Caberá àquela autoridade decidir pela instauração imediata de ofício, do inquérito policial ou pela elaboração de um exame de procedência. Neste último caso, verificada a consistência da mesma, ele mandará instaurar o inquérito³⁷.

O Delegado de Polícia observará, com minúcia, o teor das informações contidas no BO, verificando se há *justa causa* para, então, iniciar os procedimentos, tais como: tipicidade do fato, se não houve extinção da punibilidade, se o fato já é ou foi objeto de ação penal, se não há qualquer elemento probatório da existência do ilícito, etc.³⁸

³⁶ Fernando da Costa Tourinho Filho, Processo Penal Vol. 1, Editora Saraiva, São Paulo, 1987, p. 191.

³⁷ O art. 5.º do Código de Processo Penal estabelece as normas para a instauração e o início do inquérito policial e, no seu parágrafo 3.º, menciona a viabilidade do exame de procedência, também chamado de dossiê.

³⁸ MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Código de Processo Penal Interpretado*. São Paulo: Editora Atlas, 1999, p. 42.

Sendo pertinente, procede-se à elaboração da portaria a qual conterá a descrição do fato delituoso, com o esclarecimento das circunstâncias que envolveram o fato e, também, a classificação legal do ilícito penal, uma vez que o objetivo do inquérito policial é o de apurar a materialidade, a autoria e as circunstâncias em que o mesmo ocorreu.

Este ato, portaria, implica no seu registro em livro próprio da Delegacia, onde ficam consignadas as numerações dos inquéritos.

Há uma relação de registros que devem ser lançados em livros próprios, os quais são obrigatórios, servindo cada um a uma finalidade específica, desde o controle dos funcionários (livro Ponto), passando pelo livro de protocolo, de inventário de bens patrimoniais e o de registros de BO's e Inquéritos Policiais - IP³⁹. Certamente, com o aumento da segurança e guarda das informações em meio eletrônico, este controle passará a ser realizado de modo digital, podendo-se acessar, cadastrar e alterar dados de maneira mais rápida e eficiente.

Parte deste trabalho, registro eletrônico de informações policiais, já está sendo executado no projeto BO on-line. Trata-se de uma fração de um todo denominado Polícia On-line, onde se busca integrar todas as unidades da polícia civil do Paraná mediante sistema informatizado, com acesso ao banco de dados da Instituição e de outros órgãos públicos, com troca de informações em tempo real. Concomitante a este será disponibilizado um portal na Internet com serviços e orientações ao cidadão, traduzindo em realidade a relação denominada "*g to c – government to citizen*", governo eletrônico para o cidadão⁴⁰.

³⁹ O estabelecimento da relação de livros obrigatórios, bem como, a quem compete a guarda e responsabilidade, consta do Provimento n.º 04, de 19.03.1999, publicado em DOE n.º 5.562, de 18.08.1999. Ao todo, se contabilizam 16 livros.

⁴⁰ HOESCHL, Hugo César. *Tecnologia da Informação Jurídica*. www.ijuris.org. vide capítulo 05, "Governo Eletrônico – Aspectos de Viabilização e Otimização dos Serviços Públicos", por Eduardo Marcelo Castella.

Até o final do mês de novembro de 2003 estar-se-á com todas as unidades policiais civis integradas ao sistema de Boletim Eletrônico de Ocorrência.

Com isto, uma unidade, mesmo do interior, poderá consultar quanto ao registro de uma ocorrência cadastrada em qualquer delegacia de polícia do Paraná. Sendo do interesse do gestor do órgão, para fins de investigação de fatos correlacionados ou para instruir políticas de combate à criminalidade, anexar ao BO dados estatísticos referentes ao mesmo.

Cite-se, como exemplo, a delegacia situada na cidade de Palmas/Pr, distante 380 Km da capital. Ela poderá, mediante tal sistema, acessar o banco de dados e, querendo, obter uma cópia do registro de um BO lavrado na Delegacia de Furtos e Roubos da Capital, sem a necessidade de comunicação via telefone, fax, ofícios ou outros meios. Bastando, para tal, ser policial civil e possuir chave de acesso ao sistema, o que todos já possuem.

Toda a documentação ainda realizada por meio impresso, paulatinamente, passará a ser inserida de forma digitalizada, ficando armazenada em banco de dados com acesso imediato e disponível aos seus operadores, funcionários da polícia civil.

Assim, haverá uma uniformidade no catálogo das informações, com ampla possibilidade de verificação dos registros e das anotações, viabilizando o ordenamento e aplicação de políticas públicas no efetivo interesse e na realidade das comunidades. Implica dizer, distribuição de efetivos e equipamentos realizada conforme o volume e as características das ocorrências policiais, com ampla capacidade de remanejamento de pessoal, de acordo com a exigência dos índices de criminalidade.

Seguramente, um dos documentos de maior importância dentro de uma Delegacia de Polícia é o BO, face à sua característica referencial para o desdobramento de todas as atividades policiais, tanto de polícia judiciária quanto de segurança, polícia ostensiva. E mais, ele importará, também, para as Secretarias da Segurança Pública, estadual e federal, pois é por meio das informações obtidas pelos registros policiais que será estabelecida a política no setor.

A visualização de um Boletim de Ocorrência, com seus campos devidamente preenchidos e analisados, será apresentado mais adiante, quando será tratada a aplicação da ferramenta computacional KMAI.

Mais uma vez, o presente trabalho terá o seu foco de atenção voltado para o estudo na Delegacia de Furtos e Roubos da Capital e, em especial, nos seus BO's.

3 CRIME

Ao se estabelecer o que é certo ou errado, algo está sendo valorado. O Direito penal é, sempre, a valoração de uma conduta, cuja execução sofrerá uma sanção. A conduta punível é o que se convencionou chamar de crime.

Como se vive sob um regime político tripartite, executivo, legislativo e judiciário, onde estes poderes são independentes e harmônicos entre si, a sociedade compete exercer estes poderes por meio de representantes eleitos ou, até mesmo, diretamente, conforme preceituado no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal.⁴¹

E ao serem eleitos os representantes, mediante o exercício do voto, a eles é delegada a responsabilidade de agir em acordo com a vontade coletiva. Encontram-se aí inclusas as atribuições de atender às expectativas das mais variadas classes sociais, políticas e culturais deste país, promovendo e difundindo os objetivos fundamentais da República brasileira, constantes em sua magna carta, quais sejam: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem

⁴¹ Constituição Federal – “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

....

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; art.3º.

Ainda, competirá aos representantes eleitos definir quais as condutas são intoleráveis à sociedade, insculpindo-as na categoria de crimes mediante a proposição e posterior aprovação de leis.

3.1 CONCEITO

Importa, neste momento, estabelecer-se o conceito de Delito ou Crime. O modo mais brando de se compreender o significado vem a ser pelo “aspecto de contradição entre o comportamento do agente e a lei penal. É o conceito formal, sempre repetido através da fórmula de Carmignani – *crime é o fato humano contrário à lei*”.⁴² Tal definição, inclusive, apreende o preceito constitucional de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, art.5.º, inciso II, CF. E, ainda, de que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, art. 5.º, inciso XXXIX, CF.

Segue este pensamento, na mesma linha, de forma objetiva, com Luiz Alberto Machado, para quem “o crime é, sempre, um desvalor jurídico (antes, objetivo; depois objetivo-subjetivo); e esse desvalor jurídico varia espacial e temporalmente em consequência da mutação dos conceitos culturais, filosóficos e políticos”.⁴³

⁴² MESTIERI, João. Teoria Elementar do Direito Criminal. Rio de Janeiro: J. Mestieri, 1990, p. 139.

⁴³ MACHADO, Luiz Alberto. Direito Criminal: parte geral. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987, p. 77.

Mas, nos dois casos, há, apenas, uma visão geral do conceito de crime/delito. Conforme a interpretação dada pelos doutrinadores, estes conceitos ganham características de cunho naturalístico, material, sociológico, formal e analítico.

Nesse sentido, há definições onde “Crime é a infração da lei do Estado, promulgada para proteger a segurança dos cidadãos, resultante de um ato externo do homem, positivo ou negativo, moralmente imputável e politicamente danoso”, Carrara.⁴⁴ Para Raffaello Garofalo, “crime é a violação dos sentimentos altruísticos fundamentais de piedade e probidade, na medida média em que se encontra na humanidade civilizada, por meio de ações nocivas à coletividade”, entendimento este da escola clássica ou naturalística do Direito Penal. Novamente para Luiz Alberto Machado, este conceito está ao lado de Ihering, como sendo material, para quem delito é “o ato que ofende ou ameaça um bem jurídico tutelado pela lei penal”.⁴⁵ Em contraposição, há Enrico Ferri, com sua visão sociológica, para quem “delitos são ações determinadas por motivos individuais e anti-sociais que alteram as condições de existência e lesionam a moralidade média de um povo num momento determinado”⁴⁶.

Para as classificações naturalística, material e sociológica há divergências entre os doutrinadores, mas o que importa para o presente trabalho é uma conceituação esclarecedora sobre o que vem a ser crime, independente da linha doutrinária de seu autor.

Todos estes conceitos caminharam para o chamado conceito analítico, “a par de ser uma reação doutrinária ao material e ao formal, procura determinar os elementos do crime a fim de facilitar a análise de todos os institutos de Direito

⁴⁴ Apud, F. Carrara, *Programma*, I, parágrafo 21.

⁴⁵ MACHADO, Luiz Alberto. *Direito Criminal: parte geral*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987, p. 78.

⁴⁶ MESTIERI, João. *Teoria Elementar do Direito Criminal*. Rio de Janeiro: J. Mestieri, 1990, p. 140.

Criminal”.⁴⁷ Procede-se à decomposição dos elementos da sua estrutura, da estrutura do delito, verificando os elementos objetivos e subjetivos, resultando, sempre, em ação (ação ou omissão).

“Crime é *ação humana* real ou possível: *ação real* lesiva de bem jurídico ou omissão de *ação possível* protetiva de bem jurídico em perigo; o *conteúdo* da vontade determina a modalidade *dolosa* e a *forma* descuidada de realização da vontade caracteriza a modalidade *culposa* da ação realizada ou omitida”.⁴⁸

“Crime é a ação ilícita típica e culpável. Nessa linha Mezger considera crime, em sentido amplo, a ação punível entendida esta como o conjunto dos pressupostos da pena, salientando poder condensar-se a definição de crime na fórmula - *ação tipicamente antijurídica e culpável*. Isso porque não basta a ação seja ilícita; deve ser também típica (ilicitude tipificada), conforme ensina Maurach ao esclarecer que a ação criminosa é ilícita por lesionar a ordem jurídica estabelecida pela coletividade e típica porque o legislador a descreveu particularmente dentre outras formas de injusto e a conectou a uma cominação de pena”.⁴⁹

Ou seja, a conceituação analítica de crime advém da própria teoria finalista do Direito Penal. Crime é sempre ação (ação ou omissão), vontade humana consciente e dirigida a um fim.

O crime deverá ser descrito em lei penal; há a descrição das ações proibidas em modelos abstratos providos da pena respectiva. Implica dizer que esta descrição é o *tipo legal*. O núcleo do tipo é o verbo, ao qual agregam-se outros valores que o complementam. No caso do homicídio o verbo é *matar*, mas deve-se *matar alguém* para perfazer-se o *caput* do tipo, art. 121 do CP.⁵⁰

A conduta protagonizada pelo ser humano, que venha a se adequar ao descrito na norma penal implicará na sua tipificação. Adequação do fato à norma. Sendo que o resultado, como ordem principiológica da teoria finalista, não pertence ao conceito de ação, mas à estrutura do tipo.

⁴⁷ MACHADO, Luiz Alberto. *Direito Criminal: parte geral*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987, p. 79.

⁴⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Teoria do Crime*. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1993, p. 17.

⁴⁹ MESTIERI, João. *Teoria Elementar do Direito Criminal*. Rio de Janeiro: J. Mestieri, 1990, p. 142

⁵⁰ “Art. 121 - Matar alguém”:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.” Código Penal Brasileiro.

Entendido o que seja crime, serão feitos breves comentários aos tipos penais, objetos do presente trabalho. De ordem eminentemente patrimonial, dada às circunstâncias, poderão envolver, também, o resguardo à vida humana, no caso do roubo qualificado.

Em que pese o teor do Decreto 4.884/78 o qual estabelece, além do furto e do roubo, os delitos correlatos, são de fato, as duas primeiras, as violações que merecem maior destaque; seja pela frequência com que ocorrem, seja pelo alcance e o prejuízo social que causam.

Alicerçado nos conceitos expostos, serão demonstradas as concepções decorrentes dos dois termos, furto/roubo, os quais possuem semelhança no objetivo inicial, mas com diferenças no modo de ação e nos resultados finais, sem, no entanto, adentrar nas particularidades históricas de cada um dos delitos.

3.1.1 Furto

O delito de furto está descrito no Código Penal, em seu Capítulo I, do Título II, denominado “Dos Crimes Contra o Patrimônio”, assim redigido:

“Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º - A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24.12.1996).

Furto de coisa comum

Art. 156 - Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

§ 1º - Somente se procede mediante representação.

§ 2º - Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.”

O art. 155, no início de seu texto, define o que vem a ser o furto, qual seja, a subtração de *coisa* alheia móvel, para si ou para outrem.

O objeto jurídico, que vem a ser o bem, interesse tutelado pela lei penal, *in casu* é dirigido à posse e à propriedade.

Como ensina Romeu de Almeida Salles Junior:

“propriedade é direito. É o direito de usar, gozar, fruir e dispor da coisa. A posse é a relação de fato estabelecida entre o indivíduo e a coisa, pelo fim de sua utilização econômica. É a visibilidade do domínio”.⁵¹

Há parte da doutrina, pátria e estrangeira, com entendimento diverso ao acima esposado. Alegam, alguns, que o delito de furto vislumbra proteger única e tão somente a propriedade, ficando fora do alcance penal a posse, a qual, no entanto, está devidamente resguardada pelo direito civil. Escora, tal posicionamento, o ilustre penalista e jurista Nelson Hungria, no Brasil, e Binding, na Alemanha.

Para eles, em última *ratio*, ao ser o objeto subtraído do possuidor, mesmo que esteja na posse legitimamente, ocorrerá lesão ao direito do dono. É lesão ao titular da propriedade, portanto é ele que estará sendo protegido.

Mas a doutrina majoritária reza pela proteção tanto da posse quanto da propriedade; neste sentido, vide pensamento de Heleno Cláudio Fragoso, Mezger, Welzel Maurach, Maggiore.

⁵¹ SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. *Furto, roubo e receptação*. São Paulo: Editora Saraiva, 1995, p.07.

Diferentemente de objeto jurídico, objeto material do delito vem a ser aquele onde recai a ação humana, podendo ser pessoa ou coisa.

No furto, tem-se, como objeto material do delito, a *coisa alheia*, havendo, também, a necessidade de que seja *móvel*.

Seguindo a orientação acadêmica de maior aceitação, o objeto da ação do sujeito ativo, a coisa alheia, vem a ser aquela que se acha na posse de outrem, via de regra, em poder do proprietário. Poderá, por sua vez, se encontrar com o possuidor, legítimo, sendo este um desdobramento daquele. Aqui, a propriedade é mediata.

Entende-se, ainda, por coisa móvel, na esfera penal, tudo aquilo que pode ser transportado, removido pela ação do homem ou que se trate de um semovente (tem movimento próprio, se move por si).

São considerados semoventes os cavalos, o gado e outros animais irracionais, os quais possuem valor econômico, podendo, assim, ser objetos materiais do delito de furto. Neste sentido, *v.g.*, nas regiões de criadores de gado é comum o registro de ocorrência policial do chamado abigeato; palavra esta derivada do latim *abigeatus*, que representa o furto de gado.

O conceito de imóvel, no direito penal, difere da noção existente no direito civil, o qual considera como “*imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente*”, art. 79 do Código Civil. Aí, compreendido tudo aquilo que for empregado para o aformoseamento e/ou comodidade do proprietário, tais como, plantas e outros ornamentos. E, também, nos casos de edificações removidas para outro local, mas onde é conservada sua unidade, art. 81, I do CC, bem como os materiais separados de um prédio, provisoriamente, para serem reempregados a

posteriori, art. 81, II do CC⁵². Apesar de considerados imóveis em âmbito do Direito Civil, podem ser objeto de furto caso subtraídos de modo ilegítimo de seu local.

No delito de furto, embora se referira a bem material, há o esclarecimento de situações onde ele pode vir a ser elemento cuja percepção foge ao simples olhar, tal como a energia elétrica. Ela pode ser reconhecida, sentida, mas somente com o uso de aparelhos especiais é que se torna mensurável.

Nesta linha, com o advento das novas tecnologias, existe a possibilidade de inovar-se no delito de furto. Os computadores das empresas, de corporações e mesmo os de uso doméstico, podem, e vêm, se tornando objetos de invasões por especialistas em informática, genericamente chamados de *hackers*. Estes subtraem as informações contidas nos equipamentos para usá-las das mais diferenciadas maneiras, revendendo ou, mesmo, apropriando-se e utilizando-se em benefício próprio. Saliente-se que tais informações não são materialmente perceptíveis, pois se tratam de arquivos gravados digitalmente.

Embora exista o chamado *hardware*, parte física e perceptível, tal como o monitor, a impressora, o gabinete com seus componentes internos, que também podem ser objetos de furto, é exatamente o tratamento da informação, seus bits e bytes que interessam aos *hackers*: o *software*. É uma nova área do Direito, a qual

⁵² Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/02:

“Art. 80. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

I – os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

II – o direito à sucessão aberta.

Art. 81. Não perdem o caráter de imóveis:

I – as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;

II – os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I – as energias que tenham valor econômico;

II – os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;

III – os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Art. 84. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.”

ainda está engatinhando, aprimorando conceitos e moldando o ordenamento jurídico a uma nova realidade.

Há a necessidade, também, de que o objeto furtado/subtraído tenha valor econômico, conforme prescreve o parágrafo 3º do art. 155 do CP, em sua parte final. E, sendo este valor insignificante, o juiz poderá não aplicar a lei penal, princípio jurídico da insignificância, ou, até, reduzir a pena, chegando mesmo a aplicar somente uma multa, parágrafo 2º; tudo dependerá da análise a ser procedida em juízo, caso a caso.

Porém, se o fato delituoso acontecer durante o chamado período do repouso noturno, parágrafo 1º do art. 155 do CP, ocasião em que ocorre um agravante do delito de furto simples, *caput* do mesmo art.155, aumentar-se-á a pena em 1/3. Mas o código penal deixou de estabelecer quando seria o repouso noturno.

A doutrina encarregou-se de o esclarecer, sendo o entendimento mais aceito o de Magalhães Noronha onde repouso noturno "...é o tempo em que a vida das cidades e dos campos desaparece, em que os seus habitantes se retiram, e as ruas e estradas se despovoam, facilitando essas circunstâncias a prática do crime".⁵³ Em que pese uma definição mais poética do que objetiva, a verdade é que a legislação deixa ao bom senso do julgador estabelecer quando inicia e encerra tal período, de acordo com as particularidades de cada região.

No parágrafo 4º, do já citado art. 155 do CP, o legislador estabeleceu as situações onde o delito é visto com maiores ressalvas, infligindo maior punição para quem o praticar naquelas situações, quais sejam: com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; com abuso de confiança, ou mediante fraude,

⁵³ SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. *Furto, roubo e receptação*. São Paulo: Editora Saraiva, 1995, p 63

escalada ou destreza; com emprego de chave falsa; e mediante concurso de duas ou mais pessoas.

Por força da Lei 9.426/96, acrescentou-se um quinto parágrafo, o qual estabeleceu que, em se tratando de furto de automóvel levado para outro Estado ou exterior, a pena será agravada. Pretendeu o legislador incriminar fato que, especialmente à época da sua edição, vinha crescendo continuamente, possibilitando, até mesmo, aos seus autores, deixarem de receber pena maior devido à inexistência de tipo penal específico.

Todas as situações descritas são chamadas de qualificadoras, traduzem uma singularidade na ação praticada, que reforçam a intenção do agente criminoso em conseguir realizar seu intento.

Deixar-se-á de enumerar os detalhes de cada uma das ações qualificadoras, em razão do objeto do trabalho ser outro, mas as qualificadoras possuem importância nos efeitos que causam quando do registro de ocorrência na Delegacia de Polícia, bem como, no desdobramento das investigações, conforme adiante será demonstrado.

O legislador previu uma outra figura de furto, estabelecida no art. 156, denominada de furto de coisa comum. Para tal ocorrer, é necessário o preenchimento de alguns atributos do agente, devendo o mesmo ser: condômino, co-herdeiro ou sócio. E ainda a coisa subtraída deve estar com quem legitimamente a detém, a coisa comum. Difere do art. 155 do CP no que tange ao autor e ao objeto (deve ser de uso compartilhado), e quanto à ação penal; neste caso, além de levar ao conhecimento da autoridade pública competente, deve ocorrer uma representação formal contra o autor.

Dito isto, reforçando a idéia de que o delito de furto sempre ocorrerá sem violência à pessoa, mas podendo ocorrer contra o objeto, será feita uma rápida observação quanto ao delito de roubo.

3.1.2 Roubo

Na seqüência estabelecida pelo Código Penal, o delito de roubo vem após o furto, denotando maior gravidade na conduta delituosa. Conquanto tratado de maneira autônoma, o roubo possui forte ligação com seu predecessor, o furto, dele se dissociando quanto quem sofre a violência.

Quando à força bruta for empregada contra um objeto, para proceder ao rompimento ou à destruição de obstáculo para subtração da coisa, ter-se-á a figura do furto qualificado, pelo emprego de violência contra a coisa, art. 155, parágrafo 4º inciso I do CP. Sendo dirigida contra a pessoa, podendo ser a violência física ou moral ou, ainda, de qualquer outra maneira que venha a diminuir a resistência da vítima, sujeito passivo, à total impossibilidade de opor-se à ação de seu ofensor, determina-se, então, a incidência do delito de roubo. Veja-se:

Roubo

“Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24.12.1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24.12.1996)

§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 24.12.1996)”

Observe-se que a composição do *caput* do art. 157 assemelha-se em muito à do art. 155. Em verdade, nota-se que o delito de roubo é o furto qualificado acrescido da violência contra a pessoa. Em ambos, a conduta é *subtrair coisa alheia móvel*, diferenciando da brutalidade existente no roubo.

Em sua natureza, é delito complexo, vez que a sua estrutura abrange mais de um bem jurídico. Encontrando-se no Título referente aos delitos patrimoniais, assim o é, mas açambarca, também, a integridade física da pessoa, estendendo-se à saúde e à própria liberdade do indivíduo.⁵⁴

Eis que o objeto jurídico do delito em tela, seguindo ao do furto, é, da mesma forma, a proteção à posse e à propriedade, já explicitados no item anterior. Mas acrescenta em sua conformação a liberdade individual, a saúde e a integridade física do indivíduo. Estas outras proteções são mediatas, tornando o delito de roubo um crime complexo dada, às suas singularidades quanto ao anúncio de novas categorias abrigadas.

A previsão legal de resguardo ao indivíduo denota a preocupação do legislador em atribuir maior gravidade ao delito de roubo, porquanto se pune com rigor quando para subtração de bem material fere-se a incolumidade da pessoa. A gravidade da ação pode ser tal que, inclusive, prevê-se a lesão corporal grave e, mesmo, a morte. A proteção penal, a sua objetividade jurídica é o patrimônio, mas

⁵⁴ SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. *Furto, roubo e receptação*. São Paulo: Editora Saraiva, 1995, p.152

vislumbra a possibilidade em que a morte da vítima seja o meio para a consecução final do crime, a subtração da coisa.

Quando ocorre esta última situação, morte do sujeito passivo, reconhece-se a incidência do latrocínio. Mesmo sendo este o resultado final, ainda está a se proteger o patrimônio, *subtrair coisa móvel alheia*, decorrendo daí a sua natureza complexa.

Dentro da definição de roubo tem-se o entendimento de roubo próprio, *caput* do art. 157, e roubo impróprio, parágrafo 1º do mesmo artigo.

Na primeira hipótese, encontra-se a situação onde a violência é empregada concomitante ou anterior à ação de subtração. O agente tanto utiliza a força, a coação irresistível, para poder subtrair o objeto por ele visado, quanto se faz valer da mesma para intimidar, impedir qualquer ação que venha a obstar o seu desejo criminoso por parte do sujeito passivo. Ou seja, o constrangimento se dá ao mesmo tempo em que a ação é praticada, é aquela situação em que o indivíduo é abordado já sob ameaça de arma, *v.g.* de fogo, tomando do mesmo os objetos de interesse, relógio, jóias, carteira, etc.

De outra sorte, o roubo impróprio será perfeito quando a violência ocorrer em momento posterior ao assenhorear-se da coisa pelo agente. Ou seja, há a subtração inicial da coisa pelo criminoso e, para poder assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro, vem a empregar a *vis absoluta* contra a pessoa.

Tem-se, como exemplo, declinada pelo mestre Magalhães Noronha, a situação “em que o sujeito ativo, já se retirando com a *res furtiva*, é alcançado no portão por um empregado e o abate (mantendo, dessarte, a detenção); ou quando, já na rua, consumado o crime, verifica haver caído na casa documento que o

identificará e lá, então, tornando, agride o morador que estava se apossando dele (garantindo a impunidade). É óbvio ser necessário que o réu alcance esses objetivos (*apud Direito penal*, cit., p. 262)”⁵⁵.

A diferença entre ambos, roubo próprio e impróprio, está no momento do emprego da violência. No primeiro caso, é concomitante ou, mesmo, anterior, desde o início; e, no segundo, será logo após a subtração da coisa, quando já houve o arrebatamento, e a violência é apenas para garantir a impunidade.

Estas distinções trarão implicações futuras no desdobramento das investigações, pois podem denotar particularidades da personalidade do agente, que implicam em maior certeza quanto à identificação dele e, posteriormente, na fase judicial, na perfeita imputação do fato ao tipo penal, finalizando em uma condenação mais ou menos rigorosa.

Novamente, o objeto material do crime de roubo será a *coisa móvel alheia*, da mesma forma que no furto, já detalhado no item anterior.

No entanto, conforme entendimento de parte da doutrina, o objeto material quando do roubo não estaria adstrito à coisa móvel alheia. Haveria, também, a incidência de um segundo objeto, vez que o crime é complexo. Entra, aí, a pessoa como sendo *objeto material do crime meio*, posto ser ela também alvo da ação delituosa, para que se alcance o resultado final, subtração da coisa.

“Dupla é a objetividade jurídica do crime de roubo, isto é, o legislador protege dois bens jurídicos; secundariamente, a pessoa, em sua integridade, vida e liberdade; de modo principal, o patrimônio. Logo, existem dois objetos materiais, suportando a conduta delituosa do agente. O primeiro, a pessoa, sobre a qual incide a ação violenta do delinqüente; o segundo, a coisa alheia móvel, cuja subtração é o objetivo final do sujeito ativo”.⁵⁶

⁵⁵ SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. *Furto, roubo e receptação*. São Paulo: Editora Saraiva, 1995, p.205

⁵⁶ SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. *Furto, roubo e receptação*. São Paulo: Editora Saraiva, 1995. p.158 e 159.

Os parágrafos primeiro a terceiro do art. 157 tratam das formas qualificadas do crime. O primeiro deles refere-se ao roubo impróprio. O segundo relaciona as situações que agravam a conduta, devido ser a violência ou a ameaça exercida com emprego de arma, podendo ser de fogo ou branca; se há o concurso de duas ou mais pessoas; se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância; se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. E o parágrafo terceiro trata da agressão causando lesão grave e, ainda, do latrocínio, quando a lesão corporal decorrente da selvageria chega a causar a morte.

Tais hipóteses são taxativas, pois que impossibilitam uma interpretação extensiva a ponto de criar-se uma nova categoria, porém, autorizam a conformação de mais de uma incidência. Ou seja, pode-se praticar o delito de roubo conjugando-se os preceitos elencados no parágrafo primeiro, violência logo após a subtração da coisa para garantir a impunidade do delito, com as qualificadoras do parágrafo segundo, uso de arma, com o concurso de duas pessoas ou mais, estando a vítima em transporte de valores e tal circunstância é do conhecimento dos autores.

O delito de roubo qualificado pela morte é, sem dúvida, dentro dos crimes contra o patrimônio, o mais significativo. Tanto assim, que mereceu atenção especial do legislador ao tipificar tal conduta na lei dos crimes hediondos, Lei 8.072/90, estando inserta em seu inciso II do artigo 1º⁵⁷. A lei especial criou condições de punir de forma mais severa o autor deste crime, constantes do Art. 2º, tais como a impossibilidade do acesso a certos benefícios, como anistia, graça e indulto, inciso I; fiança e liberdade provisória, inciso II; obrigatoriedade do cumprimento de pena em

⁵⁷ “Art. 1º São considerados hediondos ...”

“II - latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); ([Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))”

regime fechado, §1º e, ainda, a possibilidade de apelar da sentença condenatória somente recolhido preso⁵⁸. Posteriormente, modificações ocorreram, no caso da Lei 9426/96, onde houve acréscimo da pena do roubo seguido de morte, alteração já incluída no texto apresentado; sem com isso devolver algum benefício cassado pela lei dos crimes hediondos.

Procedido, de forma bastante sucinta, quanto à diferenciação entre os delitos de furto e roubo, passar-se-á ao exame da real situação da Polícia Civil.

⁵⁸ “Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I - anistia, graça e indulto;

II - fiança e liberdade provisória.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

§ 2º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.”

4 SITUAÇÃO FÁTICA

Reclamações como a falta de efetivo e de recursos materiais, tais como: viaturas em bom estado de conservação e funcionamento, material bélico (armas e munição em quantidade e compatíveis às atividades), estrutura física (prédios condizentes), treinamento contínuo e adequado dos servidores às necessidades, deixaram de ser novidade, já, há muito. Tais problemas vêm sendo alvo de críticas e sugestões dos mais variados grupos da sociedade civil.

Recentemente, o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, associado à Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), desenvolveu um trabalho de pesquisa denominado “Nova Geografia da Criminalidade na cidade de São Paulo”⁵⁹, escrito por José Vicente da Silva Filho e José Peres Netto⁶⁰, utilizando, como base para a mesma o ano de 1998. Dentre as conclusões, com a indicação de propostas de melhoria, apontaram como causas da falta de resolução do problema criminal, dentre outras, a:

⁵⁹ www.braudel.org.br/imprensa/mapamenu.htm

⁶⁰ José Vicente da Silva Filho é coronel da reserva da PM/SP, mestre em Psicologia Social pela USP, com créditos cumpridos no doutorado de administração da FEA/USP, titular da Cadeira Pão de Açúcar de Pesquisa em Segurança Pública, consultor de assuntos policiais do Banco Mundial (tendo assessorado recentemente o Governo da África do Sul), professor (licenciado) de administração e psicologia da Universidade do Vale do Paraíba, em São José dos Campos. Elaborou o programa de segurança para o Governo Covas (1994) e foi Coordenador de Análise e Planejamento e Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança no Gabinete do Secretário da Segurança Pública (1995-1997)

José Peres Netto é economista e estatístico, foi professor de estatística da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, professor titular da cadeira de Estatística Geral da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Mackenzie (1971-1996). Foi professor do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PM/SP e, atualmente, é professor de estatística policial da Academia da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Foi assessor técnico no Gabinete do Secretário da Segurança Pública (1983-1999), onde exerceu as funções de organização, análise e difusão de estatísticas policiais do Estado.

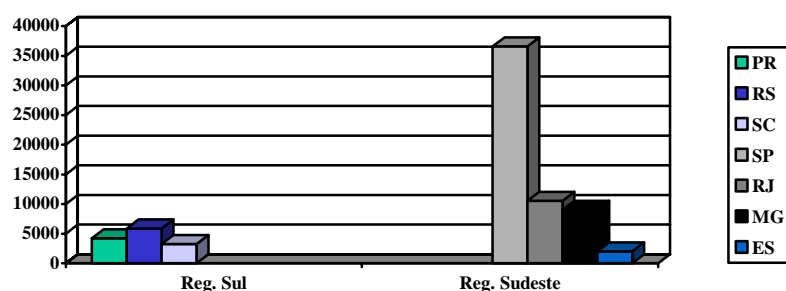
“falta de percepção do problema; não dar ao problema a importância devida; acomodação com a incidência de crime, como se fosse um fenômeno natural sem solução; falta de cobrança e apoio dos chefes; desmotivação; falta de análise detalhada do problema para orientar intervenção efetiva; falta de método e empenho de investigação para identificar autores e receptadores; falta de acompanhamento e de metodologia de inteligência para quebrar a estrutura do crime organizado; envolvimento de policiais na rede criminosa”.

Todas estas situações, sem sombra de dúvidas, invalidam o trabalho policial. Mas, igualmente, é certo que todos eles vêm sendo combatidos pelas secretarias de segurança públicas dos Estados, mediante várias avaliações dentre os quais se pode destacar: a inclusão de novas tecnologias de combate ao crime; a alteração de chefias, com policiais mais novos e, portanto, mais motivados; e, ainda, a exclusão de policiais “problema” de dentro da instituição.

Basicamente, as alterações em ação visam a recompor a estrutura policial para que se alcance o seu maior objetivo, que é a manutenção da paz e ordem sociais. Mas, para isso, deve-se, analisar a quantificação, o efetivo das polícias para, então, ser verificada a procedência de certas cobranças.

No ano de 2002, as polícias civis dos Estados do Sul e Sudeste contavam com o seguinte efetivo: ⁶¹

Gráfico 01, efetivo das Polícias Civis no Sul e Sudeste.



⁶¹ Dados extraídos do Ministério da Justiça, em abril de 2002; <http://www.mj.gov.br/>

Em destaque, o Estado de São Paulo, que, além de contar com enorme população dentre os Estados do Sudeste, possui o maior número de policiais civis, mais de 36.000 (trinta e seis mil).

No Sul, a proporção também é semelhante, porém, há uma menor discrepância entre seus membros.

Fazendo uma avaliação específica no Paraná, observa-se que há uma enorme diferença de contingente entre as polícias civil e militar.

Enquanto a primeira contava, no ano de 2002, com 15.501 (quinze mil quinhentos e um) policiais (em verde no gráfico 2), a segunda estava com 4.192 (quatro mil cento e noventa e dois) policiais.

E, buscando estabelecer um comparativo entre o número *per capita* de policiais por habitante, a discrepância torna-se ainda maior: 6.638 (seis mil seiscentos e trinta e oito) habitantes para cada policial civil, para 617 (seiscentos e dezessete) cidadãos para cada policial militar.⁶²

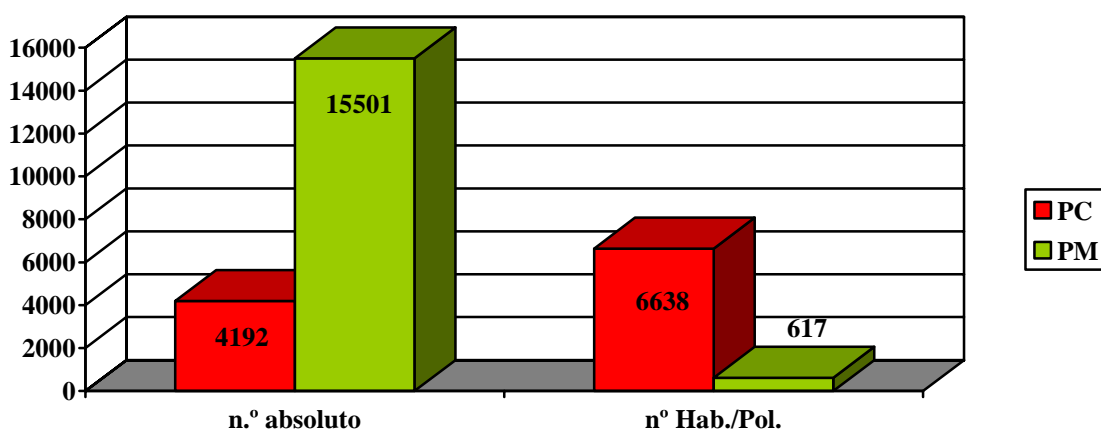
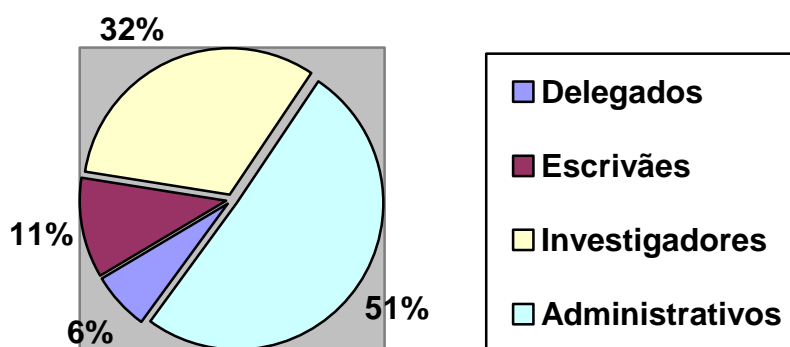


Gráfico 02, comparativo efetivo PC e PM no Estado do Paraná

⁶² Dados extraídos do Ministério da Justiça, em abril de 2002; <http://www.mj.gov.br/>

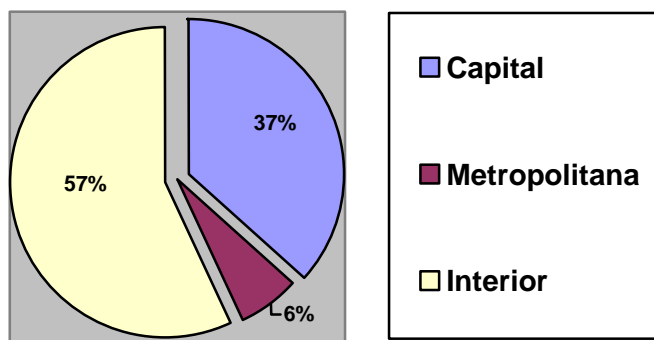
Ao se abordar as minúcias do efetivo da polícia civil paranaense, chega-se a um quadro de 4.192 (quatro mil cento e noventa e dois) policiais civis em atividade no ano de 2002 para, após os anúncios de reforma previdenciária, verificar que foram 3.970 (três mil novecentos e setenta) os policiais em atividade no ano de 2003, aí, já contabilizados os recém-contratados mediante concurso público. Tem-se, então: 366 (trezentos e sessenta e seis) Delegados de Polícia; 1.824 (um mil oitocentos e vinte e quatro) Investigadores de Polícia; 626 (seiscentos e vinte e seis) Escrivães; e, 2.872 (dois mil oitocentos e setenta e dois) servidores que se dividem entre os três Institutos, o de Criminalística, o Médico Legal e o de Identificação e, ainda, integrando o quadro administrativo como Operadores em Telecomunicações, Datiloscopistas, Agente de Operações e outras carreiras ativas ou em extinção.⁶³

Ficando com a seguinte proporção:



⁶³ Dados extraídos da base de dados do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos da Polícia Civil – GARH/DPC, referente ao ano de 2002. No ano de 2003, a Polícia Civil sofreu redução no quadro de ativos, totalizando até o final do mês de novembro 3.788 policiais em condições de atividade.

A distribuição dentro do Estado do Paraná, desconsiderando os efetivos dos institutos, fica:



E, finalmente, pode-se relacionar a quantidade do efetivo na Delegacia de Furtos e Roubos, agora, no ano de 2002, ano e local do estudo do presente trabalho, a saber:



EFETIVO	DELEGADO	ESCRIVÃO	INVESTIGADOR	ADMINISTRATIVO
QUANTIDADE	03	06	40	03

Gráfico 03, Delegacia de Furtos e Roubos – 2002

Com este efetivo, 03 (três) Delegados de Polícia, 06 (seis) Escrivães de Polícia, 03 (três) funcionários administrativos e 40 (quarenta) Investigadores de Polícia, constituiu-se 07 (sete) equipes para atendimento aos plantões, subentenda-se, atendimento ao público em geral, com o registro de ocorrências e, também, deslocamento a locais de crime. Estas se revezavam entre plantão e investigação, em um sistema de rodízio de 24 horas a cada seis dias.

Diferentemente, os Delegados e Escrivães, pois que, em menor número, realizavam um sistema de plantão distinto, que resultava em uma escala maior de trabalho, vez que, para cada equipe de plantão corresponde uma autoridade policial e seu respectivo escrivão.

Considere-se, todavia, a natureza da Delegacia de Furtos e Roubos. Por ser Especializada, cabe à mesma a investigação de todos os delitos que lhe são afetos, cuja autoria seja incerta ou desconhecida. Pode ocorrer, como de fato ocorre, o registro de fatos da alçada da DFR, em outras unidades da Capital. Advém este, simplesmente, pelo fato de se evitar que o cidadão tenha que se deslocar para outro local, dificultando ou, até mesmo, retardando a tomada de ação policial. Ainda mais, se for considerado o grau de informatização da polícia, a qual já está labutando com as ocorrências de forma integrada, aproximando-se em 80% o total das unidades do Estado que dispõem do BO on-line⁶⁴.

Políticas para aprimorar o planejamento estratégico estão sendo adotadas sistematicamente. Realizam o exame das questões mais emergentes dentro das unidades policiais com a crítica aos seus resultados para, ao fim, proceder-se ao melhoramento dos serviços.

⁶⁴ Fonte: CIn – Coordenação de Informática da Polícia Civil do Paraná, novembro de 2003.

Para os profissionais da área, em especial os Delegados de Polícia que estão na linha de frente, uma das grandes aflições vem a ser, justamente, como proceder à análise de todas as ocorrências que lhes chegam às mãos e de que forma encaminhá-las de modo adequado.

A diminuição da criminalidade está ligada diretamente à rapidez/lentidão na tomada de decisão. Quanto maior for o número de subsídios, maior o acerto.

Passa-se a esgravatar os arquivos da Delegacia de Furtos e Roubos da Capital do Paraná, Curitiba, para visualizar a dimensão das ocorrências e sua medrança nas atividades policiais.

A fonte de pesquisa é o banco de dados da Polícia Civil e a área de abrangência fundou-se nos registros procedidos no ano de 2002, de janeiro a dezembro. A escolha pela unidade para a pesquisa decorre da mesma contar com o sistema de Boletim de Ocorrência eletrônico em pleno funcionamento, desde meados de 2001, além da repercussão causada pelos crimes, ali investigados, na sociedade como um todo.

4.1 DADOS ESTATÍSTICOS DA DFR

Durante o ano de 2002, procedeu-se a lavratura de 9.732 (nove mil setecentas e trinta e duas) ocorrências policiais na DFR.

Este número engloba todos os delitos da alçada da delegacia especializada, desde furto simples passando pela perda/extravio de documentos, em que pese não ser delito, até a receptação qualificada e outros correlatos.

O quadro abaixo mostra a quantificação de ocorrências por delito:

Unidade Policial: 84 - DFR

Período: 01/01/2002 a 31/12/2002

Ir para:

Consulta Natureza	Total
FURTO SIMPLES	3884
ROUBO	3029
FURTO QUALIFICADO	2602
ABUSO DO INCAPAZ	66
APROPRIACAO INDEBITA	42
ROUBO AGRAVADO	25
FURTO DE COISA COMUM	13
DANO QUALIFICADO	13
A APURAR	11
PERDA/EXTRAVIO DE DOCUMENTOS	8
RECEPTACAO	6
ROUBO COM RESULTADO DE LESAO CORPORAL GRAVE	6
INDUZIMENTO A ESPECULACAO	5
DANO	5
RECEPTACAO QUALIFICADA	4
PERDA/EXTRAVIO DE TELEFONE CELULAR	4
EMISSAO IRREGULAR DE CONHECIMENTO DE DEPOSITO OU WARRANT	1
EXTORSAO	1
PERDA/EXTRAVIO DE CHEQUES BANCARIOS	1
APROPRIACAO DE COISA ACHADA	1
EXTORSAO MEDIANTE SEQUESTRO	1
ABANDONO DE FUNCAO	1
ROUBO COM RESULTADO DE MORTE	1
PERDA/EXTRAVIO DE CARTAO BANCARIO	1
INTRODUCAO OU ABANDONO DE ANIMAIS EM PROPRIEDADE ALHEIA	1
Total	9732

Fonte: Cin – Coordenação de Informática da Polícia Civil do Paraná

Além das ocorrências registradas diretamente na DFR, há, também, aquelas procedidas em distritos da capital e, apesar de ingressarem no sistema de imediato, é praxe a comunicação via ofício quanto à lavratura das mesmas. Importa em dizer que há um volume maior de ocorrências em comparação àquele visto, isoladamente, na estatística da DFR. Observe-se o gráfico:

Gráfico - Microsoft Internet Explorer

Endereço: http://10.15.61.166/boletim/estatisticas/MostraRelGráfico.asp?Up=&DataIni=...

Unidade Policial: TODAS
Período: 01/01/2002 a 31/12/2002

Ir para: [dropdown menu]

Natureza : ROUBO Região : CAPITAL Consulta Unidade Policial	Total
DFR	3026
CEPOL	1902
07_DP	1248
08_DP	1238
11_DP	1098
10_DP	612
02_DP	602
09_DP	578
03_DP	499
04_DP	472
12_DP	428
05_DP	414
06_DP	329
13_DP	219
DH	1
Total	12666

Além dos mais de nove mil registros da DFR, houve, também, outros 9.906 (nove mil novecentos e seis) registros procedidos nas Delegacias distritais, já descontados os números da DFR, isto, só referente a roubo.

Se forem considerados os demais delitos correlatos, a incidência numérica será muito maior. Como este busca apresentar uma ferramenta para auxiliar no trato dessas informações, se fará referência restrita ao foco dos delitos de roubo e, cercando ainda mais, dos roubos a cobradores das estações tubo e aos dos ônibus. O primeiro caso trata de como são denominados os pontos de ônibus em Curitiba/PR, em que a passagem é cobrada antes do ingresso ao coletivo. O sistema é semelhante ao de uma estação de metrô: paga-se antes de adentrar ao ônibus. O segundo refere-se à tradicional forma de transporte, com o cobrador dentro do coletivo.

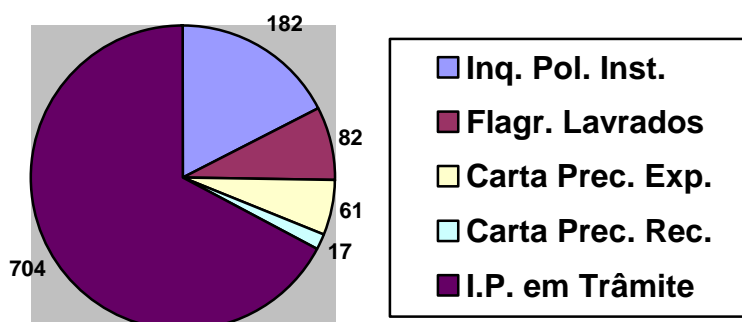
Delitos estes, típicos dos grandes centros urbanos, com incidência em áreas específicas, mormente nas regiões de periferia, onde há maior fluxo de veículos de transporte coletivo e com alto teor de impacto frente à população. Os moradores que utilizam esse transporte e que vêem seus filhos e amigos sujeitos a estas ações

criminosas, sentem-se acuados e revoltados, vivenciando sensação de grande impotência frente à violência e ao descrédito nas instituições responsáveis pela segurança pública.

“O roubo a ônibus é um típico crime de bandidos jovens e iniciantes que se satisfazem com fêrias de pouco mais de 50 reais. Esses criminosos que cometem crimes menos elaborados costumam ser os mais previsíveis, são muito repetitivos e, por isso, mais sujeitos à ação eficiente da polícia. Quando a polícia se aplica nesses casos os crimes tendem a reduzir rapidamente. O problema é que frequentemente a polícia age às cegas, sem antes fazer um levantamento preciso do perfil do crime e do criminoso, fazendo espalhafatosas operações e submetendo os passageiros a constrangedoras revistas pessoais. O que precisamos na verdade é aplicar as soluções devidas num problema que deve ser corretamente diagnosticado.”⁶⁵

O Boletim de Ocorrência referente ao roubo a estações tubo é, apenas, uma face do problema. Além dele, há outros procedimentos decorrentes do ato de registro do BO, tais como: prisões em flagrante, instauração de inquéritos policiais e recebimento e expedição de Cartas Precatórias. Atores estes que importam em grande demanda de tempo e emprego do efetivo.

Ao analisar, visualmente, os dados cartorários da DFR, tem-se o seguinte quadro:

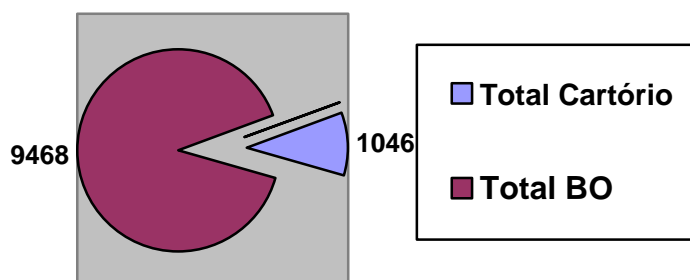


Fonte: Delegacia de Furtos e Roubos – DPC/PR - 2002

⁶⁵ NETTO, José Peres; da Silva Filho, José Vicente. Roubo a Ônibus na Cidade de São Paulo- Epidemiologia do Crime e Análise do Problema Policial - www.braudel.org.br/roubobus/front.htm

Observe-se que os dados referentes a inquéritos policiais em trâmite dizem respeito aos que já estavam em andamento, ou seja, haviam sido instaurados em data anterior ao ano de 2002.

Ao se abstrair os números totais das atividades cartorárias da numeração bruta dos BO's, depara-se com o seguinte:



Vê-se, claramente, que o total de ocorrências é superior ao número de procedimentos formalmente instaurados.

Foi contabilizado, somente, o total de flagrantes e de inquéritos instaurados e em trâmite, abstraindo-se do total os dados referentes às Cartas Precatórias, por entender que estas decorrem daqueles. Portanto, ainda assim, está dissociado da realidade, podendo ser ela muito pior. A aproximação dos dados é pelo cadastro de inquéritos registrados, sendo que, necessariamente, há um BO para cada um deles; porém, nada impede que um mesmo inquérito policial possa envolver mais de um BO, o que poderia minorar o quadro acima sem, contudo, o afetar de forma relevante.

Ou seja, para cada inquérito policial há, necessariamente, a correspondência de um BO. Entretanto, podem ocorrer casos em que, num mesmo inquérito policial, estejam inseridos mais de um BO, decorrendo tal da ação delituosa ter sido praticada em variados momentos e oportunidades, mas todas pela mesma pessoa

ou quadrilha; v.g., roubo a farmácias. Frequentemente, um assaltante pratica o delito contra várias filiais de uma só empresa. O ladrão de ônibus idem.

Com esses casos, o quadro acima poderia ficar com uma diferença menor sem, contudo, o alterar de forma relevante.

Por se encontrar o número de registro do inquérito policial desvinculado do número do documento que o fundamentou, o BO, representação ou petição de parte interessada protocolada na unidade ou recebida de outro órgão, as informações dadas possuem caráter ilustrativo.

E, ainda, só foram computados os dados cadastrais da DFR, deixando de lado os registros de inquéritos policiais de outras unidades que por ventura tenham investigado delito com BO de origem na DFR.

Devido à forma como são cadastrados os inquéritos policiais e os flagrantes, fazendo, apenas, menção ao delito: furto, roubo, receptação, furto qualificado, etc, deixando-se de mencionar quanto aos detalhes referentes a quem ou contra o quê, torna-se inviável produzir um balanço preciso do número de registros policiais sobre roubo a estações tubo e ônibus, especificamente, e o respectivo quantitativo de procedimentos instaurados.

No entanto, em números absolutos, tem-se:

Unidade Policial: 84 - DFR
Período: 01/01/2002 a 31/12/2002

Ir para:

Tipo Local : TRANSPORTE	
Consulta Local Específico	
ÔNIBUS	1880
TUBO	515

Fonte: Cin – Coordenação de Informática da Polícia Civil do Paraná

Sendo que, do total de ônibus, estão incluídos, também, os delitos ocorridos no interior do mesmo, tais como furtos e extravios, além dos roubos contra os cobradores, propriamente dito.

Senão, observe-se:

Unidade Policial: 84 - DFR
Período: 01/01/2002 a 31/12/2002

Ir para:

Tipo Local : TRANSPORTE	
Local Específico : ONIBUS	
Região : CAPITAL	
Consulta Natureza	Total
FURTO SIMPLES	893
ROUBO	599
FURTO QUALIFICADO	353
APROPRIACAO INDEBITA	9
ABUSO DO INCAPAZ	8
ROUBO AGRAVADO	6
RECEPTACAO	3
RECEPTACAO QUALIFICADA	2
A APURAR	2
DANO QUALIFICADO	1
INDUZIMENTO A ESPECULACAO	1
Total	1877

Tipo Local : TRANSPORTE	
Local Específico : TUBO	
Região : CAPITAL	
Consulta Natureza	Total
ROUBO	425
FURTO SIMPLES	56
FURTO QUALIFICADO	24
ABUSO DO INCAPAZ	4
APROPRIACAO INDEBITA	1
A APURAR	1
RECEPTACAO	1
RECEPTACAO QUALIFICADA	1
ROUBO AGRAVADO	1
Total	514

Para se proceder a um combate com resultados significativos, a coleta de dados deve ser mais eficiente. Há que se atentar para a necessidade de se referenciar o local das ocorrências, utilizando mapas para o posicionamento das mesmas; de se obter indicações dos horários para apurar os momentos de maior incidência; de se captar as características físicas dos meliantes; e de se observar o modo de atuação dos assaltantes.

Obtém-se, assim, um mapeamento do crime, com as áreas de maior incidência, com os seus horários de pico, com as características e *modus operandi* de seus autores.⁶⁶

Conjeturando sobre o mapeamento do crime, com todos os detalhes sobre as ocorrências, inevitável será o estudo e a observação do mesmo pelo operador de segurança. O trato dessas informações, ponto chave do uso de inteligência artificial para sua gestão, ante a corpulência dos BO's, é que possibilitará o direcionamento das atividades policiais, tanto de prevenção quanto de repressão.

Ao decisor competirá fazer a análise final e mostrar o caminho a ser seguido.

4.2 INVESTIGAÇÕES

Recebida a notícia na Delegacia de Polícia, com a formalização do Boletim de Ocorrência, passam a tramitar e a se desenvolver vários atos que visam à reconstrução de todas as circunstâncias de como, efetivamente, ocorreram os fatos.

Inicia-se a busca da verdade real, saber o quê, quando, como, onde e por que aconteceram os fatos. Sempre observando as regras de Direito responsáveis pela realização do procedimento investigatório, com vistas a encontrar o autor do delito, para fins de encaminhá-lo à Justiça e responder ao devido processo penal.

Registrado o BO e assinado pelos responsáveis pela digitação e comunicação, é ele encaminhado à autoridade policial, o Delegado de Polícia. Este

⁶⁶ O Estado de São Paulo já possui sistema informatizado operando nesta área, denominado de Infocrim. Projeto semelhante está sendo realizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná - SESP, chamado de Mapa do Crime. Este envolverá, ainda, a unificação de BO's, polícia civil e militar, para disponibilizar uma única numeração de registro para futuro acompanhamento pelo próprio cidadão quanto ao andamento da ocorrência.

irá analisar, inicialmente, o seu conteúdo formal, observando quanto à ausência ou à falta de preenchimento de campos de informações, tais como: natureza do delito, data de ocorrência, endereço da vítima/noticiante, local do fato, etc. Com a inserção do BO on-line, diminuiu-se o erro de preenchimento, vez que muitos dos campos são de caráter obrigatório e outros são buscados diretamente na base de dados da polícia para a complementação, tais como filiação e número de identidade.

Em seguida, se procede à análise do conteúdo do fato, o qual fica em um quadro denominado “histórico”. É dentro deste espaço que se registra a narrativa do que houve. A visualização deste campo proporciona ao Delegado saber qual a natureza efetiva da ocorrência, sendo o tipo penal dali extraído.

A orientação ao policial de como proceder ao preenchimento do histórico é a que seja ele o mais objetivo possível, sem perder conteúdo. Deverá narrar, de forma sucinta: o quando, o quê, como, onde, o porquê e, havendo possibilidade, quem.

Dependendo da situação, poderá ser determinada a realização de perícia técnica de local, por exemplo, quando a ação deixar vestígios materiais, como acontece em um caso de arrombamento de uma porta ou janela onde ficam, além dos danos, marcas deixadas pelos objetos utilizados para o ato. Também é necessário o comparecimento imediato da equipe de investigadores ao local, para procederem à coleta de outras informações que possam auxiliar no esclarecimento do delito.

Esta primeira fase está preceituada no art. 6º e respectivos incisos do CPP⁶⁷, porém, parte do ali estabelecido só é possível concretizar no transcurso do inquérito policial, como a oitiva do indiciado.

⁶⁷ Art. 6 - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:
I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

Em se tratando de apresentação do BO junto com o autor do fato e, tendo o mesmo ocorrido dentro das circunstâncias previstas no art. 302 do CPP⁶⁸, estado de flagrância, será de imediato lavrado o auto de prisão respectivo. Mas, por ser a DFR uma delegacia especializada que trabalha com fatos cuja autoria é desconhecida, pouco ocorrerá esta situação, sendo trâmite comum o encaminhamento à Delegacia da área do fato.

Finda à análise preliminar do assunto e, tomadas as medidas legais necessárias para assegurar a conservação das provas de interesse à investigação, proceder-se-á à formalização dos demais atos iniciais, mediante redução a termo pelo escrivão de polícia, sempre acompanhado do Delegado.

Esta formalização poderá implicar na abertura do inquérito policial, quando, então, a autoridade policial baixará Portaria, determinando a abertura do mesmo, ou, ainda, deliberando pela instauração de exame de procedência, para verificar a origem e a veracidade do conteúdo no BO, *notitia criminis*. Tais atos são previstos no art.5º do CPP⁶⁹.

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por 2 (duas) testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

⁶⁸ Art 302 - Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

⁶⁹ Art. 5 - Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

Devidamente registrado o início do inquérito policial, passa-se à coleta de depoimentos, oitivas de suspeitos, confrontação de informações, apreensões de objetos e todos os demais atos relativos à consubstanciação do delito e da prova, com a finalidade de apontar de forma inequívoca ao seu respectivo autor, isto com um prazo formal de 30 (trinta) dias, quando se tratar de réu solto e, de 10 (dez) dias, quando preso.

Esta é a letra fria da lei, porém, a prática e a constatação dos autos de inquérito em trâmite nas Delegacias de Polícia e nas diversas varas criminais apontam para outra realidade: a da falta de conclusão das investigações nos prazos legais.

Isto fica mais fácil de compreender quando se observa que a incidência de ocorrências é desproporcionalmente superior ao de qualquer efetivo de policiais para o seu atendimento. Ao se pensar que, dentre as atividades de uma Delegacia de Polícia, como a de Furtos e Roubos, além das investigações a serem realizadas também existe a incumbência de fiscalizar estabelecimentos comerciais, tais como o de vendas e assistência de alarmes residenciais, metais preciosos, entre outros, torna-se sobre-humana a rotina de trabalho.

I - de ofício;

II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º - O requerimento a que se refere o no II conterà sempre que possível:

a) a narração do fato, com todas as circunstâncias;

b) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer;

c) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

§ 2º - Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

§ 3º - Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

§ 4º - O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§ 5º - Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la."

Ao se verificar que o número de BO's registrados na DFR, considerando o ano base de 2002, possui um total de 9.732 (nove mil setecentos e trinta e duas) ocorrências, com média aproximada de registros de 26,6 ocorrências/dia, e ao se pontuar os demais registros de competência da DFR, produzidos pelos treze distritos da capital, percebe-se que o número de atendimentos eleva-se para 53,32 ocorrências/dia.

Caberá ao Delegado de Plantão verificar as ocorrências uma a uma, manualmente, despachando-as a afeiçoá-las a uma investigação profícua, para surtir o efeito final esperado, identificação e processo do autor.

Dentro deste exame, deverá observar a semelhança entre os casos, para apurar a eventual ação de quadrilha ou grupos de meliantes que exerçam suas práticas criminosas com reiteração de lugar e delito. Note-se, entretanto, que há outros Delegados de plantão que também recebem e despacham BO's, ficando, não raro, a congruência de delitos sem a devida confrontação. Seja por falta de diálogo entre os responsáveis, seja por falta de critérios de ordem de investigação ou seja, ainda, devido às vaidades que "forçam" o profissional de segurança a pensar na autopromoção. Muitas vezes, há a somatória destes fatores, além de outros, levando a um desperdício de energia.

Interessa computar o tempo despendido para a leitura das ocorrências, para a elaboração dos atos cartorários, das diligências realizadas para, então, aquilatar-se até onde a gestão de informações, mediante o uso de inteligência artificial, implicará na solução dos problemas com resultado significativo para a segurança ao cidadão.

Procedida a cata dos BO's do plantão, onde o Delegado de Polícia efetuou a triagem dos que efetivamente vão virar investigação e daqueles que serão arquivados para, havendo algum fato que possa levar à elucidação, serem, então,

encaminhados para instrução criminal, providenciará, o Delegado, os demais atos de formalização. Tempo gasto de duas horas, em média.

Determinará a abertura de inquérito policial, baixando a respectiva Portaria, com a atribuição de seus auxiliares de realização de diligências preliminares, visando a concretização de perícias e busca de suspeitos.

Mesmo nesta fase inicial, já ocorreram grandes avanços com a disponibilização de equipamentos de informática nas unidades policiais. Há bem pouco tempo atrás, algo entre quatro e cinco anos, difícil era a Delegacia de Polícia que trabalhava sem máquina de escrever, apesar da existência, no mercado, de computadores de uso pessoal e comercial.

A pouca informatização fazia o trabalho policial parecer amador, arcaico e, simplesmente, muito lento.

Os bancos de dados existentes eram de difícil acesso, afinal, continham poucos pontos para adentrar ao sistema. As informações disponibilizadas, igualmente, limitadas. Os arquivos das unidades totalmente manuais, hoje ainda em voga, mas com forte tendência ao banimento.

Na medida em que se amplia a informatização, certas tarefas do cotidiano tornam-se simplificadas, como a própria elaboração do BO, antes datilografado, em média, quarenta ou cinqüenta minutos. Hoje, leva de dez a vinte minutos.

Mas como os computadores dependem, para a sua utilização, de quem está diante da tela, elaborando a configuração, realizando programações, digitando textos, ainda permanece outro grande empecilho para a agilização das demandas públicas, além da necessidade de digitalização e interseção dos setores: a devida formação e o preparo do corpo de funcionários. Continua sendo comum a presença do amadorismo, em todos os níveis, do funcionário público ante a disponibilização

dos equipamentos. Deixa-se de explorar toda a potencialidade do mesmo devido à falta de conhecimento técnico e de cursos de formação. Conseqüentemente, há o choque entre a inteligência artificial *versus* o analfabeto digital.⁷⁰

Essencial é verificar-se que, mesmo existindo alguém devidamente habilitado, haverá a necessidade do manuseio de diversos documentos que se relacionam à investigação, entre eles, os autos de inquérito policial. Na medida em que avançam as normas sobre a digitalização do processo judicial, possibilita-se, também, digitalizar o inquérito policial, vislumbrando maior agilidade na colheita dos depoimentos e indiciamentos.

Esta colheita de oitivas é um dos calcanhares de Aquiles para uma rápida investigação. O tempo para se tomar um depoimento, tanto na fase policial quanto na fase judicial, praticamente permanece o mesmo. A dificuldade maior está, na fase policial, em se encontrar todos os envolvidos antes dos trinta dias previstos para a finalização da investigação.

Ao se considerar que o noticiante, aquele que formalizou a *notitia criminis* na Delegacia de Polícia, é quem maior interesse possui na resolução do caso e que certamente, comparecerá sempre que necessário, em nada ele obstará o andamento da investigação. Porém, fica-se à mercê de variantes múltiplas para encontrar, intimar e reduzir a termo as declarações das demais partes, aqui incluídas as testemunhas arroladas pelo noticiante.

Nem sempre o noticiante possui testemunhas presenciais do fato ou, se as tem, com freqüência, prefere declinar os nomes de forma reservada, seja por receio

⁷⁰ Sobre o tema, vide “Governo Eletrônico, Aspectos de Viabilização e Otimização dos Serviços Públicos”, trabalho do pesquisador, publicado em forma de capítulo no e-book “Tecnologia da Informação Jurídica”; organizador Hugo César Hoeschl; no sítio: www.ijuris.org, ou diretamente no sítio da livraria eletrônica Phoenix: <http://www.phoenix-library.org/download.php?ref=7028&format=PDF>

de que venham a lhe acusar de envolvê-las na situação, seja por desconhecer seus verdadeiros nomes e endereços. Competirá à polícia judiciária a busca dessas pessoas, tarefa nunca fácil, especialmente se o fato ocorre em região de população de baixíssima renda, carente das mais básicas ações sociais, regiões denominadas de favela, onde as dificuldades são maiores em razão da chamada lei do silêncio.

Seguindo nesta linha e, retornando à DFR, verificar-se-á que havia, no ano de 2002, um total de 704 (setecentos e quatro) inquéritos policiais em andamento e, somados aos flagrantes e aos que foram instaurados naquele período, finalizou-se com o total de 968 (novecentos e sessenta e oito) inquéritos policiais.

Como havia, apenas, 03 (três) Delegados de Polícia e, desconsiderando a hipótese de algum deles haver lavrado mais flagrantes que os demais ou, ainda, que algum somente realizaria a parte administrativa da unidade, a carga de inquéritos policiais, dividida de forma igual, era perto de 322 (trezentos e vinte e dois) inquéritos para cada um. Em verdade a divisão é inexata, mas para efeitos de demonstração, fica-se com o número fechado.

E, fazendo uma redistribuição da carga aos escrivães, a qual contava com um efetivo de 06 (seis), responsáveis que são pela elaboração dos documentos e o cumprimento dos despachos da autoridade policial e, utilizando, ainda, os mesmos critérios aferidos aos Delegados, tem-se 162 (cento e sessenta e dois) inquéritos policiais para cada um.

Se, deste montante de inquéritos policiais, fosse possível dividi-lo de forma equânime também às equipes de investigação, consideradas a existência de 07 (sete), a proporção seria de 139 (cento e trinta e nove) inquéritos policiais para cada uma, sempre utilizando os mesmos critérios de antes, com números absolutos.

Tratando desta forma, numérica, sem ponderar as diferenças existentes entre as pessoas, pois que umas rendem conseguem desenvolver o trabalho mais do que outras, será demonstrado como podem ser os resultados.

Se todas as atividades da Delegacia fossem interrompidas no exato momento em que se chegou aos números apresentados, e permanecessem inalterados, os registros de BO's, bem como a instauração de novos inquéritos ou as lavraturas de flagrantes, a fiscalização dos estabelecimentos comerciais fosse desnecessária, algo como se a Delegacia fosse transferida para uma outra dimensão, uma realidade virtual, onde as pessoas agem e interagem de forma diferente, pergunta-se: quanto tempo seria utilizado para finalizá-los?

Bem, outras variáveis serão computadas como inclusas nesta nova dimensão, favorável à resolução dos fatos, tais como: as diligências para empreender a localização de testemunhas e indiciados, as quais serão sempre positivas; os laudos criminais, tanto os de criminalística quanto os do médico legal, virão completos e em tempo hábil; escusas para o não comparecimento nas datas determinadas deixarão de existir; as perguntas da autoridade serão sempre respondidas de forma objetiva e com o mais puro intento de revelar a verdade sobre os fatos; deixar-se-á de receber, uma vez que recusados pelas próprias partes, pedidos de diligências procrastinatórias, aí considerados os pólos passivo e ativo. Ou seja, tudo o que de fato é impossível de ocorrer, passaria a ser a normalidade.

Assim sendo, seriam 968 (novecentos e sessenta e oito) os inquéritos policiais a serem concluídos em trinta dias. Nos termos da divisão de serviço acima mencionada, tem-se o seguinte quadro:

	DELEGADO	ESCRIVÃO	INVESTIGADOR (Equipe)
Efetivo	03	06	07
Carga de IP	322	162	139

Procedida a distribuição da carga de trabalho, passará a Autoridade policial ao exame dos autos de IP para efetuar os despachos concernentes a cada caso.

Ao se considerar que o tempo gasto, em média, para a leitura de um procedimento, é em torno de uma hora, cada Delegado levaria 322 (trezentas e vinte e duas horas) somente para tomar ciência do conteúdo dos inquéritos e deliberar qual o passo seguinte na investigação. Traduzindo em dias, seriam necessários 13,41 ou, arredondando para menos, 13 (treze) dias. Mas, considerando que a jornada de trabalho é de oito horas diárias, o prazo para finalizar e despachar passa a ser de 40,25 ou, simplesmente, de 40 (quarenta) dias. Sempre reduzido para menos, uma vez que se tratar de situação ideal, onde há sempre como melhorar.

Porém, há o horário de expediente, quando se processam as atividades administrativas da Delegacia, conforme visto, o funcionamento é de segunda a sexta-feira, o que representa cinco dias úteis na semana e, vinte, em um mês. Novamente, o prazo foi derogado. Dos quarenta dias corridos, pula-se para dois meses. Um espaço de tempo pequeno se considerada a existência de outros dez meses restantes, mas é preciso lembrar que, durante o transcurso do ano, outras intercorrências hão de vir, dentre elas, as férias e os feriados. Restam, então, nove meses úteis.

Finda a análise dos inquéritos, passa-se à execução das diligências determinadas pela autoridade policial.

Nesta visão ideal, há de se perceber que os escrivães levarão a metade do tempo empregado pelos Delegados, pois a leitura dos autos pelos mesmos torna-se desnecessária, vez que, já despachados. Ao se proceder à leitura dos despachos e à expedição dos documentos correlatos para o atendimento às ordens exaradas serão consumidos outros 30 dias, ou um mês; considerados a mesma carga horária

e os mesmos dias de trabalho. Na medida em que as ordens são repassadas às equipes, estas darão inteiro e fiel cumprimento ao que lhes foi determinado, sendo que, para tanto, utilizarão os mesmos trinta dias dos escrivães para finalizar todas as ordens de serviço. O tempo por eles empregado é equivalente na medida em que há a necessidade do deslocamento para várias regiões da cidade, rodando com facilidade mais de 150 (cento e cinquenta) quilômetros ao dia, em que pese o volume de procedimentos por equipe de investigadores ser menor que o volume distribuído aos escrivães. Tudo para a fase seguinte, colheita das oitivas e juntada dos laudos e formalização dos atos referentes à coleta de provas.

O Código de Processo Penal prevê, no art. 398, um máximo de até 08 (oito) testemunhas de acusação e igual número para a defesa. No entanto, considerar-se-á a praxe usual nos procedimentos policiais, visando proceder a uma investigação de rápidos efeitos, reduzindo o número de depoimentos ao extremo necessário, até porque trata-se de situação ideal, onde ninguém irá forjar ou omitir fatos, sendo que todos os intimados colaborarão, de forma inequívoca, para a solução do conflito.

Assim sendo, proceder-se-á às oitivas de uma vítima, duas testemunhas e somente um indiciado. Como se trata de procedimento inquisitorial, a oitiva de testemunhas de defesa ou a realização de contraditório é algo descabido no inquérito policial.⁷¹

Para esta fase, o profissional deve conhecer técnicas de entrevista para obter as informações de que necessita. Nem sempre a qualidade do resultado está diretamente ligada ao tempo, mas ao modo como se conduz a conversação e à

⁷¹ Neste diapasão, Romeu de Almeida Salles Junior,. Fernando da Costa tourinho Filho, Mirabete, entre outros.

observação atenta das reações às perguntas e às respostas⁷². Trata-se de uma “habilidade que ajuda a descobrir o que as pessoas realmente sentem e pensam”⁷³.

Ao se considerar que o tempo médio gasto com cada pessoa é de, aproximadamente, 30 (trinta) minutos, para uma breve explanação e, em seguida, para a digitação do que foi verbalmente exposto, sendo que, para o indiciado, este tempo é dobrado, ante a necessidade de complementar dados e de preencher fichas de qualificação e vida pregressa, o tempo para finalizar um inquérito será de duas horas e meia. Ou seja, uma hora e trinta minutos para as testemunhas e a vítima, e mais uma hora para o indiciado.

Sendo a carga de cada Delegado de 322 (trezentos e vinte e dois) inquéritos, e o tempo utilizado para cada um seria de duas horas e meia, isto resulta em um cálculo de 805 (oitocentos e cinco) horas para o término de todas as investigações. E, conseqüentemente, em 100 (cem) dias, quase, ou pouco mais de três meses, estará liquidada a problemática dos inquéritos. O número de dias é geral, referente às oito horas do expediente. Mas contados novamente, apenas os dias úteis, eleva-se para cinco meses de trabalho, isto em condições ideais. O policial vai realizar a diligência para localizar e identificar as pessoas e de fato as encontra, intimando-as. Cientes do compromisso, todos os intimados comparecem nos dias e horários agendados. Questionados sobre os fatos, respondem às perguntas de forma clara e objetiva, favorecendo ao esclarecimento dos fatos e apontam inequivocamente para o autor.

Concluída a oitiva dos envolvidos, ultima-se os autos, retornando devidamente acompanhados dos laudos respectivos e demais peças já elaboradas em cartório,

⁷² FREUD, Sigmund. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, A Psicanálise e a Determinação dos Fatos nos Processos Jurídicos. Vol. IX, Edição Eletrônica. 2000.

⁷³ CARDOSO JUNIOR, Walter Felix. Trabalhando em Rede; Inteligência Competitiva, www.abraic.org.br

como autos de apreensão e entrega de objetos, laudos de avaliação, reconhecimento de pessoas, etc; para a autoridade policial elaborar o relatório final da investigação. Será computado o período de uma hora para tal ato, entre re-leitura e digitação, consumindo, novamente, outros dois meses para finalizar todos os inquéritos.

Os tempos utilizados foram calculados sem a interferência de paradas para descanso, independentemente da natureza do mesmo. Ou seja, nos dois turnos de expediente, quatro horas pela manhã e quatro à tarde, os telefones ficaram mudos, ninguém sofreu interrupções para questionamentos, para fins de esclarecimentos de dúvidas ou informações e, sequer houve pausa para o cafezinho.

Portanto, foram gastos 11 (onze) meses entre a abertura/leitura e a finalização de todos os inquéritos policiais existentes na DFR, no ano de 2002, com a estrutura existente à época. Isto dentro de uma realidade hipotética, onde, simplesmente, os registros diários de ocorrência e outros atendimentos, tais como: vítimas, advogados, informações gerais e atividades investigatórias houvessem cessado por completo.

Na medida em que atos podem ser digitalizados, contando com os recursos tecnológicos para se proceder à realização de trabalhos repetitivos, como, o de controle de tráfego de documentos e prazos, muito do acima exposto poderá ser agilizado. Mas ainda assim, a realidade apresentada como utópica estaria muito longe.

Para se aproximar do ideal o atuar em delitos específicos, deve-se agir com o emprego de conhecimentos técnicos de inteligência e de gestão de informações, tratadas com o auxílio de inteligência artificial, levando à mais rápida solução da criminalidade.

Trabalha-se de forma aberta, quanto à coleta das informações, mas a repressão se faz de forma direcionada e objetiva.

5 A NOVA CRIMINALIDADE – “HACKERS”⁷⁴

Num passado próximo, quando se falava que o policial iria usar no futuro, além de sua insígnia e sua arma de fogo, um computador a bordo de sua viatura, muitos achavam ridículo, inviável, desnecessário, até afirmando, que isto se tratava de filme de ficção científica. Os avanços, nas áreas das telecomunicações e da informática, vêm causando transformações no dia a dia de forma cada vez mais rápida. Um exemplo simples e prático pode ser observado na telefonia celular. Quando lançados no Brasil os aparelhos eram grandes, caros, as linhas restritas e, apenas, analógicas. Em uma década, aproximadamente, os aparelhos tiveram os seus tamanhos reduzidos de forma considerável, o custo tornou-se muito baixo, multiplicaram-se as ofertas de linhas e os aparelhos são digitais com múltiplas funções, entre jogos, calculadora e acesso à Internet, onde, falar através dele, parece mesmo desnecessário. Vê-se que aquela idéia inicial do computador, como arma do policial, já não está mais distante, é plausível e, na medida em que os cibercrimes crescem, urge a ação de uma ciberpolícia. Este capítulo propõe-se a mostrar que a atividade de hacking no Brasil está crescendo, havendo necessidade de modernização das leis e da adequação dos setores públicos às novas exigências, para enfrentar esta modalidade de delito.

Um novo tempo chegou, onde informações e serviços vão a todas as partes do planeta, simultaneamente, com qualidade superior a outros meios de

⁷⁴ Este capítulo foi apresentado pelo autor em forma de *paper* no II CIBERÉTICA – Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética, realizado em Florianópolis/SC entre 12 e 14 de novembro de 2003.

comunicação. Em formato digital, transporta sons, imagens e textos sobre os mais diversos temas e relacionados a tudo o que a inventividade humana consegue exprimir. Faz pessoas conversarem em tempo real de locais tão distantes quanto improváveis. Promove o conagraçamento entre povos e a troca de informações e estudos entre escolas, universidades, institutos e órgãos governamentais e não governamentais. Contribui para o desenvolvimento do comércio, em âmbito global, para pessoas físicas, de forma simples e rápida e, de outro lado, facilita a fluidez nas transações comerciais entre empresas, sem intermediários. Trouxe e traz muita coisa boa, e disso ninguém duvida; no entanto, concomitante a estas novidades, vieram, também, aquelas indesejadas conseqüências, tais como: a pirataria, a delinqüência, os criminosos ou, simplesmente, hackers⁷⁵.

A atividade de “hacking” está ligada ao mundo da Internet tal qual os delitos comuns para a vida de carne, osso e papéis; porém, com uma grande diferença: a

⁷⁵ O termo hackers, neste trabalho, é utilizado para todos aqueles que fazem o uso indevido da Web, invadindo páginas, destruindo arquivos ou praticando qualquer outra atividade delituosa. Esta escolha se deu para evitar descer a pormenores sobre a conceituação do que venha a ser hacker, adotando tal nomenclatura por ser a mais divulgada e a melhor associada ao tema em foco. No entanto, os estudiosos do assunto costumam classificar três tipos de invasores de rede: a) o ‘lammer’, que corresponde àquele que, embora não saiba nada sobre computação ou não tenha domínio suficiente para realizar intrusões em computadores alheios, assume a condição de grande conhecedor e invasor, responsabilizando-se, mesmo, por situações ocorridas e tornadas conhecidas, como as atuações de delinqüentes virtuais. Ele quer a fama, mesmo sem ter feito nada. Por não ser verdadeiramente uma ameaça, é inofensivo. b) o ‘hacker’ possui bom conhecimento e domínio na área de computação. Invade páginas, ‘sites’ e e-mails, tanto para diversão como para fins ilícitos. Tem o hábito de deixar marcas ou sinais que levem à identificação da autoria, para que possa ser reconhecido pela comunidade de internautas como o verdadeiro responsável pelo ataque. Faz e se vangloria de ter feito. Há, também, os que agem maliciosamente, com o intuito de obter vantagens ilícitas ou movidos por sentimentos obscuros, destruindo e invadindo arquivos e sistemas, sem revelar a origem do ataque. Corresponde aos criminosos comuns da era virtual. Os hackers são bastante numerosos e muitos podem ser considerados, apenas, como bagunceiros virtuais. E, na ponta final, c) o ‘cracker’, que possui total domínio das máquinas de informática, com profundo conhecimento sobre o funcionamento das redes de Internet, dos protocolos, dos sistemas de segurança e da criptografia. Atuam para grandes corporações, com suas identidades mantidas em sigilo e suas atuações guardadas como segredos de Estado. Aliás, tanto os centros de inteligência estatal quanto as grandes corporações, são os maiores interessados em desenvolver, manter e proteger estes cérebros privilegiados. Os serviços de Inteligência de países do chamado primeiro mundo buscam informações por todo o planeta através de sistemas eletrônicos, a tal ponto de produzirem uma verdadeira guerra, infowar, sem o desperdício de vidas humanas, apenas invadindo e obtendo informações sobre seus alvos. Trabalhos assim fazem parte do projeto “Echelon”, embora não admitido oficialmente, muito se tem falado do maior e mais potente vigilante eletrônico (para saber mais a respeito visite a página www.eps.ufsc.br/disc/inteligencia). Portanto, seriam os crackers os mais perigosos e assustadores criminosos do mundo cibernético, pelo simples fato de não deixar rastro e sequer saber se realmente existem ou, pior, saber que estão a serviço do Governo sem acesso a qual finalidade se dispõe. Esta classificação, no entanto, pode sofrer variações, com adição de outras categorias ou nomenclaturas, porém, é a que se considera como sendo a mais didática, por ser ela simplificada. E como não se pretende aprofundar o tema, esmiuçando o ‘underground’ da Internet, é que optou-se pelo tratamento simplificado de hacker como sinônimo de delinqüente virtual.

sutileza e a volatilidade das ações e das marcas deixadas na rede. Diferentemente daqueles, os ligados à telemática⁷⁶ são imperceptíveis. Muito embora os registros fiquem armazenados no hardware, parte física, estes são em forma de bits e bytes, que só serão acessados quando submetidos a um tratamento eletrônico de verificação⁷⁷.

Trata-se de uma nova situação fática e jurídica onde um equipamento de informática pode ser meio e, também, objeto de delito, variando conforme a aplicação que se dê ao mesmo. Tais delitos vêm sendo assim classificados: de próprios (puros); seriam estes os relacionados diretamente com a informática. Especificam situações em que a ação está voltada para a máquina, aos comandos e às funções que ela armazena e exerce. Neste contexto, existe um atraso de, pelo menos, 10 (dez) anos, em relação à Europa, onde vige legislação sobre o tema de forma muito específica⁷⁸. E de impróprios (impuros), onde a máquina é, tão somente, um meio, um instrumento para se alcançar o fim desejado. Nesta categoria, estão os delitos constantes no Código Penal e legislação especial, na Lei das telecomunicações e Software⁷⁹, por exemplo. Aplica-se a analogia para se aproximar

⁷⁶ **HOESCHL**, Hugo Cesar; **BARCIA**, Ricardo Miranda, *A Telemática e os Direitos da Sétima Dimensão*, IJURIS, www.ijuris.org. Nos termos conceituais apresentados por Hoeschl e Barcia, a telemática é “o conjunto e o produto da adequada combinação das técnicas de informática e telecomunicações, no qual estão preservadas as características de ambas bem como gerados novos atributos”. Relaciona-se o termo à Internet, onde estão conjugados informática e telecomunicações.

⁷⁷ Revista CONSULEX, Ano IV – n.º41, Maio/2000, p.12, disponível em www.consulex.com.br

⁷⁸ Em diversos aspectos os europeus estão na vanguarda das novas tecnologias, na questão de legislação estabeleceram, por causa da criação da comunidade européia, diretriz para os países membros referentes a condutas repressivas penalmente. Em Portugal, v.g., resultou na aprovação da Lei n.109/91, de 17 de agosto de 1991, denominada de Lei da Criminalidade Informática. Define termos e expressões ligadas a informática bem como as ações típicas criminosas. Trata-se dos delitos puros de informática. Mas, por ser específica, não revogou os dispositivos do Código Penal Português, aplicando-o subsidiariamente no que couber. Esta mesma Lei serviu de inspiração e base para a elaboração do Projeto de Lei N. 84/1999, que sofreu alterações e foi novamente encaminhado sob N.200/2000, de autoria do Senador Luiz Piauhyllino, em trâmite no Congresso Nacional. O projeto define crimes e penas, apresentando-se como uma saída para a falta de legislação específica sobre o tema, mas certamente ainda deverá sofrer novas modificações antes da aprovação final para melhorar alguns aspectos de ordem semântica.

⁷⁹ A Lei 9.609/98, que revogou a Lei 7.646/87, dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, comercialização e outras providências, não inovando no aspecto de tipificar condutas próprias de informática, são delitos comuns onde o computador pode ser o meio para a prática do ilícito ou mesmo seu conteúdo, *software* pode ser o alvo. De outro lado o Código Penal Brasileiro, Decreto Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940, alterado pela Lei 7.209 de 13 de julho de 1984, foi acrescido dos artigos 313-A e 313-B, mediante a Lei 9.983 de 2000, no capítulo destinado aos crimes praticados por funcionário público contra a

a conduta realizada do tipo penal descrito. Notadamente, boa parte das ocorrências policiais está sendo tipificada como estelionato, mas nada impede a prática de furto, dano, ameaça, calúnia, injúria, difamação e, até mesmo, de homicídio. Neste último caso, pode-se imaginar aquela situação onde há um Hospital moderno ao extremo, cuja estrutura é totalmente informatizada. Chegando, mesmo, a ministrar medicamentos aos seus pacientes de UTI de forma automática, com poderosas máquinas que acompanham o tratamento e as reações. Se um hacker, bem preparado e com objetivos cruéis, obtiver o acesso e ingressar no sistema, poderá escolher a vítima, sem ao menos lhe dar qualquer chance de defesa e, para dificultar qualquer investigação, apagando o caminho percorrido. Pode, também, e tão somente, modificar um receituário ou dieta estabelecida para determinado paciente, agravando o seu quadro clínico e, em consequência disso, conduzindo-o à morte.

Em termos práticos, a mídia vem apresentando, invasões e invasores de “sites” na Internet, tal como a condenação pela Justiça americana de alguns criminosos, como o mais famoso de todos, Kevin David Mitnick. Ele foi responsável por fraudes no sistema telefônico, por roubo de informações e invasão de sistemas, cujos danos materiais são incalculáveis, sendo preso em 05.02.1995, após três anos de investigação pelo FBI, sendo condenado a 04 (quatro) anos e meio de reclusão⁸⁰. Outros, menos famosos, também conseguiram chamar a atenção das autoridades e da mídia, transferindo alguns milhões de dólares para as suas contas particulares, disseminando vírus pela rede ou invadindo sistemas telefônicos. Na mesma linha,

administração em geral. Os dois artigos tratam de ação de funcionário público agindo para inserir dados falsos, modificar ou alterar sem autorização sistemas de informações. A mesma Lei também alterou o art. 153 do CP, mas conduta visa tão somente a **divulgação “sem justa causa”** das informações sigilosas ou reservadas. Nos dois primeiros casos é somente punível o funcionário público, ficando uma brecha a terceiros alheios ao serviço estatal que venham a praticar o mesmo ato. Já na segunda situação o acesso indevido não é punível, embora previsto no art. 325 e seus parágrafos 1º e 2º, a conduta é contra o funcionário de empresas ou público. Há que se buscar, então, na legislação em vigor, uma aplicação de pena, mediante interpretação, para que possa a conduta ser imputada como delituosa e, conforme o caso concreto, pode-se, mesmo, deixar a lei de alcançar o delinqüente, um hacker.

⁸⁰ RUIZ, Ana Paula. *Carreira & Sucesso – 56º. Edição*, www.catho.com.br, 13 de novembro de 2000.

existem aqueles que transformam a rede em uma nova forma de expandir os negócios, mesmo os ilícitos, tais como a venda de drogas e a comercialização de pornografia infantil. Para fazer frente a este avanço invisível, os poderes de polícia e justiça vêm atuando com rigor em toda a Europa, procurando estabelecer normas padrão de combate. Fica o problema maior naqueles países excluídos do bloco econômico, não integrantes da CEE, e que não dispõem de legislação específica.

Devido a toda essa explosão de conceitos, de comércio e delitos, os livros sobre hackers têm se tornado bastante comuns. Procuram mostrar algumas facetas desses habilidosos seres que, muitas vezes tumultuam a vida das pessoas e das empresas, seja obtendo acesso a informações, causando constrangimentos com palavras e divulgando fatos, não necessariamente verdadeiros, mas, sim, ofensivos, ou, mesmo, subtraindo dados e repassando-os a concorrentes, destruindo arquivos e cometendo tantas outras façanhas perniciosas e prejudiciais às atividades do dia a dia das corporações e da vida das pessoas também.

A grande vantagem desta bibliografia é que ela promove o amplo processo de desmistificação em torno dos hackers, colocando-os em patamares de seres humanos comuns, diferenciando-os, apenas, por possuírem conhecimentos específicos sobre redes. Tal processo é válido enquanto demonstrar a necessidade de se manter em constante reavaliação, para melhoria, os sistemas de informática quanto à área de segurança, vez que não foi criado e que, provavelmente, nunca será, o sistema chamado de infalível.

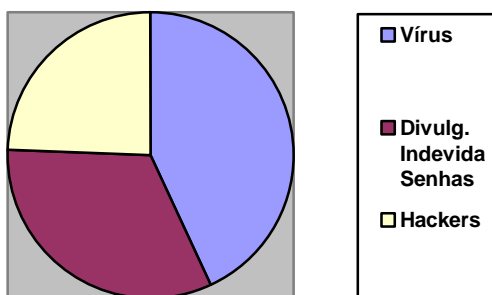
O impacto social das atividades invasoras de hackers, no Brasil, está diretamente ligada ao uso das novas tecnologias pela população, pelas empresas e pelo governo. Quanto maior o número de usuários, maior serão os problemas ligados a práticas delituosas através dos meios computacionais.

Recentemente, o IBOPE e-Ratings divulgou o perfil dos usuários da Internet no Brasil, constantes do relatório da 8ª edição da Pesquisa Internet POP, ocorrida entre 24 de agosto e 06 de setembro de 2000⁸¹. Os dados mostram o crescimento e a popularização do acesso à rede mundial de computadores. Perto de 4,7 milhões de brasileiros têm interesse em conectar-se diretamente, via computador, e 1,9 milhão pretende realizar essa conexão através de aparelhos de telefonia móvel celular com tecnologia WAP, isto, além dos cerca de 14 milhões de pessoas já plugadas. A pesquisa indica, ainda, um crescimento do uso da rede em escolas e universidades, de 100%, em relação à contagem anterior, bem como, um acréscimo de novos navegadores nas classes C, D e E, apontando para um público mais feminino, menos instruído, menos economicamente ativos e mais jovens. Talvez, seja o início de uma fase de democratização do acesso e, por via de consequência, um incentivo maior para decifrar os enigmas e quebrar barreiras de setores estratégicos do governo e da economia. Apenas, como um reflexo do que já ocorre no mundo não digital.

Os reflexos das aplicações da tecnologia e suas consequências aparecem nas pesquisas realizadas por empresas de segurança, abordando o tema. Para a Módulo⁸² e-security, especializada no assunto, os estudos apontam para o fenômeno hacker como sendo o terceiro item mais preocupante (42%) para as grandes corporações atuantes no mercado nacional, perdendo, apenas, para os vírus (74%) e para a divulgação indevida de senhas de quem acessa os computadores (56%).

⁸¹ www.globo.com , notícia publicada no sítio do jornal Gazeta do Povo, 11 de outubro de 2000.

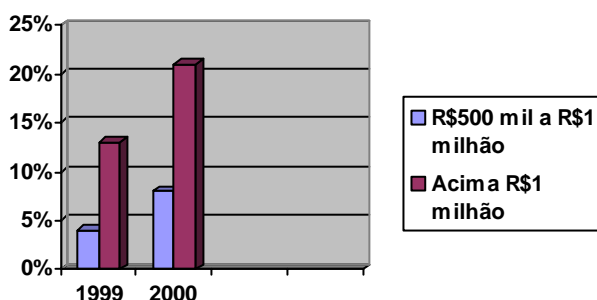
⁸² www.modulo.com.br , publicado na revista Veja em 07 de julho de 2000.



Em se comparando os dados da pesquisa citada àqueles obtidos no ano anterior, 1999, os hackers subiram da 8ª para a terceira colocação, tornando claros os indícios do enorme temor frente a essa silenciosa escalada da violência virtual. Mas, se os vírus forem considerados como uma atividade de hackers, vez que servem, apenas, para atrapalhar, confundir, destruir o funcionamento de computadores, podendo alcançar até mesmo aqueles que não estejam conectados, através de programas e disquetes infectados, tem-se neles, então, a maior e a primeira ameaça. O resultado dessas ações vai parar diretamente na área financeira, indicando para um crescimento considerável nos prejuízos a serem suportados pelas empresas. As projeções mostram um quadro nada agradável, com números cada vez maiores na área das perdas.

As perspectivas pareciam um tanto quanto sombrias, de acordo com aquela pesquisa, ocorrendo indicativos de que, em 2000, o dobro de empresas teriam prejuízos superiores a R\$500 mil (quinhentos mil reais) e inferiores a R\$1 milhão (um milhão de reais), passando dos 04% (quatro por cento) em 1999, para 08% (oito por cento) no ano de 2000, atingindo os 21% (vinte e um por cento), com prejuízos acima de um milhão de reais, com um resultado que mostraria um salto de oito pontos percentuais em relação a 1999. Tais indicadores, conforme demonstrado pela pesquisa, se referem àquelas empresas que, efetivamente, possuem domínio das invasões e cercam-se de cuidados e de avaliações periódicas para controle.

Outras há que sequer sabem se foram ou não vítimas de cibercriminosos, o que impossibilita de realizar qualquer cálculo ou análise sobre perdas ou danos que possam ter ocorrido.



Interessante, também, é o comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos, no tocante à procura, pelas vítimas, de auxílio junto às autoridades públicas. Das empresas brasileiras avaliadas, somente 09 % (nove por cento) buscaram ajuda fora dos sistemas privados de segurança e, nos EUA, chega-se a 20% (vinte por cento). A análise decorrente de tal dado faz com que se busque o porquê dessa situação. Seria em virtude de não haver no governo brasileiro estrutura para atendimento? As indústrias, os conglomerados financeiros, os bancos, o comércio, etc., preferem se manter em silêncio sobre os ataques e perdas para evitar máculas na imagem? Bem, na verdade, ambos os questionamentos podem ser respondidos de forma positiva. Efetivamente, ainda falta estrutura governamental para combater os cibercrimes e, por outro lado, também existe a omissão ante o receio de tornar conhecido da coletividade as falhas de segurança nos sistemas privados. Ou seja, a falta de órgãos especializados e de pessoas habilitadas sobre o assunto, dentro dos setores públicos, aliada ao descrédito do governo perante os seus cidadãos, contribuem para que nada seja feito. E, mais ainda, podendo resolver de forma a

abafar qualquer escândalo passível de denegrir e avariar as relações com os clientes, tanto melhor para a vítima.

Para mudar este quadro depreciativo do Estado e, por conseguinte, do funcionalismo público, enquanto entidade que impõe e comanda massas de pessoas, o Estado deverá produzir o contra ataque necessário, utilizando as mesmas armas para o cometimento dos ilícitos, ou seja, **tecnologia**. E, para tal mister, especificamente nas ações de repressão, o art. 144 da CF⁸³ incumbe à polícia judiciária o trabalho de investigar a prática destes crimes, estabelecendo as esferas de atuações das polícias civil e federal. A primeira, atendendo as ocorrências dentro das fronteiras e no interesse dos Governos Estaduais e de sua população, podendo transpor os limites territoriais desde que informe à autoridade do local sobre a sua presença e a que se destinam as diligências a serem realizadas, observando, sempre, os ditames legais estabelecidos. Quando documentais, *v.g.*, a expedição de precatórias e de ofícios faz-se via Polinter, Polícia Interestadual. Já a polícia federal irá atuar no interesse da União e dos agentes desta, agindo em todo o território nacional e, também, no exterior, desde que devidamente autorizada.

Não bastando as dificuldades que cercam uma investigação no mundo real, na Internet, existem outros impeditivos de se chegar ao criminoso, criando a possibilidade do crime perfeito. Tal consiste na facilidade em se apagar sinais, indícios e provas, camuflando ou eliminando os rastros deixados. Bem como, ante a facilidade de se efetuar uma ação a longa distância, lançando-a bombástica de um

⁸³ A atribuição das polícias está definida no Título V, Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas, no Capítulo III, Da Segurança Pública, no art. 144, atribuindo às polícias civis “as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”, ressalvada a competência da União, estabelecida no parágrafo 1º, incisos I a IV, sendo esta atribuída à Polícia Federal; Constituição da República Federativa do Brasil.

local para atingir outra plaga a quilômetros de distância, incluindo-se, aí, outro país. Tudo isto aliado às brechas da lei.

Todo o olhar que se lance sobre o sistema legislativo de um país deve ter, como início, a análise da Constituição Federal, por ser ela o norte e o balizador das regras que devem vigor. O que se opuser a ela deverá ser desconsiderado, não produzindo fruto; e, se o fizer, estará contaminado, vez que, eivado de vício insanável, é o chamado na doutrina de o fruto da árvore envenenada. Ressalte-se que a CF de 1988, trouxe grandes avanços em todas as áreas, principalmente nas sociais, mas que, no que alude à área de segurança, foi feita “olhando para trás”. O medo de se repetir governos ditatoriais levou os constituintes a insculpir, no corpo da Constituição Federal, princípios já consagrados pela legislação, tais como, o da reserva legal:

“Art. 5º, inciso XXXIX, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

E a impossibilidade da lei prejudicar alguém em razão de ato antes não previsto como crime ou cuja pena era menor:

“Art. 5º inciso XL, “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”.

E, mais especificamente;

“Art. 5º LXII, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”;

Seguindo;

“Art. 5º inciso LXIII; o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

“LXV; a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária”.

Tais preceitos já existiam antes de 1988, tendo sobrevivido à reforma constitucional advinda com o golpe de 1964. Mas, de nada adianta escrever uma carta Constitucional e, em seguida, impor medidas que a tornem letra morta, tal qual ocorrera quando da edição do famigerado Ato Institucional nº 5, que punha abaixo todo ele. Em verdade, as liberdades e os direitos individuais e coletivos devem ser preservados a todo custo. A crítica se refere à atuação parlamentar, no sentido de retirar poderes das polícias, devido a erros preconizados por governos sem representatividade popular em um Estado anômalo, em que não se impunham as regras escritas, mas, sim, as concernentes à violência e à opressão. Os constituintes de 1988, mais influentes, eram remanescentes da época da repressão, e sentiram no corpo e na alma as agruras de serem perseguidos por suas idéias. Certo é que, o terror causou danos físicos, morais e psicológicos, e estes se fizeram sentir nas discussões para a aprovação da redação do texto constitucional.

O primeiro impacto sentido na investigação criminal concerne à proibição da busca e apreensão efetuada por ordem escrita da autoridade policial ou, sem aquela, quando a mesma acompanhasse pessoalmente a diligência, conforme preconizado no art. 5º, inciso XI⁸⁴:

“a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

Este preceito derogou o art. 241 do CPP:

“Quando a própria autoridade policial ou judiciária não realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado”.

⁸⁴ Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.1988.

E ao abordar o tema da inviolabilidade das comunicações, art. 5º, inciso XII⁸⁵, proibindo taxativamente o grampo, em se tratando de comunicação de dados, ao estabelecer que:

“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

Hoje, ainda prevalece a responsabilização por atos abusivos praticados por agentes públicos, militares ou civis, mediante a Lei 4.898/65⁸⁶, conhecida como lei do abuso de autoridade. Portanto, não é o papel que fará a Lei ser respeitada, mas o operador do direito.

Ao perceber que cometera equívoco dentro da constituição, extrapolando, por diversas vezes, temas que fogem à esfera daquela, o legislador ordinário vem tentando remendar o que pode. Neste sentido, veja-se: Lei 9.034, de 03 de maio de 1995, a qual dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e a repressão de ações praticadas por organizações criminosas, a qual estabelece em seu art. 2º, inciso III:

*“o acesso a **dados**, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais”* (grifo ausente no original)

⁸⁵ Idem 84

⁸⁶ Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. Os arts. 3º e 4º estabelecem os casos ditos de abuso; dentre eles destacamos: a liberdade de locomoção, inviolabilidade de domicílio, sigilo de correspondência, incolumidade física do indivíduo, privação da liberdade sem as formalidades legais ou com abuso de poder, não comunicar ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa, deixar de relaxar prisão ilegal. Veja-se que muitos preceitos foram repetidos na C.F. de 88, mas a lei já os previa em 1965. Lei esta que estabelecia punições aos infratores dos direitos e garantias aos cidadãos. Bastaria, por si só, a aplicação do remédio legal para coibir ações de desrespeito à pessoa. Mas, contemporânea a esta medida é o AI 5, o qual, implicitamente, revogou toda a legislação, impondo um regime de terror e perseguição a políticos, pensadores, músicos e a qualquer um que fosse contrário ao poder estabelecido. Desta feita, somente é possível acreditar numa democracia e paz públicas enquanto assim for, se houver mudança nos quadros políticos. Ao assumir o controle, alguém cuja crença é centralizadora de poder, onde as decisões somente são definidas após a apreciação e aprovação por parte dele, a ordem jurídica é rasgada e todo o sistema passa a funcionar segundo os ditames do novo despota.

E, no art. 3º, explicita que somente o Juiz é quem poderá efetuar tal diligência, no mais “rigoroso segredo de justiça”. No mesmo, sentido a Lei 9.296, de 24 de julho de 1996, regulamentando o inciso XII do art. 5º da CF, em seu art. 1º menciona que:

*“a interceptação de comunicações telefônicas, **de qualquer natureza**, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob segredo de justiça”, (grifo ausente no original)*

E segue:

“Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática”.

Processualistas e penalistas teceram ferrenhas críticas ao que chamaram de lei da “caixa-preta”, a primeira e, de inconstitucional, a segunda, vez que ambas falam em violar comunicações de dados⁸⁷, de forma explícita ou utilizando de subterfúgios, “qualquer natureza” e “fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática”. Seja por imputar ao Juiz a responsabilidade de não apenas julgar, mas de também, ele mesmo procurar pelas provas, guardando-as a sete chaves; seja por violar um princípio estabelecido na Constituição Federal, e elevado à categoria de cláusula pétrea.⁸⁸ Na prática, tem-se tornado inviável proceder a

⁸⁷ Sobre o assunto, interessante artigo escreveu o jurista e professor Hugo César Hoeschl, intitulado Sigilo de Dados – A Telemática no parágrafo único da Lei 9.296/96, publicado no site www.digesto.net. O insigne professor faz a abordagem do termo, demonstrando claramente os equívocos, intencionais ou não, de nossos legisladores, enterrando o Decreto 97.057 de 10.11.1988, o qual disciplina e define os termos utilizados nas telecomunicações, bem como o que é transmissão/comunicação de dados. O item 158 do art. 6º do Decreto define transmissão de dados como sendo “forma de telecomunicação caracterizada pela especialização na transferência de dados de um ponto a outro”. E define dado, “informação sistematizada, codificada eletronicamente, especialmente destinada a processamento por computador e demais máquinas de tratamento racional e automático da informação”.

⁸⁸ São assim considerados os casos onde inadmissível é a proposta de emenda constitucional tendente a abolir, dentre outros, os direitos e as garantias individuais constantes do Art. 5º. A matéria está regulada no Art. 60 da Constituição Federal, que trata das emendas constitucionais, nos termos seguintes: “A constituição poderá ser emendada mediante proposta: ... §4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: ... IV- os direitos e garantias individuais”. Este artigo é a prova mais cabal de que foi redigido com os olhos no passado. Receosos de futuras manobras políticas que resultem em sarabanda, obteve-se a possibilidade de modificar por emenda constitucional qualquer pretensão que possa atingir os preceitos do art. 5º. Somente com um novo poder constituinte instalado, e frise que não basta ser o poder reformador, mas uma nova convocação

investigações sob a égide legal, ante o paradoxo que se encontra a legislação, havendo pouco entendimento doutrinário e jurisprudencial. Anda-se sobre terreno movediço, e qualquer desatenção resulta na produção de provas sem efeito jurídico, com risco, ainda de incidir em abuso.

No país intitulado como o exemplo maior de democracia, liberdade e garantia dos direitos individuais, para poder continuar a usar escuta de telefones na era digital:

“a Federal Bureau of Investigation (FBI), polícia federal dos EUA, conseguiu a aprovação, pelo congresso daquele país, da lei CALEA (Communications Assistance for Law Enforcement Act) de 1994. A FBI argumenta que a CALEA não aumenta a autoridade dos agentes da lei, apenas viabiliza a sua atuação, independente da tecnologia de telecomunicações usada. Com a CALEA, as operadoras de telefonia e os fabricantes dos equipamentos usados são obrigados a possibilitar o monitoramento pelos agentes da lei da comunicação telefônica fixa e móvel. Em agosto de 1999, a Federal Communications Commission, equivalente à Anatel, baixou normas para o atendimento às exigências da CALEA. Com base nessas normas, a FCC interpretou que a CALEA deve dar cobertura para possibilitar a localização física de telefones móveis e a captação de quaisquer dígitos discados após completar a ligação, o que poderá compreender informações sobre contas bancárias, inclusive, as senhas de acesso. Segundo alguns críticos, tais como, a The Center for Democracy and Technology - CDT, a FCC se excedeu na sua interpretação, atentando contra a privacidade do indivíduo”.⁸⁹

Depreende-se dessa legislação a preocupação das autoridades norte-americanas em manter o controle sobre os equipamentos de telecomunicações, no sentido de viabilizar investigações. Esses recursos devem ser colocados à disposição respeitando-se as circunstâncias, impedindo-se o seu uso livre e indiscriminado. Este controle se dá por meio de legislação com regulamentação específica para realizar o monitoramento de conversas e a identificação de chamadas. Os avanços tecnológicos estão proporcionando tamanho sigilo que favorecem, indistintamente, e de forma igual, tanto o cidadão de bem como os criminosos. Se houver condições de se falar e de se enviar mensagens sem correr

para redigir uma nova constituição, é que poderão alterar, suprimir ou modificar todo o texto constitucional.

⁸⁹ Matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 17.07.00, pelo professor Michael Stanton, titular de Redes do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense.

riscos de uma vigilância, é possível existir segurança para se tratar de qualquer assunto, o que é muito interessante. Mas, se há a possibilidade de, com base na lei e fundamentadamente com autorização judicial, promover o acompanhamento de suspeitos de práticas delituosas bem como o de seus comparsas, tem-se a condição de se prestar serviços de segurança que beneficiem a todos. No entanto, parece surgir um dilema de conseqüências relevantes, ao se indagar sobre como ficaria a privacidade do cidadão, questionamento este que é levantado continuamente pelas entidades de direitos humanos, aos quais sempre apontam irregularidades e abusos. Por outro lado, fica a mesma sociedade se perguntando onde estão os órgãos públicos de segurança que não apresentam soluções eficientes no combate à criminalidade. Talvez, a falta de resultados condizentes não decorra da inépcia no trabalho, mas, sim, da falta de escopo face à inexistência de recursos avançados que viabilizem uma metódica e cautelosa investigação. A lei CALEA foi criada no intuito de beneficiar a população, fazendo com que as forças de segurança pública tenham condições de combate em igualdade com as organizações criminosas. Propicia e exige o desenvolvimento de equipamentos para a identificação e o rastreamento de aparelhos eletrônicos. Dizer não a isto é o mesmo que afirmar que não há necessidade da polícia em andar armada, sob o argumento que, assim, ela fará crescer a violência, ou, então, de que basta andar com armas brancas para não agir violentamente. O combate à criminalidade deve se dar no mesmo patamar uma vez que ninguém vai à guerra enfrentar canhões e bombardeios aéreos munido de uma faca, assim como não se combate delitos tecnológicos com paus e pedras. No Brasil, dever-se-ia pensar mais sobre o assunto, pois, embora a polícia sempre esteja atrás do bandido, raramente ela consegue antepor-se ao mesmo.

Informatização e treinamento constante são fundamentais para a realidade que se apresenta na esfera da segurança pública.

Exemplo de visão e de preocupação com a pós-modernidade é o SICAT⁹⁰, Serviço de Investigação aos Crimes de Alta Tecnologia, do Departamento de Telemática da Polícia Civil do Estado de São Paulo, inaugurado em 1995. Apresentou um crescimento vertiginoso entre as ocorrências registradas no início do funcionamento do órgão em relação ao momento atual. Ultrapassam a casa das 500 (quinhentas) as ocorrências examinadas e investigadas pela equipe do Delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva. E é ele quem traça o perfil do delinqüente virtual como sendo jovem, entre 16 (dezesseis) e 32 (trinta e dois) anos, inteligente e educado; mas, acredita-se, estes não teriam as mesmas atitudes se mostrassem as suas faces em público. No passado, os meliantes agiam sob o manto da escuridão, acobertados que eram pela falta de iluminação elétrica e pública. Hoje, agem por estarem encobertos pelo computador.

Trata-se, o SICAT, de um órgão pioneiro no Brasil, desbravador neste campo ainda árido e desconhecido; porém, representou o ponto de partida para as mudanças, e continua a servir de norte para os Governos de outros Estados que procuram oferecer serviços especializados e de qualidade, no tocante a políticas públicas de segurança, voltadas para a investigação de delitos decorrentes ou daqueles que se utilizam da tecnologia de ponta.

A investigação, quando um homicídio ocorre, mobiliza policiais, peritos, familiares, vizinhos, curiosos e outros tantos que querem saber o que houve, todos se aglomerando no local do fato. Se for no meio de uma favela, dificilmente será obtida alguma informação ali, na presença de todos, afinal, impera nessas áreas

⁹⁰ Denúncias e notificações de casos ligados a delitos de Internet podem ser formalizados no e-mail: webpol@policia-civ-sp.gov.br.

uma lei não escrita, cujo teor todos os moradores conhecem: “nada vi, nada ouvi, nada sei”. É a chamada Lei do Silêncio.

Na web, acontece de forma semelhante: alguém invade um sistema, seja de empresa, de governo ou particular, faz o que quer e ninguém sabe dizer o que aconteceu. Não necessariamente por temor; mas, muitas vezes, pelas dificuldades em se perceber o que ocorreu e, também, em se fazer o rastreamento do caminho utilizado pelo criminoso. Isto quando o fato é tornado público, afinal, como foi dito anteriormente, as empresas têm verdadeira fobia quanto a mencionar problemas de segurança em suas redes de informática. O hacker, assim como o criminoso, primeiro delinea, vislumbra qual o objetivo que pretende alcançar, sejam eles nobres ou não, podendo ser a notoriedade, o dinheiro, a vingança, a curiosidade ou, até mesmo, a espionagem, para depois, começar a agir.

Percebe-se então, algumas características bem marcantes do agente intrusor. O hacker que deseja o respeito e o reconhecimento da comunidade em que vive fará algo que deixe um sinal para que possa ser identificado como sendo ele o responsável pelo ato, mas evitará deixar vestígios que possam levar os investigadores à descobrir a sua localização. O Hacker quer a glória de praticar um ato não alcançado anteriormente por ninguém. Outro criminoso é o delinqüente que pratica os seus atos visando lucro. Costuma agir sozinho ou com o auxílio de terceiros, os quais lhe garantem as indicações de pessoas e de lugares, com quem e de onde onde alcançará melhores resultados, seja desviando somas em dinheiro da conta de clientes, de um ou de vários Bancos, para a sua própria ou a de um comparsa, seja articulando fraudes em operadoras de cartões de crédito. São estelionatários mais refinados, face aos domínios informáticos que possuem. Há, também, o sujeito que não está preocupado em ser descoberto e, que, apenas, quer

o resultado, independente das conseqüências que poderão advir do ato. Para tanto, insere comandos que prejudicam ou atrapalham, divertindo-se com o estrago que faz; provoca danos aos arquivos, apagando ou subtraindo dados; é a manifestação do ódio para com a sua vítima. Outros elementos também agem dessa forma, apenas, para saber como é, podendo ser iniciantes com más intenções para o futuro ou, simplesmente, operadores do amanhã, em empresas que testam a segurança de empresas. E, ainda, para esta breve análise, o mais perigoso dos hackers, aquele que não quer ser visto, lembrado e, muito menos, localizado, é o que se especializa em ações de infiltração, qualquer que seja o sistema, realizando as metas propostas e não deixa vestígios de sua passagem. É um fantasma encarnado, um homem invisível, aquele elemento capaz de acessar, até mesmo, os mais protegidos segredos armazenados em computador. É o espião digital.

Traçado o objetivo, o Hacker vai em busca de quem atingir, do seu alvo, que via de regra, está intimamente ligado ao desejo que o motivou. Identificados, ele traçará os passos seguintes, calcado no firme propósito de realizar o intento, de torná-lo concreto. No direito, é o dolo, a livre vontade consciente dirigida a um fim.

Os passos para que o ato final seja concluído passam por ações técnicas de informática⁹¹, como o “footprinting”, para que o Hacker possa descobrir a postura quanto à segurança utilizada pelo ponto que ele procura atingir, indicando as tecnologias de internet, intranet, acesso remoto e extranet. Varreduras, de ping e de portas, são realizadas para identificar aonde e quais os sistemas que se encontram ativos no local, os quais, posteriormente, irão permitir que se efetive a invasão,

⁹¹ MCLURE, Stuart; Scambray, Joel; Kurtz, George. *Hackers Expostos*. São Paulo: MAKRON Books, 2000. A parte técnica de ataque e contra ataque mencionados de forma muitíssimo reduzida e genérica foi extraída desse livro, o qual inspirou o presente trabalho. Os autores declaram-se hackers do bem, vez que todos trabalham com consultoria e segurança de rede, testando os sistemas de seus clientes, apontando as falhas e corrigindo-as. Visitar o site do livro é útil para aprender novas dicas e situações, www.hackingexposed.com.

propriamente dita, concluindo a missão. Esta última parte também exige conhecimentos de informática e, conforme o programa utilizado, noções específicas sobre ele.

Um Hacker, um assaltante de banco e um pistoleiro agem com propósitos bem definidos, diferenciando-se, tão somente, quanto ao *modus operandii* e ao armamento a ser empregado. O primeiro paramenta-se com tecnologia de informática; o segundo utiliza conhecimentos estratégicos de campo e domínio físico de instalações e de pessoas; e o terceiro faz uso do elemento surpresa e de uma boa arma.

Falar ou acreditar que os invasores de rede o fazem, somente, para testar a segurança, como forma de mostrar que há falhas, é o mesmo que se disesse que os pichadores entram em nossas casas e sujassem as paredes, alegando que só o fazem para mostrar as deficiências na segurança do condomínio ou da residência. Se alguém for contratado para agir e testar, é uma situação; se, no entanto, este alguém entra sem ser convidado ou sem estar agindo em nome dos proprietários, é uma afronta.

A informação quer ser livre mas, o conteúdo da mesma, ao ofender Direitos, deve, também, sofrer sanções. Censurar pode se transformar em um estímulo e, por certo, este não é o caminho para coibir abusos e ilegalidades. Tem que haver um controle por parte dos provedores e dos pais quanto a material sabidamente proibido no Brasil e repudiado em diversos países do mundo, como a pedofilia e as drogas. Se é impossível exercer o controle via legislação, que o mesmo seja feito através de softwares, instalados diretamente na máquina na qual se quer restringir os acessos indevidos. Com a aplicação dessas medidas, pode-se evitar os hackers, utilizando-se “firewalls” e antivírus, no mesmo sentido, ou seja, para resguardar o respeito às

leis. Se, na televisão, basta a mudança de canal ou o seu desligamento, evitando assistir ao que é prejudicial, na Web também é possível agir desta forma; mas, nas duas, há um controle sobre os assuntos tratados e transmitidos.

O tema, embora em estágio mais que embrionário, está permitindo o início da sua exploração, pois, muito há que se fazer para que se estabeleçam garantias contra violações e agressões vindas de lugares desconhecidos ou distantes. A constante promoção de políticas de segurança, em termos jurídicos, técnicos e práticos, deve ser continuado, buscando resultados que ofereçam maior tranquilidade para os usuários da Web.

Ao se falar de polícia, na Internet, está-se fazendo referência aos policiais do futuro, aos “cybercops”, a uma polícia à frente do seu tempo, uma “cyberpolice”.

O futuro é o presente, portanto, já é tempo da ciberpolícia.

6 PROJETO KMAI E SUA APLICABILIDADE PARA A PROBLEMÁTICA PESQUISADA: ROUBO

“A história é criação consciente e repetição inconsciente”

Cornelius Castoriadis

A história repete-se constantemente. Mudam-se os cenários, os interesses, as ferramentas. Mas a essência do homem permanece, retornando num atavismo que o leva a atitudes idênticas a épocas consideradas bárbaras.

Essa primitiva manifestação aparece na sociedade moderna, retratada nos crimes violentos, nas guerras e nas atitudes das pessoas para com os seus semelhantes. Vive-se em constante competição pela sobrevivência física, pela manutenção do emprego e da família, pela diferenciação do conhecimento e do conforto, variando a intensidade e a necessidade dessa luta conforme o grau de instrução e o potencial econômico de cada um. E, quanto mais se aprende e se avança tecnologicamente, mais se mantém, *a contrariu sensu*, os mesmos estigmas dos antepassados quanto a certos caracteres negativos de personalidade, o que resulta em conflitos e discussões.

Vive-se sob um novo paradigma, transita-se da era industrial para a era da informação⁹²; e, neste novo período, onde, até mesmo, as horas parecem estar mais curtas, face ao volume e à velocidade com que as notícias chegam, não importa o

⁹² DEVOST, Matthew G. National Security in the Information Age. may 1995, chapter 1.

tamanho da máquina, as pessoas tem que ser rápidas, mostrar eficiência e competência.

Todo o planejamento da segurança de uma cidade, Estado ou País, passa pela prévia avaliação das condições e da localização dos pontos críticos onde deverão atuar, com maior intensidade, as forças de reprimenda à criminalidade. É o primeiro degrau na escala da atividade de inteligência.

Compreende-se o termo inteligência como sendo o produto resultante da coleta, do processamento, da integração, da análise, da avaliação e da interpretação de informações disponíveis de forma livre ou obtidas com o emprego de técnicas investigativas e de compreensão, sobre uma determinada área de interesse.

Definir os alvos, identificar quais são e os riscos que os envolve, estabelecer as metas que se pretende alcançar, apurar com a maior isenção possível a qualidade das informações coletadas, são atitudes resultantes do uso inteligente dos recursos disponíveis. Quanto maiores e mais completas forem as informações, mais fácil será para o responsável a tomada de decisão, quanto a viabilizar os procedimentos de ordem operacional.

No âmbito de uma delegacia de polícia, o serviço de Inteligência é fundamental. Considerando-se que a atividade fim da polícia civil é proceder a investigações para apurar a materialidade e a autoria de um delito, ao se fazer o trabalho de Inteligência, há como atuar, também, de forma preventiva. Mapeando a incidência constante de determinadas infrações penais, dentro da área de atuação da Delegacia, e procedendo a avaliação da vida pregressa de marginais anteriormente identificados, que atuam praticando os mesmos ilícitos, cria-se a possibilidade de uma vigilância preventiva nesses setores. Quando vários delinqüentes se reúnem para praticar crimes de forma habitual, organizam-se com o

objetivo de evitar falhas nas empreitadas delitivas. Em situações assim, caso o trabalho se restrinja a elucidar uma única ação, corre-se o risco de se abrir mão da solução de casos passados, bem como, de ações futuras, perdendo-se, inclusive, a noção da existência de outros partícipes. Se, no entanto, o grupo de Inteligência estiver atento às informações que lhe são passadas, indo, também, de encontro a outras, poderá ele extrair tudo o que estiver relacionado com o fato em apuração, fazendo a ligação com os demais dados e, assim, possibilitará futuras estratégias de combate ao crime e aos criminosos, sejam eles pertencentes a quadrilhas, sejam eles atores individuais.

O policiamento ostensivo somente será eficiente se estiver onde realmente é necessário. Para haver bom resultado, imperiosa é a atuação da Inteligência em promover o repasse dos locais onde se deve concentrar a ação de vigilância preventiva, inclusive transferindo dados sobre os tipos de delitos, as características comuns dos infratores e das vítimas, os horários de pico e afins. Do mesmo modo, irão trabalhar quando do planejamento operacional de um arrastão, de 'blitz' ou de incursões em áreas de grande índice de violência, para o cumprimento de mandados judiciais de prisão, para o fechamento de estabelecimentos comerciais que estejam em desacordo com a lei e nas demais situações de polícia, com especial atenção para as regiões com adensamento populacional desordenado, tais como, as favelas e as invasões. A última coisa que se deseja é a ocorrência de baixas, não importando de qual lado elas aconteçam. Isto será tão mais improvável quanto melhor for a qualidade dos relatórios montados pelo grupo de Inteligência.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias disponibilizam, a cada dia, mais e mais informações, fazendo com que os grupos de Inteligência detenham uma enorme gama delas, a capacidade humana de

processamento é limitada. E é exatamente aqui que ingressam as ferramentas destinadas à triagem e à depuração desse volume de informações, denominadas de Gestão do Conhecimento e, no caso do presente trabalho, ocorre a fusão entre esta, a Inteligência (estratégica/policial), com a aplicação da inteligência artificial.

O referencial deste capítulo é a conjugação de Gestão do Conhecimento com a Inteligência Artificial, cuja sigla em inglês é KMAI (*Knowledge Management with Artificial Intelligence*), desenvolvida pelo grupo IJURIS – Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas⁹³ e WBSA – Web Intelligence Systems S.A.⁹⁴.

Os insígnies professores Hugo César Hoeschl, Tânia Bueno e Marcelo Stopanovski Ribeiro, ao apresentarem o sistema dispõe o fonema KMAI, em português do Brasil, a *kamae* em japonês representando, nas artes marciais, posição de atenção e defesa. Ou seja, o aparato tecnológico do KMAI faz a diferença na medida em que disponibiliza ferramentas para visualizar situações e antecipar soluções.

O programa apreende todo o ciclo de produção das informações estratégicas, consolidando o conhecimento e racionalizando-o. Utiliza-se de várias “ferramentas (*framework tools*) as quais são modulares e independentes, se separadamente consideradas, que atendem demandas pontuais com configurações diferenciadas e necessidades completas com a sinergia multiplicadora de seu uso total”.⁹⁵

E esclarece quanto ao funcionamento, de que a integralidade do KMAI será obtida ao agregar as tecnologias inteligentes de última geração, como

“ferramentas de busca e monitoramento, mineração de dados (*DataMining*), armazenamento de dados (*DataWarehouse*), mineração de textos

⁹³ www.ijuris.org

⁹⁴ www.wbsa.com.br

⁹⁵ HOESCHL, Hugo Cesar. Sistema Olimpo: Tecnologia da informação jurídica para o Conselho de Segurança da ONU. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002. v. 1. 220 p.

(*TextMining*) e análise gráfica interativa, multidimensional e estatística (OLAP – *On-line Analytical Processing*) com as inovações da Representação do Conhecimento Contextualizado Dinamicamente – RC²D e da Pesquisa Contextual Estruturada – PCE. Tudo isso armazenado e disponibilizado em padrão aberto XML (*Extensible Markup Language*) e integrado com os mais confiáveis e utilizados sistemas operacionais e gerenciadores de bancos de dados.”⁹⁶

Tudo isto voltado para a Gestão do Conhecimento, para se obter a melhor “guarda e recuperação de documentos, explicitação de conhecimentos tácitos, mapeamentos e identificação de competências e da Inteligência, genericamente considerada, especialmente na resposta de perguntas demandadas, identificação de sinais fracos, confecção de dossiês e relatórios, montagem de redes e, é claro, coleta, análise e difusão de informações”⁹⁷. Na área de investigação, o controle e o acesso a dessas informações são de cunho essencialmente estratégico, e o seu preparo leva ao desenvolvimento de políticas de segurança pública, desde as ações micro, em um bairro específico da cidade, até as ações macro, em todo o Estado.

Da mesma forma como se procede atualmente na elaboração de relatórios de cunho policiais, com a coleta, a análise e a difusão dos resultados obtidos, o projeto KMAI utiliza-se desses objetivos no sentido de serem tratados dentro da chamada engenharia do conhecimento.

Embora o policial civil, analista das situações diárias de violência ao redor de sua área de atuação, proceda ao levantamento dos informes que estão à sua disposição, ainda que digitalizados, o fará de modo manual. Digitando um a um os dados a serem pesquisados, além de buscar os resultados e as similaridades de ocorrências, também, de forma manual. Mesmo para um especialista da área, o tempo gasto será sempre maior do que se os procedimentos iniciais fossem processados de forma automática e racional por uma máquina, ainda mais, considerando os atuais processadores e a velocidade com que os mesmos tornam-

⁹⁶ Idem 84.

⁹⁷ Idem, ibidem.

se obsoletos. Quanto ao tempo despendido, vide capítulo 4.2, item sobre as investigações.

O sistema KMAI, em fase piloto de implantação junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo, lá denominado de projeto Omega, realiza a busca de informações em base de dados digitalizadas, para auxiliar na tomada de decisões na área da investigação criminal. Estas bases de dados podem ser não-estruturadas, como nos relatórios e inquéritos e, estruturadas, como nos boletins de ocorrência e nos cadastros policiais de pessoas, armas, veículos, criminais, etc. Trata-se de um poderoso recurso, capaz de realizar operações antes possíveis somente para o cérebro humano.

A disponibilização de informações nos sistemas de intranet da polícia, além de outras que trafegam abertamente na internet, faz do projeto KMAI Omega⁹⁸ um fomentador de recursos de forma objetiva e racional. Com raízes nos conceitos de Sistemas de Informação Inteligente (Intelligent Information System – IIS), e é específico para a área de segurança pública.

Trata-se de um programa de computador que irá extrair informações de uma ou várias bases de dados, fornecendo, mediante os recursos de que dispõe, input para a tomada de decisão.

A título ilustrativo, fez-se a representação gráfica do projeto KMAI, quadro abaixo, onde se demonstra, visualmente, como é o processo de transformação das informações. No início, com característica de desconexão, várias fontes com uma multiplicidade de formas são apresentadas: relatórios escritos, conversas com pessoas da área de interesse, rádio, televisão, etc. A seguir, os chamados agentes de coleta iniciam o trabalho de ordenar o que recolheram, produzindo documentos já

⁹⁸ O projeto KMAI – Omega foi apresentado junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná – SESP, onde obteve repercussão positiva, havendo estudos para sua implantação.

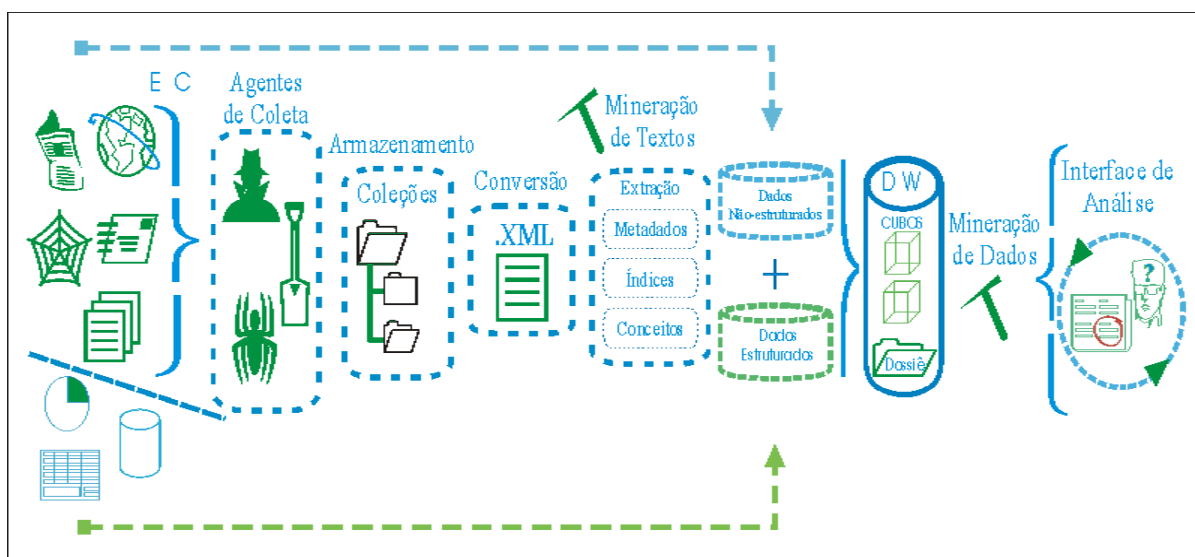
voltados para a investigação. Estes são efetuados em formato digital, possibilitando o seu arquivamento em bancos de dados. Como a ferramenta computacional opera em ambiente de rede intranet e internet, os arquivos são convertidos para o formato XML.

Observe-se que, dentre os vários documentos elaborados, há aqueles que possuem um formato padrão, com dados sempre organizados de uma mesma maneira, tais como, os cadastros de pessoas junto ao Instituto de Identificação dos Estados. E outros desestruturados, tais como, os relatórios de inquéritos policiais, os planos de operações de repressão e de combate à criminalidade, os de ação.

A pesquisa a ser procedida pelo KMAI poderá atuar nos dados não estruturados, nos dados estruturados ou, mesmo, em ambos; no quadro, estão representados por dois cilindros sobrepostos. Estes são a informação devidamente digitalizada e armazenada nos servidores que atendem às redes informatizadas dos órgãos públicos. No caso do Paraná, os bancos de dados são gerenciados pela empresa CELEPAR, a qual procede a administração da rede informatizada do Estado.

Em seguida, processa-se a informação, realiza-se a mineração dos dados, representada por uma picareta. É o momento em que a máquina, projetada e criada pelo homem, tenta imitar o raciocínio humano. Faz a comparação e a análise, dentro do que lhe foi solicitado, com o conteúdo armazenado nos arquivos.

Ao final, mediante uma interface gráfica com vários indicativos, o computador apresenta a(s) solução(ões) para a pesquisa. Dada à capacidade de realização de vários cálculos, simultaneamente, e, ainda, por ser a velocidade de processamento das informações muito rápida, é o computador um grande aliado como instrumento de apoio à decisão.



Representação gráfica da ferramenta de KMAI


Dentro desta representação visual de dados estruturados e não estruturados, pode-se inserir o Boletim de Ocorrência da Polícia Civil do Paraná. O mesmo é realizado on-line na intranet da polícia civil, composto por quadros de onde podem ser extraídas informações diversas. Cada campo de preenchimento fornece um tipo específico de notícia, desde o nome e os respectivos dados de quem está preenchendo o boletim, de quem está noticiando, passando pela data da ocorrência, horário e local, até chegar-se ao histórico, área esta chamada de não estruturada, onde ficam registrados os detalhes maiores sobre o fato delituoso.

É nesta parte, o histórico, em que o campo textual poderá variar conforme a habilidade e a formação do policial. Exatamente por isso, deixa de possuir uma formatação definida, estruturada. Trata-se de linguagem livre, coloquial policial. Nesta área é onde incide a análise e a interpretação do fato narrado e o seu respectivo desdobramento, com a adequação típica: fato/tipo penal.

Por ser livre para a digitação de textos, a maneira de descrever um mesmo fato pode variar de pessoa a pessoa. Nosso cérebro está apto a fazer o raciocínio comparativo das situações declinadas levando a uma mesma conclusão. Ao

descrever, v.g., um atropelamento, a expressão “pessoa atropelada em via pública”, onde via pública está no sentido de local por onde trafegam veículos, poderia ser mencionada como “pessoa vitimada por veículo em trânsito na rua” ou, também, como: “ser humano abalroado em leito carroçável”. Ambas as expressões possuem o mesmo sentido, mas é difícil fazer com que uma máquina “compreenda” e “interprete” as expressões de um contexto.

Para uma melhor compreensão e visualização do tema, observe-se o formato do BO da Polícia Civil paranaense:

	<p>GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DIVISÃO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO</p>	<p>POLÍCIA ON-LINE</p>
<p>DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS AV. AFONSO CAMARGO, 2239 CAJURU FONE: (041) 262-2800 Boletim de Ocorrência 00084/2002001749 - (2ª via)</p>		
<p>FATO</p> <p>Natureza: ROUBO Data e Hora do Fato: 13/03/2002 - 23:00 até 13/03/2002 - 23:30 Endereço: Pres. Afonso Camargo Número: 00000 Complemento: Bairro: CAPAO DA IMBUIA Cidade: CURITIBA Circunscrição: 06. DISTRITO POLICIAL Tipo de local: TRANSPORTE Meio Empregado: AMEACA COM ARMA Mais informações sobre o endereço: Tubo Pastor Manoel Virgílio de Souza.</p>		
<p>VÍTIMA-NOTICIANTE</p> <p>Nome: SEVERINO DO RAMO DA SILVA PAIXÃO Veio ao plantão? Sim Nome do pai: SEBASTIÃO PAIXÃO Nome da mãe: MARLY DA SILVA SOUZA Pessoa: Física CPF/CGC: 753.445.214-72 RG: 14759880 UF: PB Órgão expedidor: SSP/PB Naturalidade: JOAO PESSOA Data de nascimento: 22/12/1973 Sexo: Masculino Cor da cutis: Parda Profissão: COBRADOR Estado civil: Casado Grau de instrução: 2º Grau Completo Endereço: Rod da Uva Número: 6063 Complemento: CASA CEP: 0 Bairro: Sta Cândida Cidade: CURITIBA UF: PR Proximidades: Telefone: (041) 256-1084</p>		
<p>VÍTIMA</p> <p>Nome: AUTO VIAÇÃO CRISTO REI Veio ao plantão? Não Nome do pai: Nome da mãe: Pessoa: Jurídica CPF/CGC: 76.520.949/0001-84 RG: UF: Órgão expedidor: Naturalidade: JOAO PESSOA Data de nascimento: Sexo: Cor da cutis: Não informado Profissão: Não informado Estado civil: Não informado Grau de instrução: Não informado Endereço: Rua Frei Orlando Número: 1400 Complemento: CEP: 0 Bairro: Cristo Rei Cidade: CURITIBA UF: PR Proximidades: Telefone: 262-3844</p>		

HISTÓRICO

Relata o Sr. Severino do Ramo da Silva Paixão, cobrador da Empresa Cristo Rei, que em data e horário acima citados, um elemento armado com revólver atirou dentro do tubo e deu voz de assalto, roubando R\$ 58,05 (cinquenta e seis reais e cinco centavos) entre vales transporte e dinheiro, logo após se dirigiu ao tubo em frente empreendendo nova ação delituosa. Relata a vítima que o indivíduo usa um bicicleta de cor bordô. Relata ainda que foi roubado o troco no valor de R\$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos). Descrição: alto, magro, cabelo comprido preto liso. É o relato.

As áreas identificadas como Natureza, Data e Hora do Fato, Endereço e complementos, Tipo de Local e Meio Empregado compõem a primeira parte do BO, correspondente ao Fato. Todos os campos devem ser preenchidos e servirão de subsídio a futuras pesquisas. A Natureza refere-se ao delito cometido, havendo para o mesmo uma tabela de situações já pré-estabelecidas, em conformidade com a legislação penal em vigor, a qual é constantemente atualizada. Ressalte-se que

apenas as ocorrências de natureza penal é que estão elencadas, fatos não delituosos ou sem uma correta tipificação são classificados como “outros”.

Os espaços para a inclusão da data e hora do fato são de extrema importância para a análise das ocorrências. Com base nestas informações, pode-se traçar um perfil dos delinquentes, bem como, da maior ou menor incidência criminosa em determinados horários, além dos desdobramentos de ordem processual, onde se verifica a incidência de formas qualificadas de delitos, *v.g.*, “durante o repouso noturno”.

A correta informação do endereço favorece o mapeamento do crime. Saber onde determinados delitos ocorrem com maior frequência possibilita o seu combate de maneira eficaz. Com o mapeamento e a digitalização das cidades paranaenses, será implementado o sistema de geo-referenciamento. Hoje, o campo de endereço é preenchido de acordo com o conhecimento do digitador e na forma em que lhe é soletrado, quando de pronúncia mais complexa. Na medida em que as bases cartográficas dos diversos órgãos públicos passarem a empregar a mesma terminologia e a igual sistematização para o cadastro dos atuais e dos novos endereços, as bases de dados poderão ser compartilhadas. O impacto primeiro será na digitação do BO, onde parte do endereço será colocado e o sistema buscará o restante, impedindo a duplicidade de termos para uma mesma rua, *v.g.*, “Av. Mal. Floriano” e “Avenida Mal. Floriano Peixoto”. Apesar da similaridade textual, para um computador sem um sistema especialista, trata-se de duas informações distintas.

Ao efetuar o tabelamento das ruas, qualquer sistema de busca torna-se mais eficiente. Em contrapartida, ele possibilita a criação de um sistema onde será possível visualizar, com exatidão, o local onde ocorreu o delito. Poderá realizar o

pontuamento dos locais com maior índice de criminalidade. Procede-se ao georeferenciamento do fato em mapa digitalizado da cidade⁹⁹.

Tipo de local e meio empregado são termos utilizados para se obter detalhes quanto ao espaço em que ocorreu o fato, se em local aberto/fechado, público/privado; com emprego de arma de fogo ou arma branca, astúcia, ardil, arrombamento, etc. Este levantamento revela aspecto referente ao *modus operandi* do autor do delito. Muitas características da própria personalidade do delinquente podem ser obtidas mediante acurado estudo de seus atos criminosos, em especial quando repetitivos.

Todas estas informações alimentam, de forma igual, as estatísticas oficiais, tanto para os órgãos estaduais quanto para os federais. Aí, estão incluídos os dados gerais sobre um delito.

A segunda parte do BO ocupa-se da coleta de dados da vítima ou do noticiante. Aqui, o sentido de noticiante é mais abrangente do que o empregado na elaboração do Termo Circunstanciado de Infração Penal – TCIP¹⁰⁰. Refere-se, igualmente, àquele que apenas leva um fato à autoridade, sem que de modo efetivo tenha participado ou testemunhado.

Quando do preenchimento do campo Documento, o sistema faz a busca automática das demais informações, nome completo e filiação, desde que a pessoa esteja cadastrada no Paraná. Com a celebração de convênios com outros órgãos públicos, de esferas diferentes, o acesso aos bancos de dados será ampliado, trazendo as informações com maior fidedignidade.

⁹⁹ Já se encontra em fase de implantação, no Paraná, o projeto Mapa do Crime, onde se utiliza o georeferenciamento. Com início, nos 39 (trinta e nove) maiores municípios do Estado. Posteriormente, será estendido a todo o território paranaense.

¹⁰⁰ Documento substituto do Inquérito Policial nos casos de delitos definidos como de menor potencial ofensivo. Estão estabelecidos nas leis 9.099/95 e 10.259/01.

Nos delitos em análise, roubo a ônibus do transporte coletivo e a estações tubo, o exame do nome das vítimas pode trazer informações muito relevantes. A primeira é no sentido de se observar a quantidade com que uma mesma pessoa possa ter sido assaltada, visto que há registros informando sobre o fato de um mesmo cobrador de ônibus ter sido abordado e rendido diversas vezes durante o mesmo mês, o que demonstra a falta de segurança do local, bem como a inépcia dos órgãos responsáveis em garantir a tranquilidade do cidadão. Por outro lado, se procedida uma investigação acurada, é mesmo de se considerar uma possível convivência da vítima com o ladrão, quando há. Esta análise só é possível ao quando enxergadas, globalmente, as ocorrências policiais, ficando sem as amarras decorrentes do plantão.

Os campos onde se insere os dados da vítima vão, igualmente, alimentar outras bases para fins estatísticos e de planejamento, tornando-se, também, uma fonte de informações dispostas de forma estruturada.

A seguir, entra o espaço para a inserção dos dados do autor do fato. Tal somente será utilizado quando se souber quem é ou, ao menos, quando houver suspeita sobre alguém. Caso contrário, aquele procedimento ficará de lado e, por ser o BO preenchido na tela do computador, os locais para tal mister sequer se encontram impressos. A terminologia empregada será a de autor, suspeito ou noticiado, conforme o caso.

Finalmente, chega-se à área denominada Histórico. Nela, o responsável pela confecção do BO utilizará dos seus conhecimentos e do seu jargão policial para contar, de forma resumida, como ocorreram os fatos e para indicar possíveis características do(s) autor(es) do crime, tudo em conformidade com o declinado pelo ofendido. E é, justamente, da narrativa contida no histórico do BO, que o analista

poderá obter salutareos indicativos quanto ao delito comunicado. Dependendo do grau de conhecimento técnico do responsável pelo ato de lavratura do BO, há casos em que Natureza, mencionada no início, se confronta com a descrição. Nesta situação, cabe ao Delegado de Polícia, quando do exame do BO, proceder a correta tipificação do fato, sob pena de prejudicar a própria investigação e, mesmo, as estatísticas criminais.

O sistema de KMAI trabalha em toda a área da narrativa do episódio, ou seja, em todos os campos do boletim de ocorrência e, de forma inteligente, sobre o conteúdo do histórico. Possibilita apresentar documentos que, por ventura, tenham escapado ao alcance da análise manual, exatamente por, também, verificar o campo texto do BO.

Para as pesquisas em bancos não-estruturados, o sistema passa a empregar técnicas diversas, e, ao final, apresentar um resultado de pesquisa infinitas vezes superior ao dos tradicionais sistemas de busca e *data mining*.

Os recursos empregados para o desenvolvimento da tecnologia do KMAI compõem-se de:


- RC2D[®] - Representação de Conhecimento Contextualizado Dinamicamente: processo dinâmico de análise do contexto geral que envolve o problema enfocado. Técnica de representação do conhecimento;
- PCE[®] – Pesquisa Contextual Estruturada: Algoritmo inteligente evoluído da junção de características de bancos de dados textuais e raciocínio baseado em casos com a própria RC2D;
- Indexação inteligente automática dos conceitos encontrados nos documentos fontes (Agentes);

- Uso de algoritmos de Inteligência Artificial para indexação, descoberta e recuperação de conhecimento, aproximando a ferramenta do raciocínio executado pelo especialista humano;
- Configuração da ferramenta à luz dos conceitos elencados na área de Inteligência Competitiva (pergunta, dossiê, fontes, rede, controle, coleta e difusão), transformando-se em uma ferramenta de análise e agregação de valor às informações;
- Sistema orientado por perguntas abertas, em linguagem usual, na confecção das consultas. Sem a necessidade de fazer uso de palavras-chave e conectores lógicos, além da grande ampliação do limite de caracteres, permitindo ao usuário maior liberdade na elaboração do seu questionamento;
- Busca por similaridade de conceitos através da PCE[®] como Mineração de Textos (pergunta, síntese, documento): recuperação de conhecimento mediante uma pergunta formulada na interface de análise, extraíndo-se conceitos de maneira automática para a realização da comparação com os documentos constantes na base de conhecimento e fornecendo respostas sintetizadas ordenadas por similaridade.

A Plataforma apresenta as seguintes ferramentas: Alertas observadores e investigativos, resumo das ocorrências, investigação, relatórios e administração, assim descritos.

Alerta observador: É uma ferramenta ativada pelo usuário que tem o objetivo de identificar similaridades de casos nos boletins de ocorrência que venham a entrar no sistema. As características dos alertas observadores são as seguintes:

- Pesquisa nos campos estruturados dos bancos de dados;
- O alerta é criado pelo usuário a partir do módulo alerta;
- O período da busca é a partir da data da criação do alerta até a data especificada pelo usuário ou em aberto;
- Abrangência da pesquisa conforme permissão do usuário.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

POLÍCIA ON-LINE

DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS
AV. AFONSO CAMARGO, 2239 CAJURU FONE:(041) 262-2800
Boletim de Ocorrência 00084/2002001749 - (2ª via)

FATO

Natureza: **ROUBO**

Data e Hora do Fato: 13/03/2002 - 23:00 até 13/03/2002 - 23:30

Endereço: Pres. Afonso Camargo Número: 00000 Complemento:

Bairro: CAPAO DA IMBUIA Cidade: CURITIBA Circunscrição: 06. DISTRITO POLICIAL

Tipo de local: TRANSPORTE Meio Empregado: AMEACA COM ARMA

Mais informações sobre o endereço: Tubo Pastor Manoel Virgílio de Souza.

Natureza: destinada a tipificação do fato. Área tabelada conforme

Local: campo onde é inserido onde o fato ocorreu. Pré-definido, tabela.

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: SEVERINO DO RAMO DA SILVA PAIXÃO Veio ao plantão? Sim

Nome do pai: SEBASTIÃO PAIXÃO Nome da mãe: MARLY DA SILVA SOUZA

Pessoa: Física CPF/CGC: 753.445.214-72 RG: 14759880 UF: PB Órgão expedidor: SSP/PB

Naturalidade: JOAO PESSOA Data de nascimento: 22/12/1973 Sexo: Masculino Cor da ótis: Parda

Profissão: COBRADOR Estado civil: Casado Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: Rod da Uva Número: 6063 Complemento: CASA

CEP: 0 Bairro: Sta Cândida Cidade: CURITIBA UF: PR

Proximidades: Telefone: (041) 256-1084

vítima-noticiante:

Campo para ser pesquisado quanto a incidência de mesmo fato delituoso envolvendo a mesma pessoa. Estruturado.

VÍTIMA

Nome: AUTO VIAÇÃO CRISTO REI Veio ao plantão? Não

Nome do pai: Nome da mãe:

Pessoa: Jurídica CPF/CGC: 76.520.949/0001-84 RG: UF: Órgão expedidor:

Naturalidade: JOAO PESSOA Data de nascimento: Sexo: Cor da ótis: Não informado

Profissão: Não informado Estado civil: Não informado Grau de instrução: Não informado

Endereço: Rua Frei Orlando Número: 1400 Complemento:

CEP: 0 Bairro: Cristo Rei Cidade: CURITIBA UF: PR

Proximidades: Telefone: 262-3844

Vítima: como nem sempre aquele que sofreu a violência é quem faz o registro, há este campo para complementação. Por envolver empresa de ônibus, insere-se os dados da companhia.

Sendo designado o policial civil para a investigação de delitos que envolvam roubo a coletivos, estações tubo e ônibus, poderá se estabelecer os padrões de busca para tal finalidade.

Sempre que houver o cadastro de uma nova ocorrência, será ela apresentada ao analista da informação, em tela própria. Por ser ele o decisor, a partir das informações que recebe, fará a avaliação e a deliberação mais adequada.

Alerta investigativo: É uma ferramenta ativada pelo usuário, que tem o objetivo de identificar similaridades de casos nos boletins de ocorrência que venham a entrar no sistema. As características dos alertas observadores são as seguintes:

- Pesquisa em campos estruturados selecionados e em campos textuais nos bancos de dados.
- Considera as informações digitadas pelo usuário num campo texto, fazendo a análise de conceitos e contextos, de acordo com as informações contidas em Boletins de Ocorrências.
- O alerta é criado pelo usuário a partir do módulo alerta.
- O período da busca é a partir da data da criação do alerta.

Além dos campos estruturados, que podem ser selecionados para refinar a pesquisa como, por exemplo, verificar a natureza e vítima:

FATO
 Natureza: Roubos
 Data e Hora do Fato: 13/03/2002 - 23:00 até 13/03/2002 - 23:30
 Endereço: Pres. Afonso Camargo Número: 00000 Complemento:
 Bairro: CAPÃO DA IMBUÍTA Cidade: CURITIBA Circunscrição: 06, DISTRITO POLICIAL
 Tipo de local: TRANSPORTE Meio Empregado: AMBACA COM ARMA
 Mais informações: Tubo Pastor Manoel Virgílio de Souza.
 sobre o endereço:

Natureza: destinada a
 tipificação do fato. Área
 tabelada conforme
 legislação. Estruturado

VÍTIMA

Nome: AUTO VIAÇÃO CRISTO REI Veio ao plantão? Não
 Nome do pai: Nome da mãe:
 Pessoa: Jurídica CPF/CGC: 76.520.949/0001-84 RG: UF: Órgão expedidor:
 Naturalidade: JOAO PESSOA Data de nascimento: Sexo: Cor da outis: Não informado
 Profissão: Não informado Estado civil: Não informado Grau de instrução: Não informado
 Endereço: Rua Frei Orlando Número: 1400 Complemento:
 CEP: 0 Bairro: Cristo Rei Cidade: CURITIBA UF: PR
 Proximidades: Telefone: 262-3844

vítima: como nem sempre aquele que sofreu a violência é quem faz o registro, há este campo para complementação. Por envolver empresa de ônibus, insere-se os dados da companhia.

Aqui, a ferramenta estará apta a garimpar mais informações nos BO's em pesquisa. Procederá, então, a análise dos contextos inseridos dentro do campo "histórico".

Por ser fértil em detalhes, o KMAI colherá farto material, podendo, até mesmo, localizar diversas similaridades e congruências em ações delituosas. Além daquelas referentes a local e horário, definidas em campos próprios, há outras que, em muito colaboram para a identificação de um delinqüente ou de uma quadrilha, tais como: as características físicas, as formas como procede à consecução do delito, o meio de abordagem, etc. No exemplo, tem-se um roubo a uma estação tubo onde o cobrador foi coagido mediante o emprego de arma de fogo, tendo o assaltante efetuado um disparo contra ele e, após subtrair os valores ali existentes, empreendeu fuga em uma bicicleta de cor bordô.

Histórico: Campo onde é realizada a narrativa do fato podendo ser inseridos informes quanto a ação delituosa, tais como a forma de agir, a característica físicas do autor, existência de arma e o seu tipo, etc. Trata-se de campo aberto, sem limitação de termos ou tamanho de texto.

HISTÓRICO

Relata o Sr. Severino do Ramo da Silva Paixão, cobrador da Empresa Cristo Rei, que em data e horário acima citados, um elemento armado com revólver atirou dentro do tubo e deu voz de assalto, roubando R\$ 58,05 (cinquenta e seis reais e cinco centavos) entre vales transporte e dinheiro, logo após se dirigiu ao tubo em frente empreendendo nova ação delituosa. Relata a vítima que o indivíduo usa um bicicleta de cor bordô. Relata ainda que foi roubado o troco no valor de R\$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos). Descrição: alto, magro, cabelo comprido preto liso. É o relato.

Data e hora da comunicação: 14/03/2002 às 08:39
Delegado(a) de plantão: MARCIA REJANE VIEIRA MARCONDES BRAGA

CURITIBA/PR, 16/02/2004 às 17:11.
Equipe de plantão: B

Expressão usual na linguagem policial mas podendo variar. Surge como informação denotando a periculosidade do agente

Refere a característica física do autor do fato. O emprego da ferramenta KMAI faz a busca nestes campos buscando a similaridade de condutas e agentes, traçando um perfil do criminoso.

Descreve a forma de agir do autor, indicando o meio para a prática do delito e sua forma de evadir. Favorece a confrontação com situações semelhantes.

Além das informações que podem ser obtidas no alerta observador, aqui, o analista poderá programar o sistema para incluir, também, os campos textuais, a área destinada à descrição do fato.

Dele, poderão ser obtidos detalhes como: características dos autores, o tipo de arma utilizada, forma de ação/abordagem realizada, etc.

O enriquecimento no resultado obtido será uma consequência da maior ou menor especificidade contida no boletim além, é claro, da solicitação efetuada pelo usuário do sistema.

Resumo das ocorrências: Esta ferramenta tem o objetivo de apresentar um resumo das ocorrências na área de abrangência das delegacias. São gráficos que visam resumir, para o delegado titular (distrital, seccional, especializada), as principais características das ocorrências registradas nos últimos plantões. Está

prevista uma atualização diária da informação. Este resumo será apresentado em dois gráficos: últimas 24 horas e última semana.

Possui um caráter mais administrativo. Por serem as unidades operacionais da polícia civil subordinadas a uma Divisão, no caso em estudo, a DFR pertence à DCCP, devem, estas unidades, diariamente, ou sempre que lhes for solicitado, repassar informes quanto à movimentação dos delitos registrados. Este procedimento visa a fiscalização do planejamento e das ações efetivas das unidades subordinadas. Trata-se de uma forma simplificada de cobrar eficiência nas ações de segurança.

Investigação: Esta ferramenta permite a elaboração de consultas que podem ser produzidas de forma livre, estando o sistema apto a interpretar, conceitual e contextualmente, a linguagem policial descrita de forma textual. Esta ferramenta permite, por sua vez, combinar a pesquisa contextual com as informações contidas nos campos estruturados, os quais atuarão como filtros. Os campos estruturados que estarão disponíveis nesta consulta referem-se a: locais, partes envolvidas e instrumentos envolvidos.

Este sistema serve de apoio ao policial que inicia uma investigação em área diversa da qual atuava. Ante a constante mobilidade dos servidores policiais, transferências e remoções, muitas vezes, o mesmo demora a se adaptar a um novo ritmo e a outra linha de investigação. Nada melhor do que um sistema capaz de proceder a consulta de situações em que se tem interesse, sem a necessidade de digitar “palavras-chave” ou “frases exatas”. Digita-se um texto completo, tal qual se faz em uma conversa, e o sistema procederá a busca do desejado. Seria como falar com alguém mais experiente e este procedesse a uma pesquisa nos arquivos que

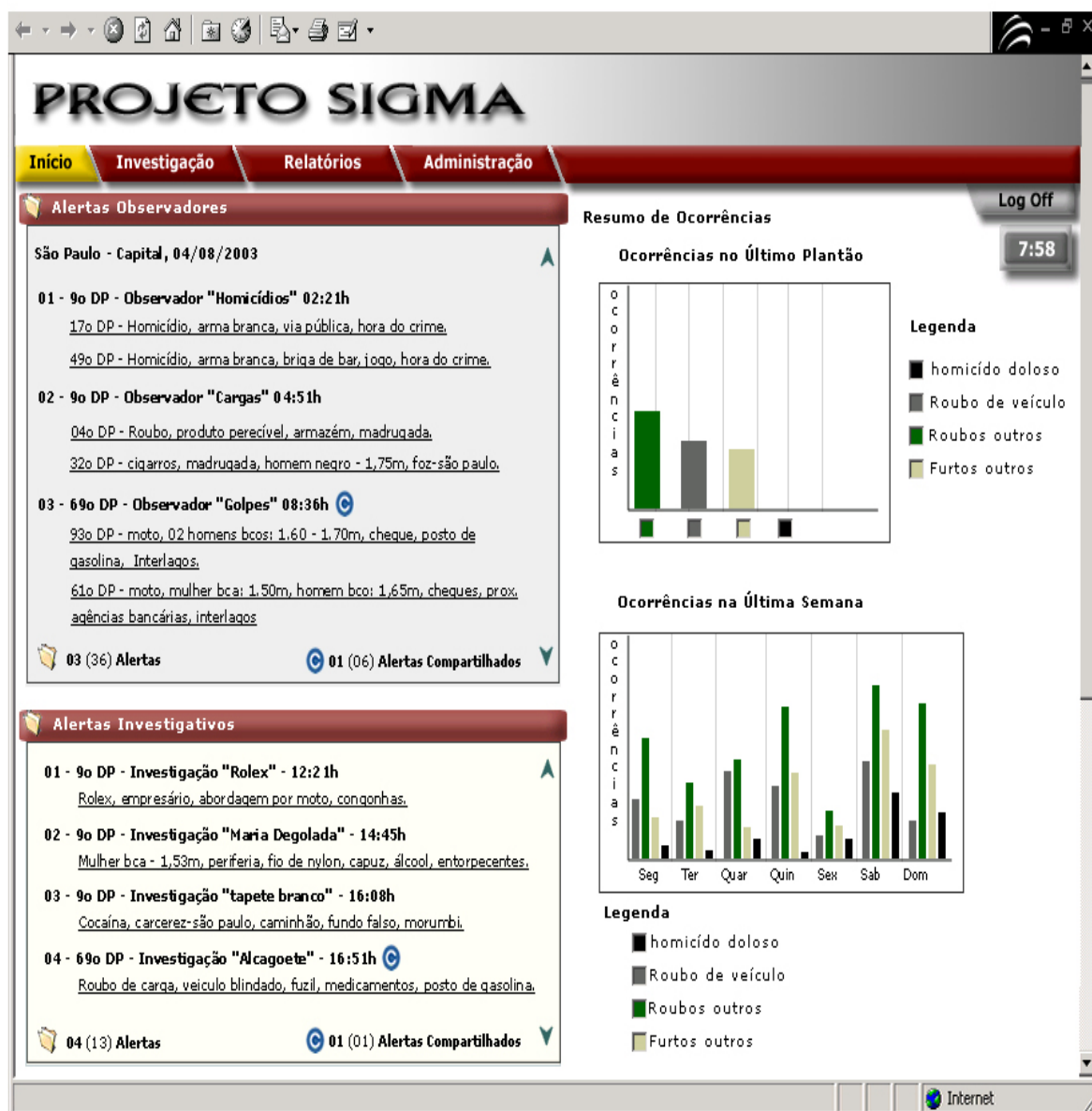
possui, tanto escritos (campos estruturados), quanto armazenados em memória (não estruturados).

Relatórios: Seção destinada à consulta aos campos estruturados dos bancos de dados. Esta ferramenta apresenta, como resultado a análise gráfica e textual da situação das unidades policiais. Portanto, com ela se pretende prover as autoridades policiais de informações necessárias para otimizar os estudos policiais acerca do seu ambiente e contexto, permitindo-lhes direcionar, com maior efetividade, as ações da segurança pública.

Estes contextos, insertos no sistema de análise policial de ocorrências, voltados para o exame dos delitos de roubo a coletivos, fatalmente apontarão para inúmeras situações de congruência, tanto de locais e horários, quanto de pessoas. Fatos estes observados nas análises manuais dos BO's, porém, com grande probabilidade de falha, haja vista a descontinuidade dos plantões, a troca de Delegados e de equipes de investigação, bem como, a falta de comunicação entre os seus integrantes.

A ferramenta apresentada possibilita, não só a junção de todos os BO's para uma análise qualitativa e quantitativa das ocorrências, mas, principalmente, realizá-la de forma harmônica e com visualização de todos os tópicos pesquisados.

A tela abaixo apresenta a vista da tela com subsídios suficientes para uma análise de um fato concreto.



Observa-se que a ferramenta pode ser aplicada, com facilidade, ao contexto estudado, uma vez que opera com banco de palavras mutável, podendo o mesmo ser direcionado para esta ou aquela situação. Estas alterações/modificações são de responsabilidade do administrador, procedendo às alterações na medida em que lhe são solicitadas pelo especialista da área.

Todo o desenvolvimento do sistema inteligente é voltado para uma aplicação de área do conhecimento específica, implicando a participação direta de técnicos da

área de informática, com técnicos da área do conhecimento em que será empregado. Ou seja, trata-se de um sistema especialista, pois que, está voltado para uma ação específica.

A otimização dos serviços de polícia judiciária, investigação, combate e repressão à criminalidade passa pelo meneio de aplicativos computacionais inteligentes. Sem estes, estará fadada ao ostracismo tecnológico e à derrocada das estruturas de segurança ante a violência.

CONCLUSÕES

Ao se constatar que a realidade de uma Delegacia de Polícia é muito mais atabalhoada quando os seus servidores deixam de utilizar todo o ferramental existente no combate ao crime, percebe-se que é imprescindível a adoção de uma política de modernização para toda a sua estrutura.

A investigação às cegas, de forma amadora, ou feita somente no interesse de segmentos da sociedade é, no mínimo, perniciosa.

Os serviços de inteligência dos órgãos de segurança pública devem estar atentos a todas as mudanças que ocorrem no cenário do crime. Na medida em que a informatização se espalha, abrangendo até os mais distantes rincões, a informação passa a trafegar instantaneamente. Abrem-se novas portas de acesso à informação.

Compreende-se que a função primordial do KMAI Omega é a de digerir grandes quantidades de informações, desembaraçando o seu entendimento, sendo, portanto, um agente facilitador para a pesquisa e a investigação em níveis variados, pois que é capaz de desvelar questões/dados que antes permaneceriam ocultos. Deve-se admitir, de maneira tranqüila, que, diante de sua versatilidade e capacidade de análise, trata-se de ferramenta indispensável à segurança pública.

E, ainda, ao se ponderar quanto aos seus recursos, variando desde o nível de acesso às informações até a utilização de filtros de pesquisa, possibilitando restringi-la a segmentos altamente específicos, como o apresentado neste trabalho, referente

aos delitos de roubo, chega a ser de uma clareza de doer os olhos a necessidade de adotar um tal sistema.

Ferramentas computacionais vêm sendo utilizadas, cada vez mais, tanto nas corporações privadas quanto no setor público. A multiplicidade de aplicativos visa a proporcionar maior conforto na consecução de tarefas rotineiras ou altamente especializadas. O fato é que a ausência destas ferramentas causa lentidão e retrocesso nos setores produtivos, aí, incluindo-se o Estado como ente instigador do crescimento econômico, social e cultural.

A polícia é parte no processo de desenvolvimento do país. Sua atividade, de forma eficiente, representa tranquilidade e segurança para a sociedade. O medo, ao contrário, faz com que ocorra uma retração nas expectativas de progresso. As pessoas preferem refugiar-se no interior de seus lares a alçar vôo numa empreitada arriscada, seja ela uma simples saída a trabalho ou a passeio, seja no sentido de procurar investir em negócios que proporcionem a geração de novos empregos. O medo assusta tanto que, até mesmo, empresas de grande porte deixam de investir neste ou naquele local em razão dos índices de criminalidade.

A utilização das idéias do KMAI, Projeto Omega, pela polícia civil, permitirá efetuar um verdadeiro *up grade*, tanto no refinamento das investigações quanto na qualidade e agilidade dos seus resultados. Importa em se dizer; contribui para a celeridade das investigações e uma melhor prestação de serviços ao cidadão, proporcionando à comunidade uma real sensação de segurança, com o fomento de ações na justiça para se punir os criminosos.

De fato, a ferramenta proposta, e já em aplicação piloto no Estado de São Paulo, é altamente aprazível, ante a sua relativa simplicidade de uso e sua indiscutível, eficiência, no que se refere aos resultados obtidos.

Deixou-se, de forma proposital, de citar os equipamentos para o bom funcionamento do sistema, em razão de ser a velocidade dos produtos de informática superável em questão de poucos meses. Com certeza, quanto mais poderoso for o processador, mais rápida será a resposta obtida.

No Paraná, com o sistema que já se está operando, muitas respostas podem ser obtidas de imediato. A implantação do KMAI faria com que o atual sistema trabalhasse de forma inteligente.

A possibilidade de avaliação dos índices de criminalidade na região em que se trabalha, casos de uma delegacia distrital ou especializada e, nos níveis gerenciais, o Delegado Divisional, cria-se a possibilidade de antever soluções. Efetuar análises criteriosas, obtendo repostas como a quantificação e incidência maior deste ou daquele delito, aliadas a informações como, local e horários de incidência, em muito auxilia na programação de ações de segurança.

Agora, como proposto no conceito de Gestão do Conhecimento com Inteligência Artificial, além das já citadas informações, poderão, ainda, ser estabelecidas outras ligações e, mesmo, descrições de ações semelhantes, bem como, de pessoas. Assim é possível elevar a investigação a patamares bem mais precisos e abertos, vez que a informação poderá vir do próprio sistema e ser acessada por um número maior de profissionais, ficando o informante do policial, bem como as informações que dele recebe, como realmente deve ser: uma opção meramente noticiosa e de cunho pessoal.

A polícia deve modernizar-se, estar à frente da ação dos criminosos e ater-se às novas tecnologias. Torna-se imprescindível romper com velhos bordões e esculpir novos conceitos. É preciso vislumbrar possibilidades de inovação tecnológica e

incorporá-las ao seu dia a dia para, ao final, alcançar o seu objetivo maior: a paz e a ordem públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. *Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia – O Manual do Policial*. Brasília/DF: Ed. Consulex, 2003.

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Da prova no processo penal*. 3. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994.

BECCARIA, Cesare, *marchese di*. *Dos delitos e das penas*. Rio de Janeiro: Rio Estácio de Sá, 2002.

BESSON, Bernard. Possin, Jean Claude. *Do serviço de informação à inteligência econômica: detectar as ameaças e as oportunidades da empresa*.

_____. *A teoria das formas de governo*. 4. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1985.

_____. *Direita e esquerda: razões e significados para uma distinção política*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

_____. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 13. ed. revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2003.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Teoria do Crime*. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1993.

CLÉVE, Clémerson Merlin. *O Direito e os direitos: elementos para uma crítica ao direito contemporâneo*. São Paulo: Ed. Acadêmica: Curitiba: Scientia et labor, 1988.

CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da internet*. São Paulo: Saraiva, 2000.

DEVOST, Matthew G. *National Security in the Information Age*. may 1995.

DONNICI, Virgílio Luiz. *Polícia, guardião da sociedade ou parceira do crime?: um estudo de criminologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

EYMERICH, Nicolau. *Manual dos Inquisidores*. comentários de Francisco Peña. Rio de Janeiro: 2. ed. Rosa dos Tempos; Brasília/DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. *Direito processual penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1974.

FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, A Psicanálise e a Determinação dos Fatos nos Processos Jurídicos*. Vol. IX, Edição Eletrônica. 2000.

GARFINKEL, Sinsom; SPAFFORD, Gene. *Comércio e Segurança na WEB*. São Paulo: Market Press, 1999.

HOESCHL, Hugo Cesar. *Sistema Olimpo: Tecnologia da informação jurídica para o Conselho de Segurança da ONU*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002.

LUCCA, Newton de e SIMÃO FILHO, Adalberto (coordenadores) e outros. *Direito e Internet: aspectos jurídicos relevantes*. Bauru/SP: Ed. Edipro, 2000.

MACHADO, Luiz Alberto. *Direito Criminal: parte geral*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987.

MARCANCINI, Augusto Tavares Rosa. *Direito e Informática: uma abordagem jurídica sobre a criptografia*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

McCLURE, Stuart; SCAMBRAY, Joel; KURTZ, George. *HACKERS EXPOSTOS*. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Código de Processo Penal Interpretado: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial*. 6. ed. São Paulo/SP: Atlas, 1999.

MONTENEGRO, Antonio Lindberg. *A internet em suas relações contratuais e extracontratuais*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2003.

PIERANGELLI, José Henrique. *O consentimento do ofendido na teoria do delito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. *Furto, Roubo e Receptação: indagações, doutrina, jurisprudência, prática*. São Paulo/SP: Ed. Saraiva, 1995.

_____. *Inquérito Policial: doutrina, legislação, jurisprudência, prática*. 2. ed. Curitiba: Ed. Juruá, 1991.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 8. ed. rev. e ampl., São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1992.

SUN TZU. *A arte da guerra*. adaptação e prefácio de James Clawell. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. 7. ed. ampl. e rev. de acordo com a Constituição Federal de 1988. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

TORNAGHI, Hélio. *Processo Penal*. Rio de Janeiro: Coelho Branco Editor, 1953

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 11. ed. rev. e atual. em face da nova Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989.

VIANNA, Túlio Lima. *Fundamentos de direito penal informático; do acesso não autorizado a sistemas computacionais*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

VICO MAÑAS, Carlos. *O princípio da insignificância como excludente da tipicidade no direito penal*. São Paulo: Saraiva, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

Sítios de Internet:

www.braudel.org.br/imprensa/mapamenu.htm

www.braudel.org.br/roubobus/front.htm

www.mj.gov.br

www.catho.com.br

www.ijuris.org

www.abraic.org.br

www.consulex.com.br

www.modulo.com.br

www.hackingexposed.com

www.wbsa.com.br

www.phoenix-library.org/dev/index